



Viviana Mendes Ribeiro Ferreira

Democracia e direitos: rumos do feminismo marxista

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Direito pelo Programa de Pós - Graduação em Direito, do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Francisco de Guimaraens

Rio de Janeiro,
Setembro de 2023

Viviana Mendes Ribeiro Ferreira

Democracia e direitos: rumos do feminismo marxista

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Direito pelo Programa de Pós - Graduação em Direito, do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Aprovada pela banca examinadora abaixo:

Prof. Francisco de Guimaraes

Orientador

Departamento de Direito da PUC-Rio

Profa. Mariana Cecilia de Gainza

Pesquisadora Autônoma

Prof. Alexandre Pinto Mendes

Departamento de Direito da UFRRJ

Prof. José María Gómez

Departamento de Direito PUC-Rio

Profa. Adriana Vidal de Oliveira

Departamento de Direito PUC-Rio

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2023.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da autora, do orientador e da universidade.

Viviana Mendes Ribeiro Ferreira

Graduada em Direito pelo IBMEC-RJ. Mestra em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do GT-Deleuze e Guattari da ANPOF. Integrante do Círculo de Leitura Spinoza & a filosofia da PUC-Rio. Realiza pesquisa em filosofia política, pensamento e história das lutas das mulheres e do feminismo.

Ficha Catalográfica

Ferreira, Viviana Mendes Ribeiro

Democracia e direitos : rumos do feminismo marxista / Viviana Mendes Ribeiro Ferreira ; orientador: Francisco de Guimaraens. – 2023.
152 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2023.
Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Feminismo. 3. marxismo. 4. democracia. 5. direitos. 6. capitalismo. I. Guimaraens, Francisco de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Francisco de Guimaraens pelo apoio desde antes do meu ingresso no doutorado. Por ter assumido a minha orientação quando, em razão das surpresas da vida, o Mauricio não poderia mais realizá-la. Pela presença e pelo carinho nos momentos mais difíceis dos últimos quatro anos. Muito obrigada!

Ao Alexandre Mendes pela camaradagem, pelo conhecimento e pelos sonhos compartilhados de um novo mundo porvir.

À Mariana Gainza pela potência do pensamento e alegria do encontro.

À Adriana Vidal pelas afinidades do pensamento e pelo desejo de transformar a academia e seus saberes a partir das perspectivas e das lutas das mulheres.

Ao José María Gómez pela generosidade e pelo carinho em todos os encontros. Pelo combate a tudo que impede a existência e o florescimento da vida.

Às amigas Maria Izabel Varela e Maria Cecilia Lessa da Rocha com quem compartilhei as dores e delícias do doutorado. Ter vocês por perto deixou tudo mais leve e amoroso.

Ao Luiz Eduardo Melin pela presença e pelas valiosas trocas durante os dois anos da pandemia. Além das sugestões sobre possíveis caminhos para compreensão da economia e do pensamento marxista.

À Viviane Magno Ribeiro pelo carinho, pela parceria e amizade, por estar sempre por perto.

Ao Alvaro Lazzarotto pela amizade desmedida.

À Rachel Serodio pela luta constante em defesa das mulheres. Sou muito grata por compartilhar tantas inquietações e esperanças com você.

Ao Mauricio Rocha não tenho palavras suficientes para agradecer. Muito obrigada pelo amor, cuidado e apoio incondicionais sem os quais esta tese não seria possível.

À Gabrielle Ribeiro dedico este trabalho, com o desejo de um mundo melhor e mais gentil para sua existência.

Resumo

Ferreira, Viviana Mendes Ribeiro. Guimaraens, Francisco de. **Democracia e direitos: rumos do feminismo marxista**. Rio de Janeiro, 2023. 152p. Tese de Doutorado. Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese busca contribuir com os estudos sobre os caminhos possíveis engendrados pelo pensamento feminista marxista no que diz respeito à conquista de direitos e à extensão da democracia. Considerando a condição social das mulheres como local privilegiado da análise esta tese investiga como o advento da modernidade e do capitalismo definiu as funções e os locais subordinados que deveriam ser desempenhados e ocupados pelas mulheres, o que refletiu na desigualdade de direitos e, portanto, na implementação de um modelo limitado de democracia. Não obstante, com a formação do pensamento socialista, no final do século XIX, verifica-se o surgimento de um projeto emancipatório que pretende pôr fim às opressões de gênero e classe. Ou seja, desde o advento do pensamento de Marx encontram-se esforços que levam em conta a necessidade de transformação da condição social das mulheres como elemento indispensável do combate ao capitalismo rumo à revolução. Deste modo, analisa-se a trajetória do pensamento marxista revigorado no início do século XXI para o qual a “questão das mulheres” se apresenta como elemento incontornável para formação da luta de classes, extensão da democracia e combate ao capitalismo.

Palavras-chave

Feminismo, marxismo, democracia, direitos, capitalismo.

Abstract

FERREIRA, Viviana Mendes Ribeiro. Guimaraens, Francisco de (Advisor). **Democracy and rights: directions of Marxist feminism.** Rio de Janeiro, 2023. 152p. Tese de Doutorado. Departamento de Direito, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis seeks to contribute to studies on the possible paths engendered by marxist feminist thought with regard to the conquest of rights and the extension of democracy. Considering the social condition of women as a privileged place of analysis, this thesis investigates how the advent of modernity and capitalism defined the functions and subordinate places that should be performed and occupied by women, which reflected in the inequality of rights and, therefore, in the implementation of a limited model of democracy. However, with the formation of socialist thought, at the end of the 19th century, there is the emergence of an emancipatory project that intends to put an end to gender and class oppression. That is, since the advent of Marx's thought, there have been efforts that take into account the need to transform the social condition of women as an indispensable element in the fight against capitalism towards revolution. In this way, the trajectory of reinvigorated marxista thought at the beginning of the 21st century is analyzed, for which the "women's question" presents itself as an unavoidable element for the formation of the class struggle, the extension of democracy and the fight against capitalism.

Key-words

Feminism, marxism, democracy, rights, capitalism.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. A história do feminismo não é a história de mulheres que reivindicam os direitos dos homens	28
2.1 Os perturbadores da nova ordem. Quebrar a força das mulheres para quebrar a força do povo	33
2.2 Imaginário misógino <i>quase</i> sempre o mesmo	42
2.3 O imaginário misógino e a Revolução Francesa	47
2.4 Uma das vozes dissidentes da época: Mary Wollstonecraft	56
2.5 Redefinição dos Espaços Privado e Público	
A posição e a função das mulheres na República: a mãe republicana e a República dos homens viris	59
2.6 O Estado patriarcal e a guerra	62
3. O socialismo e a “questão das mulheres” no século XIX	75
3.1 O movimento revolucionário russo e as mulheres	87
3.2 A Revolução começa com a greve das mulheres e a reivindicação por paz e pão	90
3.3 O compromisso da Revolução com as mulheres	92
4. Da relação entre gênero e classe e o conceito de classe	101
4.1 O feminismo marxista de Silvia Federici	113
4.2 Debate sobre o trabalho doméstico	117
4.4 A opressão às mulheres na origem do capitalismo	120
4.5 A presença das mulheres nos levantes populares	122
4.6 Rumo a uma teoria unitária – Teoria da Reprodução Social	125
5. Conclusão: o problema da desigualdade de gênero e a democracia	138
6. Referências bibliográficas	141

1

Introdução

Em 1938, Virgínia Woolf publicou o ensaio político (ou panfleto político, como a própria o chamava) *Três Guinéus*, uma fictícia troca de correspondências realizada entre Virginia e três interlocutores distintos: um advogado, tesoureiro de uma associação civil, pertencente à classe dos homens instruídos, herdeiro da educação e dos bens culturais ingleses, restritos e transmitidos secularmente pelas famílias abastardas aos seus filhos homens; um homem que possuía sigla distintiva adicionada ao final do nome — K.C. — indicava ser ele “consultor do Rei” (*King’s Counsel*); uma tesoureira honorária que buscava fundos para reconstruir uma faculdade para as mulheres e a uma tesoureira de uma sociedade destinada a ajudar promover a inserção profissional de mulheres, filhas dos homens instruídos, que recentemente haviam sido admitidas nos Serviços Públicos, na advocacia¹ e demais profissões liberais que muito vagarosamente se abriam para admissão de mulheres, com vários empecilhos a serem derrubados como: necessidade de qualificação, salários igualitários e enfrentamento do arraigado imaginário social sobre a *posição* e as *funções* das mulheres no espaço público.

Os remetentes solicitavam o auxílio financeiro da destinatária para empenharem-se na tarefa de contribuir para evitar a guerra, em seus respectivos ramos de atividades. A doação de um guinéu, para cada uma das sociedades, é condicionada a certas ações práticas que devem ser adotadas para constituição de uma sociedade que daqui a cinquenta anos não volte a se perguntar o que fazer para evitar a guerra e, assim, Virginia Woolf elabora sua tese sobre a relação necessária entre tirania, guerra e organização social capitalista patriarcal.

Ao longo da década de 1930 até a sua morte, Virginia Woolf, assim como muitos de seus contemporâneos, esteve com as preocupações voltadas para a questão da guerra², seus últimos ensaios e romances – *Flush – Uma vida* (1933), *Os anos* (1936), *Três guinéus* (1938), *Roger Fry – uma vida* (1940), *Pensamentos*

¹ Até dezembro de 1919 era proibido às mulheres, na Inglaterra, ocuparem funções na administração pública e no sistema judiciário. Interdito revogado pela lei conhecida como *Sex Disqualification (Removal) Act 1919*

² Em 30/01/1933, testemunhou a designação de Hitler como chanceler, sem causar qualquer alarde no exterior; a instalação do Terceiro Reich, com o incêndio do Reichstag pelos nazistas, em 27/02/1933 – pretexto para acabar com o parlamento; consolidação do poder de Hitler através das eleições gerais, em 04/03/1933; ato institucional de 23/03/1933 que o autorizou governar por decreto. Em suma, em menos de dois meses a República de Weimar estava desfeita e a Alemanha

sobre a Paz durante um ataque aéreo e Torre Inclinada (ambos de 1940), *Entre os atos* (1941, post-mortem) – foram escritos sob a ascensão do Führer (1933); adoção por Mussolini do título oficial de “Chefe de governo, Duce do Fascismo e fundador do império” (1936); Guerra Civil Espanhola (1936) - na qual morreu seu sobrinho Julian Bell³; invasão da China pelo Japão (1937); a submissão do chanceler da Áustria e a entrega do país aos nazistas (1938)⁴; e o efetivo início da Segunda Guerra Mundial.

Estes últimos textos, escritos enquanto diversos países da Europa sucumbiam aos ditadores em pé de guerra e “as pessoas de boa vontade assistiam aterrorizadas”⁵, contêm os temas sociais e políticos da época articulados com o problema da condição social das mulheres. Precursora, a escritora indicou o entrelaçamento entre o fascismo, a misoginia e a guerra, identificando na forma Estado resultante das revoluções que atravessaram a Europa no século XIX, a presença do autoritarismo, do desejo de dominação e exploração, visto que, para a autora, a forma da relação do espaço privado – hierárquica e autoritária – constituía o modelo da forma das relações instituídas no espaço público e organizava o Estado e as instituições.

Em *Três Guinéus*, Virginia Woolf descreve a estrutura patriarcal do Estado e da política na época: as mulheres não ocupavam os cargos do Executivo, portanto não poderiam participar das decisões de Estado; não ocupavam cadeiras no Parlamento, logo, não participavam da criação das leis; não ocupavam cargos de poder em nenhuma instância, públicos, eclesiásticos, financeiros ou científicos; a elas, durante séculos, foi interdito o acesso à educação⁶; elas não podiam se

sob a égide de um ditador absoluto. Em abril de 1933, Virginia recebeu a notícia de que o maestro Bruno Walter, regente da Gewandhaus Orchester de Leipzig, estava impedido de trabalhar na Alemanha por ser judeu. Em maio de 1935, Virginia e Leonard Woolf foram à Alemanha, ver de perto o que acontecia: “[...] ao voltar para casa, àquela altura Virginia teve apenas um desejo: desmascarar o entrelaçamento social de misoginia, antissemitismo e fascismo.” (FUSINI, Nadia. *Sou dona da minha alma: o segredo de Virginia Woolf*. Tradução: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 287).

³ Julian alistou-se na Cruz Vermelha Britânica e 1 mês e 11 dias após ser enviado para Espanha, a ambulância que dirigia foi atingida por uma granada, em 18 de julho de 1936. Ele tinha 29 anos (FUSINI, Nadia. *Sou dona da minha alma: o segredo de Virginia Woolf*. Tradução: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 295).

⁴ Ver: VUILLARD, Éric. *A ordem do dia*. Tradução: Sandra M. Stroparo. Planeta, 2019.

⁵ FUSINI, Nadia. *Sou dona da minha alma: o segredo de Virginia Woolf*. Tradução: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 264.

⁶ Oxford e Cambridge iniciaram suas atividades educacionais, respectivamente, em 1096 e 1209. Até 1869 foi interdito às mulheres o acesso à educação universitária. Neste ano, foi criada a primeira faculdade feminina, Girton, na Universidade de Cambridge. Em 1879, a primeira

alistar e assim não poderiam negar pegar em armas⁷. Diante dessas condições materiais, *o mais apressado visitante deste planeta não poderia deixar de se dar conta de que a Inglaterra é regida por um patriarcado*.⁸

Virginia Woolf não se limita a apontar a ausência de mulheres nos cargos e funções de tomadas de decisão, cujo problema poderia ser solucionado com a ascensão de mulheres a estes quadros decisórios, mas ao demonstrar *como e por que* as relações sociopolíticas e econômicas são organizadas por uma lógica patriarcal e assim afirma o princípio da diferença e a necessidade da formação de *outras e novas* formas de relações sociais.

A partir das proposições de Woolf nos *Três Guinéus*, iniciamos a presente pesquisa de doutorado e considerando a condição desigual e subjugada das mulheres como uma *marca* da história, analisamos a formação das práticas e do pensamento moderno sobre a democracia, sendo possível afirmar que a tradição política ocidental, decorrente da formação do Estado pós-revolução Francesa, estabeleceu uma democracia exclusiva, com interdição do acesso ao poder político em razão não apenas da desigualdade de classe, mas também das desigualdades de

faculdade feminina na Universidade de Oxford. Porém, até 1956, entre as alunas das faculdades femininas e os alunos das Universidades, havia várias distinções.

* Nota de Virginia Woolf: “O número total de estudantes do sexo feminino que estão recebendo instrução nas instituições universitárias reconhecidas ou trabalhando em seus laboratórios ou museus não deve passar de quinhentos.” (*The Student’s Handbook of the University and Colleges of Cambridge*, 1934-1935, p. 616). O Whitaker nos informa que o número de estudantes do sexo masculino residentes em Cambridge, em outubro de 1935, era 5.328. E, aparentemente, não havia nenhum limite.” (Woolf, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 163)

** Nota do tradutor Tomaz Tadeu, edição brasileira de *Três guinéus*: “Embora a primeira faculdade feminina, Girton, tenha sido fundada em 1869, na Universidade de Cambridge, as mulheres não tinham, nas duas grandes universidades, Oxford e Cambridge, direito ao diploma e ao título correspondentes aos cursos completados. Foi apenas em 1920 que a Universidade de Oxford passou a conceder diplomas às estudantes do sexo feminino, enquanto a Universidade de Cambridge fez o mesmo apenas em 1948.” Em 1926 a Universidade de Cambridge limitou o número de vagas destinados às mulheres a 500, por ano, limitação que durou até 1960. (TADEU, Notas do tradutor. In: WOOLF, 2019a, p. 207 e 210).

⁷ “Vocês, naturalmente, poderiam, uma vez mais, pegar em armas – na Espanha, por exemplo – em defesa da paz. Mas esse, supostamente, é um método que vocês rejeitaram. De qualquer maneira, esse método não está disponível para nós; tanto o Exército quanto a marinha estão vedados ao nosso sexo. Tampouco nos é permitido fazer parte da Bolsa de valores. Assim, não podemos usar a mesma pressão da força nem a pressão do dinheiro. Não podemos pregar sermões nem negociar tratados. E também, embora seja verdade que podemos escrever artigos ou enviar cartas para imprensa, o controle da imprensa – a decisão sobre o que imprimir e o que não imprimir – está inteiramente nas mãos dos que pertencem ao seu sexo. É verdade que há vinte anos passamos a ser aceitas no Serviço Público e na Ordem dos Advogados; mas nossa posição ali é ainda muito precária e nossa autoridade, mínima.” (*Ibidem*, p. 76 e 77)

⁸ WOOLF, Virginia. *Um quarto só seu* [1928]. Tradução: Julia Romeu. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 61.

gênero⁹ e raça. Para cada um desses grupos sociais – homens pobres-operários, mulheres (de todas as classes) e negros e judeus – os processos de exclusão e interdição na participação democrática foram distintos, mas estiveram reciprocamente implicados. Se de um lado é necessário compreender o desenvolvimento singular e o regime de causalidade de cada um desses processos, por outro lado, é igualmente imprescindível compreender como estes processos se relacionam e as implicações que produzem uns nos outros.

Dito isso, a presente pesquisa pretende analisar esses distintos processos de limitação e interdição dos grupos não majoritários na formação da democracia e dos Estados modernos a partir da Revolução Francesa e da Revolução Russa, considerando o caso francês (1789-1804) e o caso soviético (1917) para compreender como os vetores das forças sociais atuaram nessas formações e como eles estão relacionados. Retendo o argumento woolfiano da existência de um fio imanente que une e coloca em relação recíproca Estado-Tirania-Guerra-misoginia e capitalismo patriarcal para analisar a sustentação da tese e, em caso positivo, que práticas e ideias sobre a democracia ela implica.

Assim, no Capítulo 2, investigaremos a formação do Estado, do direito e da democracia modernos a partir das lutas políticas ocorridas durante a Revolução Francesa. Nesse quadro histórico não só se apresentaram as definições que influenciaram todo mundo Ocidental como também já aparecem em germe as dificuldades de composição entre *a questão das mulheres e a questão social* que se aprofundaram, no decorrer do século XIX, com implicação na formação das lutas políticas feministas e na formação das lutas políticas socialistas.

No Capítulo 3, analisaremos o desenvolvimento da chamada “questão das mulheres” no campo socialista e a formação do Estado, do direito e da democracia engendrados a partir da Revolução Russa, uma vez que, neste caso histórico, o encaminhamento e o tratamento dado à condição e à submissão das mulheres foram diversos, conferindo à União Soviética a primeira constituição social do mundo a implementar medidas práticas que visavam a libertação das mulheres.

⁹ Utilizaremos ao longo desta tese tanto o conceito de gênero quanto o conceito de sexo ou sexual para designar as diferenças e desigualdades construídas historicamente entre homens e mulheres, considerando que as diferenças entre os sexos também são constituídas socialmente e não são imperativos decorrentes da natureza ou da biologia. Sobre a questão, ver, dentre outras: FEDERICI, Silvia [2017]; MIES, Maria [1986]; PERROT, Michelle [1988]; RUBIN, Gayle [1984]; MATHIEU, Nicole-Claude. *Sexo e gênero*. In: HIRATA, Helena e outras (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Realizaremos a análise do cenário das revoluções francesa e russa por três razões. Primeiro, porque entendido Revolução como acontecimento, “[...] em desengate ou em ruptura com as causalidades [...] um estado instável que abre um novo campo de possíveis”¹⁰, nelas se formaram¹¹ os campos sociais e políticos da modernidade e, imanentes nestas distintas formações sociais, se desenvolveram as disputas teóricas das noções de política, democracia e direito e a relação dessas ideias entre si que produziram: i) modelos políticos a serem repetidos (caso francês) ou combatidos (caso soviético); ii) tipos ideais de sociedade a serem imitados (caso francês) ou criticados (caso soviético); iii) paradigmas conceituais definidores.

Segundo, porque as mulheres na Revolução Francesa não apenas participaram ativamente dos acontecimentos como também interagiram com os líderes que estavam formando a política e as instituições e disputaram o direito à participação neste processo de criação do Estado e do Direito. Em relação à Revolução Russa – e aqui já se apresenta a primeira distinção entre as duas revoluções – as mulheres não apenas interagiram com os líderes como participaram da formação do Estado, do Direito, das instituições, tendo sido responsáveis por diversos comitês revolucionários e de formação política, elaboração dos direitos etc.

Terceiro, porque no contexto histórico da Revolução Francesa se inicia o esboço das lutas cujos contornos vão se desenvolver e intensificar no decorrer do

¹⁰ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. Maio de 68 não aconteceu [1984]. In: *Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. Tradução: Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 245.

¹¹ Utilizaremos nesta tese a concepção de *formação* em oposição à *fundação*, tal como proposto por Marilena Chauí em *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*: “Quando os historiadores falam em *formação*, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em *transformação* e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos percebidos, como processos temporais. Numa palavra, o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias).

Diferentemente da formação, a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou de aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação, enquanto imanente, aparece emanando da sociedade (no nosso caso, da nação) e, simultaneamente, enquanto transcendente, engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana.” (CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* [2000]. In: *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 151)

século XIX, imanentes ao desenvolvimento da industrialização e a consolidação das classes sociais do capitalismo. É um momento em que já se anuncia a formação dos movimentos de luta política e as dificuldades de composição entre a *questão das mulheres* e a *questão social*, tanto no que diz respeito a uma composição entre as mulheres, quanto no que diz respeito à composição da questão das mulheres no campo da questão social. Os aspectos gerais dessas disrupções se apresentaram também nas lutas que se desenvolveram na Inglaterra, na Alemanha e na Rússia, ressalvadas as diferenças dos contextos sociais singulares e no caso específico da Rússia, o desenlace e o encaminhamento serão diversos, como veremos no momento apropriado. É este também o contexto de formação das chamadas *lutas feministas*, assim qualificadas na época porque vão se organizar na luta pela conquista dos direitos políticos e civis e as *lutas das mulheres*, inseridas e subsumidas às *lutas populares*, em torno de uma transformação das condições sociais materiais mais amplas. Em suma, esses dois quadros históricos são expressivos para análise da diferença entre os *modos de ver e imaginar* a questão das mulheres e como essa diferença implica, necessariamente, a formação do Estado, da democracia e do direito de cada uma dessas formações sociais.

A partir dessas duas análises, pretendemos investigar e contribuir para os debates da Teoria Política que concebe o patriarcado não como forma da relação privada estabelecida entre os sexos, mas como a *forma* adotada pelo Estado, expressa pelo Direito e realizada na formação da democracia moderna e assim retomar algumas questões apresentadas neste campo de pesquisa como a assimilação entre Estado moderno capitalista patriarcal como tirania¹² e, se assim

¹² Sobre o campo aberto para pesquisa desta dimensão, diz Joan Scott: “A ligação entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido bem observada mas não foi estudada a fundo.” (SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* [1986]. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 72). Luis Felipe Miguel, de uma maneira sumária e um pouco esquemática, localiza o surgimento do campo da Teoria Política feminista a partir do final da década de 1970 e faz as seguintes observações: “A atenção dada [pelo feminismo que emerge da segunda metade do século XX] à política institucional e o diálogo com as tradições da teoria política são praticamente nulos. Nesse momento, a denúncia do patriarcado como forma de dominação política é fortemente retórica e com reduzido desenvolvimento teórico, já que se julga que o império do patriarcado “é evidente, uma vez que se lembra que as forças armadas, indústria, tecnologia, universidades, ciência, cargos políticos e finança – em suma, cada caminho para o poder dentro da sociedade, incluindo a força coercitiva da polícia [-] est[ão] inteiramente em mãos masculinas”. O sexismo é apresentado “como raiz e paradigma das várias formas de opressão” e o estupro, como “modelo da construção de armas nucleares, racismo, pobreza causada pelo homem, contaminação química”. Em suma, grande parte da formulação feminista, até finais da década de 1970, passa ao largo da teoria política. Só a partir de então começa a se formar uma teoria política feminista propriamente dita. Ela exige uma revisão

for, que *modo de ver e imaginar* a democracia podem ser engendrados a partir dessa crítica e a discussão sobre as noções e relações entre os espaços privado e público¹³. Pensamos que ambas as questões ainda não foram suficientemente abordadas e talvez tenham sido precipitadamente abandonadas.

Joan Scott ao definir a categoria de gênero como critério para análise histórica propõe “uma conexão integral entre [as ideias de] gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças *percebidas* entre os sexos e [como a maneira] primeira de significar as relações de poder”¹⁴ e assim, a categoria implicaria a análise de quatro aspectos relacionados entre si: do simbólico, dos conceitos normativos, do político, em referência às instituições e organizações sociais e da identidade subjetiva. Embora a historiadora ressalve que os quatro aspectos devem ser pensados de forma articulada, interessa-nos, para fins desta pesquisa, especialmente, o aspecto do político e das instituições. Invocar a categoria de gênero proposta por Joan Scott opera tanto como orientação para análise como uma *prova dos nove* da categoria proposta, uma oportunidade para verificar, a partir da revolução francesa e russa *se, como e por quê*:

[...] o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. [...] o campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. [Considerando que] o gênero não é o único campo, mas parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder, no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.¹⁵

crítica dos pressupostos do pensamento político ocidental, em especial assinalando como a divisão entre as esferas pública e privada, naturalizada e assumida como incontestável, é crucial tanto para o estabelecimento do espaço da política tal como ele está constituído quanto para a exclusão das mulheres desse mesmo espaço. Longe de ser um acontecimento contingente, tal exclusão é condição necessária e consequência inevitável da maneira como a política e as instituições são concebidas.” (MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a fundação da teoria política feminista. In: BALLESTRIN, Luciana e MIGUEL, Luis Felipe (orgs). *Teoria e política feminista: contribuições ao debate de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2020, p. 14).

¹³ Na década de 1970 quando essa questão é extensamente debatida, sai dela o slogan “o pessoal é político” que possui vários sentidos, como apresenta Diane Lamoureux no verbete correspondente do *Dicionário Crítico do Feminismo* (LAMOUREUX, Diane. Público/Privado. In: HIRATA, Helena e outras (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Tradução: Naira Pinheiro. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 208-213). No entanto, pensamos que essa forma de *sintetizar* o debate carrega inúmeros problemas, seja porque não explora devidamente a dialética dessa relação, seja por seu teor individualista. Retornaremos à questão porque achamos que a partir do caminho que será seguido, ficará demonstrado que não se trata de dizer que “o pessoal é político”, mas de compreender como e por que o político se constitui na forma autoritária, ou, em outras palavras, como e porque a forma autoritária das relações privadas formou o Estado, a política, a democracia e o direito modernos.

¹⁴ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica [1986]. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 67.

¹⁵ *Ibid.*, p. 69

No que se refere à Revolução Francesa, após inúmeros reverses, o saldo dos possíveis abertos se apresenta na *forma* assumida pelo Estado e suas instituições bem como na formação da questão democrática e da questão das mulheres conforme assinala a historiadora francesa Michelle Perrot:

Sem dúvida, jamais [até a Revolução Francesa] os papéis sexuais foram definidos com maior rigor normativo e explicativo [e] o poder político [consolidado como] apanágio dos homens – e dos homens viris. Ademais, a ordem patriarcal deve reinar em tudo: na família e no Estado. É a lei do equilíbrio histórico.¹⁶

Analisaremos, como e por que o resultado foi esse. Queremos extrair da *forma* assumida pelo Estado um *modo de ver e imaginar* a política que ela expressa, a partir da exclusão que promove e questionar a possibilidade democrática dessa forma de democracia – é isso que o *panfleto político* de Virginia Woolf traz para superfície, torna visível e nos faz questionar. Demonstrar que na modernidade esse *modo de ver e imaginar* se manifestou efetivamente, não implicitamente e não está limitada às relações privadas, nem às relações entre homens e mulheres, mas como uma forma de relação social, definindo a partilha do poder político em termos sexuais e, distintamente de épocas passadas, institucionalizando a forma patriarcal, como veremos.

No que diz respeito à formação das lutas políticas tanto no campo das lutas sociais quanto no campo da luta de mulheres não pertencentes às classes populares, analisaremos as dificuldades de composição nesse contexto histórico no qual emergem os *protótipos* da luta da classe operária e da chamada *luta feminista*¹⁷. Do ponto de vista do campo das lutas sociais, é construída uma crítica à *luta feminista* pela conquista de direitos das mulheres isolada da luta de classes e isso não pode

¹⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 175.

¹⁷ No contexto das duas revoluções que analisaremos o termo *luta feminista* aparece cunhado nos movimentos sociais para diferenciar as lutas das mulheres inseridas na classe burguesa das lutas das mulheres integrantes da classe proletária, na qual uma demanda relativa às questões específicas da condição das mulheres está subordinada às questões compartilhadas pela classe. Esta distinção entre “movimento de mulheres” e “movimento feminista” vigorou até o final do século XX. Atualmente, o pensamento negro reacendeu o debate em torno da adoção ou recusa do termo *feminista*, para marcar as contradições e ausência, na pauta *feminista liberal ou branca ou ocidental*, das diferenças e especificidades, determinadas pela classe e pela raça, da condição das mulheres negras. Sobre isso, ver, dentre outros: GONZALEZ, Lélia. [1988], 2020; hooks, bell. 2019; MIÑOSO, Yuderky Espinosa. 2020; OYĚWŪMI, Oyèrónké. [1997], 2021 e [2004], 2020; VERGÈS, Françoise. 2020.

ser creditado apenas a um *imaginário social antifeminino dominante*, embora ele esteja presente, mas compreendemos que esta crítica expressa uma maneira de *ver* e *compreender* a luta por direitos na sociedade capitalista e a participação política na democracia liberal representativa, uma vez que a participação política não suprime os antagonismos econômicos, como será aprendido pela experiência política das revoluções posteriores de 1848 e 1871, tanto quanto será aprendido que a transformação do direito e a participação na política são *condições* para a superação do Estado burguês.

Do ponto de vista das mulheres, nesse momento histórico¹⁸, uma vez que “os conceitos que as feministas [francesas] usaram tinham raízes em sua época e só podem ser entendidos nesse contexto específico”¹⁹, a luta pela conquista de direitos encarna uma luta contra a formação de um Estado Patriarcal cuja “lei é a expressão sem partilha de um poder patriarcal que regulamenta a relação entre os sexos de uma maneira que não se pode considerar arbitrária.”²⁰ Como enuncia Joan Scott em *A cidadã paradoxal*: “A história do feminismo não é a história de ‘mulheres que reivindicam direitos dos homens’”²¹, mas uma luta para suprimir a diferença sexual que se plasmou como diferença política. Por isso, voltar nesse momento histórico tem o objetivo de alcançar o sentido da luta por direitos nesse momento de formação da democracia e do Estado modernos e como os direitos, expresso pelas leis, realizaram a partilha entre privilégios e carências²², portando

¹⁸ Com o desenvolvimento histórico das lutas e efeitos concretos das suas conquistas, limitados pela implicação recíproca da classe, gênero e raça, pelas dificuldades de composição entre as lutas e com o desenvolvimento teórico, a luta das mulheres pela conquista de direitos será *vista e entendida* como feminismo liberal, uma vez que buscaria e supostamente se contentaria com a conquista da igualdade formal de direitos.

¹⁹ SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução: Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 41

²⁰ PERROT, Michelle. Sair. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 4: O Século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, p. 527

²¹ SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução: Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 28

²² Seguimos aqui a definição de Marilena Chauí que define Direito como necessariamente geral e universal diferindo de uma necessidade, uma carência, um interesse e um privilégio: “O que é um direito? Um direito difere de uma necessidade ou carência, de um interesse e de um privilégio. Uma necessidade ou carência é algo particular e específico. Alguém pode ter necessidade de água, outro, de comida. Um grupo social pode ter carências de transportes, outro, de hospitais. Há tantas necessidades quanto indivíduos, tantas carências quanto grupos sociais. Um interesse também é algo particular e específico, dependendo do grupo ou da classe social. Necessidades ou carências, assim como interesses tendem a ser conflitantes porque exprimem as especificidades de diferentes grupos ou classes sociais. Um direito, porém, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Assim, por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito

assim os princípios da igualdade formal e da desigualdade material e as implicações disso para a política em meio ao desenvolvimento do capitalismo.

Analisar as revoluções a partir desta perspectiva da história das lutas das mulheres, possibilita desdobrar em questões sobre qual é a relação entre o capitalismo e o patriarcado, como e por que a diferença entre os sexos é um dos motores do capitalismo, imprimindo no Estado e na política uma forma e um princípio de desigualdade e constituindo um dos seus pilares. Com efeito, poderemos questionar: será mesmo que as lutas travadas pelos movimentos feministas se acomodam ao capitalismo, como entendem alguns teóricos marxistas ou são lutas que forçam um tipo de democracia que o capitalismo não pode comportar? Porque se a luta por direitos pode ser facilmente acomodada pelo capitalismo, essa característica diz mais respeito à natureza do capitalismo e dos direitos sob o capitalismo do que sobre as lutas em si.

Por isso a necessidade de analisar o tratamento da questão no bojo da Revolução Russa, uma revolução que se considerou impossível sem a participação das mulheres, tal como expresso por Lenin:

Não se pode haver Revolução Socialista se a imensa maioria das mulheres trabalhadoras não tomam parte ativa nela. [...] A experiência de todos os movimentos de libertação confirma que o êxito da revolução depende do grau em que dela participem as mulheres.²³

Assim, constatamos que para o líder da revolução russa que pretendeu extinguir o capitalismo e instaurar uma nova sociedade onde a “verdadeira democracia” pudesse florescer, uma etapa era necessária: criar uma forma Estado na qual a igualdade jurídica entre os sexos estivesse assegurada:

A situação da mulher mostra com singular relevo a diferença entre a democracia burguesa e a democracia socialista [...] a democracia burguesa promete igualdade e liberdade. Mas, de

à vida. A carência de moradia ou transporte também manifesta algo mais profundo: o direito a boas condições de vida. Da mesma maneira, o interesse, por exemplo, dos estudantes exprime algo mais profundo: o direito à educação e à informação. Em outras palavras, se tomarmos as diferentes carências e os diferentes interesses veremos que sob eles estão pressupostos direitos. Diversamente de necessidades, carências e interesses, que pressupõem direitos ainda não concretizados, o privilégio é o que se opõe ao direito: justamente por sua universalidade, um direito se opõe ao privilégio, pois este é sempre particular e nunca pode universalizar-se, de maneira que onde há privilégios não pode haver direitos.” (CHAUI, Marilena. O mito da não violência brasileira. In: CHAUI-BERLINK, Luciana e ITOKAZU, Éricka Marie (orgs). *Sobre a Violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, pp. 34 e 35).

²³ LENIN, Vladimir. Discurso pronunciado no I Congresso de operárias de toda Rússia. In: *Sobre a emancipação da mulher*. Tradução: Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 62 e 63.

fato, as repúblicas burguesas, por mais avançadas que sejam, *não têm dado* à mulher, que constitui metade do gênero humano, plena igualdade com o homem ante a lei nem a tem liberado da tutela e da opressão do homem. A democracia burguesa é a democracia das frases pomposas, do palavrorio solene, das promessas retumbantes, das palavras de ordem grandiloquentes de *liberdade e igualdade*; porém, na prática, tudo isso encobre a falta de liberdade e a desigualdade da mulher, a falta de liberdade e a desigualdade dos trabalhadores e explorados. [...] Abaixo esta vil mentira! Não pode haver, não há, nem haverá “liberdade” verdadeira enquanto os privilégios que a lei concede aos homens impeçam a liberdade da mulher, enquanto o operário não se emancipe do jugo do capital, enquanto o camponês trabalhador não se libere do jugo do capitalista, do latifúndio ou do comerciante. [...] Em dois anos, em um dos países mais atrasados da Europa, o Poder soviético tem feito em favor da emancipação da mulher, de sua igualdade com o sexo “forte”, o que não tem feito em cento e trinta anos todas as repúblicas avançadas, ilustradas e “democráticas” do mundo, tomadas em conjunto.²⁴

É preciso dizer ainda que, considerar o marco histórico da Revolução Francesa assinala uma tomada de posição relativa ao extenso debate a respeito das origens do patriarcado e sobre a suposta existência pretérita de um *matriarcado* a ser recuperado. Estudos antropológicos e arqueológicos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX demonstram que um *matriarcado* – idealizado ou entendido como um tipo de organização social tal como o patriarcado com o sinal invertido, ou seja, uma organização social na qual as mulheres exercessem um papel de dominação e opressão sobre os homens – nunca existiu. Existiram (e ainda existem) diversas outras formas de organização social, nas quais as relações entre homens e mulheres e os papéis desempenhados variavam da forma Ocidental que conhecemos.

Sociedades nas quais a designação da descendência decorria da linhagem materna são chamadas de matrilineares e sociedades nas quais a estrutura de parentesco determina que o homem deixe sua família de origem para morar com a esposa ou a família da esposa são chamadas de matrilocais. Em ambas, não necessariamente as relações entre o poder e a propriedade obedecem a leitura realizada por Lewis Henry Morgan em *Ancient Society* [1877] e Friedrich Engels em *A Origem da Família, da propriedade e do Estado* [1884]. Além disso, existiram também sociedades cuja designação da descendência decorria da

²⁴ LENIN, Vladimir. O poder soviético e a situação da mulher [1919]. In: *Sobre a emancipação da mulher*. Tradução: Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 75 a 77.

linhagem patrilinear sem implicar na subjugação das mulheres. Da mesma forma, as causas que acarretaram a transformação dessas sociedades antigas ou primitivas são várias e de complexa interação como indica Gerda Lerner:

Com [Claude] Meillassoux e [Peter] Aaby, saímos do campo da especulação puramente teórica para a consideração de provas com base em dados antropológicos de sociedades primitivas no tempo histórico. Levamos em consideração evidências materiais, tais como ecologia, clima e fatores demográficos, e destacamos a complexa interação de vários fatores que devem ter afetado os desenvolvimentos que tentamos entender. Não podemos apresentar evidências sólidas dessas transições pré-históricas senão por inferência e comparação com o que sabemos. Há poucos fatos dos quais podemos ter certeza com base em evidências arqueológicas. Em algum momento durante a revolução da agricultura, sociedades relativamente igualitárias, com divisão sexual do trabalho baseada em necessidade biológica, deram espaço a sociedades mais estruturadas, nas quais eram comuns a propriedade privada e o comércio de mulheres com base no tabu do incesto e na exogamia. As primeiras sociedades sobreviventes eram, de modo predominante, patrilineares e patrilocais. Não existem evidências de um processo inverso, passando de patrilinearidade para matrilinearidade. As sociedades mais complexas faziam a divisão do trabalho não mais com base apenas em distinções biológicas, mas também em hierarquia e no poder de alguns homens sobre os outros e todas as mulheres. Inúmeros acadêmicos concluíram que a mudança descrita aqui coincide com a formação dos estados arcaicos. Por isso, é com esse período que deve acabar a especulação teórica e começar a pesquisa histórica.²⁵

Também não nos filiamos a teorias que pretendem atribuir a existência de alguma forma de patriarcado a sociedades primitivas das Américas e da África antes da invasão colonial, como o defendido por Rita Segato em *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*.

Adota-se, portanto, nesta tese, a perspectiva de que o patriarcado possui historicidade, tal como as demais relações sociais históricas, mas não se configura como um sistema autônomo, visto que com o advento do capitalismo, ele é transformado, assumindo as feições singulares. Embora haja uma insistência na História, sociologia, filosofia e no pensamento político em submeter a *questão das mulheres à questão social*, recorrendo à ideia de que a desigualdade entre os sexos é mero legado de épocas passadas, veremos que as experiências revolucionárias

²⁵ LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019, p. 84.

“preocupam-se com a relação entre os sexos [tanto] como o fizeram, antes dela, o cristianismo, a Reforma, o racionalismo de Estado”²⁶, bem como as contrarrevoluções que vieram depois e os processos de desdemocratização²⁷ e neoconservadorismo em curso na América Latina.

Conforme será demonstrado, a forma Estado capitalista patriarcal é instituída, não é fortuita, como resultado das disputas políticas que estavam em jogo durante a Revolução Francesa. Nestas disputas, as mulheres exerceram diversos papéis ativos de agentes políticos, ou seja, não figuraram apenas como eternas vítimas subjugadas. Elas buscaram assegurar a universalização do Direito e a participação na formação do Estado e das instituições e foram vencidas²⁸. Nesse sentido, entendemos o Direito como expressão de um resultado sempre provisório do conflito social, um “índice de um outro combate coexistente de um ponto que a axiomática não pode suportar”²⁹, uma vez que a despeito das definições de cidadania adotadas pelas Assembleias e a forma final adotada pelo Direito, as mulheres exerceram a cidadania em ato, participando das ações³⁰.

Isso não implica sobrepor hierarquias – patriarcal acima da classe – e também não é uma filiação a posições que compreendem que a formação do Estado moderno foi *planejada contra* as mulheres³¹, simplesmente porque o combate travado pela Revolução Francesa era contra o Antigo Regime, mas significa afirmar a questão das mulheres como *uma das questões centrais* para a política.

²⁶ SLEDZIEWSKI, Elisabeth. Revolução francesa. A viragem. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, p. 41

²⁷ A noção de *desdemocratização* é invocada por Flávia Biroli em *Gênero, “valores familiares” e democracia*. In: BIROLI, Flávia, MACHADO, Maria das Dores Campos e VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020, pp. 135-188.

²⁸ Isso não significa afirmar que existiu um “movimento organizado das mulheres”. O que veremos é que a questão das mulheres foi colocada e definida.

²⁹ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. Vol. 5. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 187

³⁰ Conforme a posição de Dominique Godineau em *Citoyennes tricoteuses: les femmes du peuple à Paris pendant la Révolution Française*. Paris: Editions Alinea, Perrin, 2004 e *Histoire sociale, histoire culturelle, histoire politique: la question du droit de cité des femmes*. In: LAPIED, Martine e PEYRARD, Christine (direction). *La Révolution Française au Carrefour des Recherches*. Aix-en-Provence: Publications de l’Université de Provence, 2003.

³¹ Posição proposta por Joan B Landes em *Women and the Public Sphere in the Age of the French Revolution*, criticada por Geneviève Fraisse em *Les deux gouvernements: la famille et la Cité* e Lynn Hunt em *L’Histoire des femmes: accomplissements et ouvertures*. A primeira argumenta que a democracia [revolucionária francesa] é excludente e não exclusiva, uma vez que, neste momento, a exclusão das mulheres da política decorre como efeito de um conjunto de impedimentos. A segunda alerta que o tipo de argumento levantado por Landes conduz sempre a uma desqualificação *tout court* dos jacobinos e da Revolução Francesa, pois analisa o acontecimento da Revolução Francesa apenas no seu caráter de fechamento, desconsiderando as aberturas.

Entendemos que se o Estado e o Direito tomaram tais formas isso só pode ser entendido a partir do desenvolvimento interno do processo revolucionário, mas principalmente, em razão do desenvolvimento do capitalismo que impõe uma forma patriarcal ao Estado para manutenção da nova ordem política, social e econômica que está sendo preparada. As causas que levaram revolucionários – moderados e radicais – a adotarem posições e decisões conservadoras em relação à *posição* e às *funções* das mulheres na República moderna devem e podem ser identificadas no processo histórico das lutas. Essas causas são políticas, econômicas e ideológicas, necessariamente implicadas e vinculadas com o advento do capitalismo. Sem essa perspectiva não é possível compreender por que não apenas as mulheres saem vencidas, mas também *o grande número*, ou seja, as massas e não conseguimos compreender como as categorias de classe e gênero se relacionam.

Por fim, no Capítulo 4, analisaremos as causas da dificuldade de composição da luta política entre as categorias sociais de classe e gênero considerando os debates travados no campo marxista e as contribuições do feminismo marxista para as questões.

*

Durante a pesquisa, compreendemos que pensar a relação entre as desigualdades de gênero, raça e classe impõe desafios tanto para a teoria quanto para a organização das lutas políticas. Apartadas do campo da produção de pensamento e da formação educacional, as teorias políticas feministas e antirracistas aparecem segmentadas, ensimesmadas e as *questões das mulheres e do racismo ainda* aparecem como questões que não fazem parte da política.

No decorrer da pesquisa e da prática docente temos compreendido que as questões sobre as quais este estudo se dedica dizem respeito à filosofia política e não a “uma filosofia política *feminista*”, embora essas questões apareçam no que se convencionou chamar de *campo feminista*. Pensamos que o *significante feminista*, ou qualquer outro e são vários os criados, *antirracista, decolonial, pós-moderno, pensamento do Sul* etc. produzem alguns prejuízos, dentre eles, o de produzir um “gueto”, um espaço segmentado na formação educacional, onde tais questões ganham um tópico especial no bojo de uma disciplina, um capítulo de livro – quando aparecem – mas não contaminam *todo* o campo do conhecimento.

Como se a discussão da questão das mulheres não fizesse parte das discussões da política, da formação teórica e prática do Estado, do Direito, da Democracia.

A historiadora Michelle Perrot, uma das pioneiras dos estudos e da criação da História das mulheres na França comenta as dificuldades e os problemas:

A História das mulheres, sem dúvida, não operou a “ruptura epistemológica” esperada por suas iniciantes [...]. Seu reconhecimento acadêmico é frágil e suas estruturas institucionais ainda bastante insuficientes. Sua transmissão, particularmente no ensino primário e secundário, e sua continuação não são asseguradas.³²

A experiência como docente demonstrou com frequência estas segmentações e dificuldades. Quatro situações foram emblemáticas: em uma turma de Filosofia do Direito tivemos oportunidade de ministrar duas aulas sobre o tema da violência contra as mulheres, o que foi recebido majoritariamente pela turma como “um assunto *de feminista*”, “assunto de mulher”, aparentemente sem relação com a política. Em outra experiência, em uma turma de Direito Constitucional, a questão do racismo era entendida pelos alunos como um problema exterior ao problema do Estado e não como uma questão que coloca em xeque as próprias concepções hegemônicas de Estado, Direito e Democracia. Em um evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, em 2021, com o tema “O exercício da advocacia nos anos de chumbo: a luta por liberdade”, propusemos pensar as atuações de Eunice Paiva na luta pela memória e de Lélia Gonzalez na Constituinte de 1988 para extrair delas uma concepção de democracia como regime de organização das relações sociais em promoção da vida. A exposição foi recebida pelos advogados com os quais a mesa foi compartilhada como “narrativas” que também aparentemente nada teriam a ver com a *História* da luta pela democracia e com o pensamento político brasileiro, ambos constituídos *verdadeiramente* pela “história dos bravos heróis que lutaram” pela redemocratização. Por último, quando da divulgação de um curso intitulado *Formação feminista e antirracista – Política e Direito*, muito foi perguntado pelo público: “e o capitalismo?” como se os problemas gerados pelo sexismo e pelo racismo nada tivessem a ver com o capitalismo e como se, em última instância, a crítica feminista e antirracista não tivesse potência de produzir uma crítica radical ao capitalismo.

³² PERROT, Michele. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena e outras (org). *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução: Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Segmentadas das teorias políticas, das teorias da democracia, das teorias do Estado *as questões das mulheres e do racismo* muitas vezes não são consideradas *categorias políticas úteis para análise*. Ensimesmadas, as teorias feministas e antirracistas não raro se perdem em procedimentos de crítica de efeito questionável. Pensamos que essa difícil permeabilidade teórica prejudica tanto campo da filosofia política, quanto o das práticas, perdendo ambos um potencial radicalizador. Luis Felipe Miguel em *O feminismo e a política* ingressa no debate afirmando o seguinte:

[...] Na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o “patriarcado”, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia. Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise.³³

Por outro lado, para as teorias feministas e antirracistas ensimesmadas, cair em um círculo sem saída da opressão e dominação, da denúncia, do ressentimento, da vulnerabilidade e da má consciência etc., parece inevitável e assim se esvai a possibilidade emancipadora da crítica e do pensamento filosófico político.

A bem da verdade, esse foi um problema detectado na pesquisa bibliográfica realizada. Grande parte da teoria feminista debruça-se sobre a denúncia das opressões e a análise crítica que realiza sobre a formação do Estado e da democracia como patriarcais e racistas deixam, muitas vezes de apontar para possíveis caminhos de saída desse estado de coisas. Foi, portanto, diante de um impasse teórico que encontramos no pensamento feminista marxista uma forma de analisar as formações históricas e uma tentativa de construção de uma via, teórica e prática, transformadora, emancipatória e inclusiva. Foi, por meio da teoria feminista marxista que conseguimos encontrar algumas respostas para as perguntas que embasaram o início dessa pesquisa, tais sejam, como classe, gênero e raça se relacionam e como a forma como essas categorias se relacionam diz respeito a construção de um corpo político mais ou menos democrático.

33 MIGUEL, Luis Felipe. *O feminismo e a política*. In: BIROLI, Flavia e MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Diferentemente das Teorias Políticas tradicionais o feminismo marxista pretende não apenas explicar como e por que o capitalismo é constituído não apenas pela diferença de classe, mas também de gênero e raça, como ele percebe a necessidade urgente de repensar o conceito de classe trabalhadora, ultrapassando sua versão reducionista e economicista que limita o conceito aos trabalhadores no local de produção. Ao propor uma análise ampliada do capitalismo, a trajetória do feminismo marxista consiste em um esforço de pensar a exploração e as opressões de modo integrado. Desta forma, tal perspectiva nos ajuda a compreender como a ofensiva do capitalismo contra a classe trabalhadora se expressa constantemente e de maneira renovada em um ataque às mulheres e à população racializada a serviço da acumulação de capital.

Partindo do pressuposto de que as relações sociais no capitalismo estão integradas, sendo uma coconstitutiva da outra, o feminismo marxista aponta caminhos estratégicos de resistência e luta nos quais os laços de solidariedade possam ser expandidos e se torne possível vislumbrar um horizonte comum.

*

Com a formação dos Estados Modernos, a partir do século XVII, o problema político fundamental que se configurou foi a ascensão do povo como sujeito do governo, o que se refletiu, por conseguinte, nas formulações modernas das teorias e práticas da democracia. As teorias modernas da democracia precisaram responder à questão: como mediar – ou o que vai prevalecer no pensamento de tradição liberal – como controlar e/ou interditar “a participação do homem comum nas questões do Estado.”³⁴

34 “Se o nacionalismo era uma força histórica reconhecida por governos, a “democracia”, ou a crescente participação do homem comum nas questões do Estado, era outra. Os dois eram uma única coisa, na medida em que movimentos nacionalistas nesse período tornaram-se movimentos de massa e certamente a essa altura praticamente todos os líderes radicais nacionalistas supunham esses dois conceitos como sendo idênticos. [...] do ponto de vista das classes dirigentes, o fato importante era não aquele em que acreditavam as “massas”, mas que seus credos agora contavam na política. Elas eram por definição numerosas, ignorantes e perigosas; muito perigosas, precisamente devido à sua ignorante tendência para acreditar em seus próprios olhos, que lhes diziam que aqueles que os governavam davam muito pouca atenção a suas misérias, e a simples lógica que lhes sugeria que, já que formavam a grande maioria do povo, o governo deveria basicamente servi-lhes em seus interesses. Tornava-se, portanto, cada dia mais claro, nos países desenvolvidos e industrializados do Ocidente, que mais cedo ou mais tarde os sistemas políticos teriam que abrir espaço para essas forças. Além disso, também tornava-se claro que o liberalismo que formava a ideologia básica do mundo burguês não tinha defesas teóricas contra essa contingência.” (HOBSBAWN, Eric. J. *A era do capital*. Tradução: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 147 e 148).

Thais Florencio de Aguiar em seu livro *Demofobia e demofilia: dilemas da democracia* realizou a análise do pensamento de teóricos da democracia, filiados à tradição liberal como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, James Madison (e os Federalistas), Stuart Mill, Spencer, Vilfredo Pareto e Joseph Schumpeter³⁵. Tais teóricos debruçaram-se sobre o conceito de povo e teorizaram sobre os critérios para atuação na arena democrática de modo a controlar, limitar ou, mesmo, interditar a participação de diferentes atores sociais na esfera pública de decisão e de governabilidade. Preconizaram sobre “a exterioridade dos modos de organização [,] propondo a racionalização da gestão do grande número”³⁶. Esses teóricos liberais, espectadores amedrontados das revoluções ocorridas nos séculos XVIII e XIX³⁷, forneceram as justificativas teóricas para a restrição e exclusividade do *dèmos* moderno, sob a alegação da descrença na capacidade de governo do povo.

Thais Florencio observou que a ascensão do povo na modernidade como problema político e sujeito do governo foi permeada pelo regime afetivo do ódio e deste modo, a cientista política formulou o conceito de *Demofobia* para demonstrar, na formação do pensamento filosófico político moderno, a presença do paradoxo: a afirmação da democracia como o governo do povo e a necessidade de limitar a atuação deste sujeito na esfera política. Para Thais Florencio, o afeto do medo operou como obstáculo epistemológico determinante e deformou as teorias modernas da democracia.³⁸

O regime afetivo expresso nas teorias liberais da democracia é engendrado tanto no campo do imaginário social e seu correspondente regime de crenças quanto nas condições materiais da formação social e econômica capitalista. O estabelecimento de uma forma democrática inclusiva seria incompatível com a disputa pela tomada do poder político pela proeminente classe burguesa em

³⁵ Critérios eleitos por cada um dos pensadores mencionados, na formação de suas teorias restritivas sobre a democracia: Benjamin Constant – o grande número sob o critério do esclarecimento; Alexis Tocqueville – o desprezo e temor em relação à massa; James Madison (e os Federalistas) – a blindagem contra a facção, controle sobre os governados; Stuart Mill – a subsunção do *dèmos* na fórmula “governo de todos” (critério meritocrático); Spencer – as premissas para sobrevivência dos mais aptos e, para os dois últimos – minorias organizadas e “menos *dèmos*” (AGUIAR, Thais. Florencio. *Demofobia e demofilia: dilemas da democracia*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015, pp. 29-74).

³⁶ *Ibid.*, p. 13.

³⁷ Independência das colônias norte-americanas, 1775-1783; Revoluções francesas de 1789-1799; 1830; 1848 e Comuna de Paris, 1871.

³⁸ AGUIAR, Thais Florencio., op. cit., p. 13.

formação. Essa tomada de poder implicava tanto o monopólio da organização da política, quanto o monopólio da organização da divisão social do trabalho para manutenção dos privilégios econômicos, de modo que a formação do Estado, do direito e da democracia modernos precisa ser analisada à luz do desenvolvimento dos processos da acumulação primitiva do capital, tal como observado por Marx.³⁹

De acordo com o Mouro, estes processos ocorridos no período compreendido entre o final da Idade Média e o século XIX destinaram-se a liberação da mão de obra serva dos meios de produção e de subsistência, aos quais o produtor tinha acesso direto. Aliado aos processos de expropriação, os produtores diretos também precisavam passar pelo desligamento das “obrigações e identidades costumeiras, corporativas, normativas e comunitárias”⁴⁰, visto que o modo de produção capitalista exige indivíduos “livres e iguais” com capacidade jurídica para estabelecerem relações contratuais na nova ordem econômica baseada na oferta e demanda de contratação de mão de obra. A formação social e econômica capitalista imporia, portanto, o paradoxo da *produção*⁴¹ de um tipo de igualdade que permitisse o estabelecimento das novas relações sociais e econômicas, mas sem implicação nas relações políticas.⁴²

Assim, as teorias liberais da democracia trataram de promover os argumentos para legitimação de uma *igualdade jurídica* e uma *liberdade política* formais, prevendo diversos critérios para restrição da atuação dos produtores

39 MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

40 WOOD, Ellen. *Democracia contra o capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 180.

⁴¹ Produção no sentido apresentado por Marx em *Introdução à crítica da economia política* [1857]. (MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977).

⁴² “O capitalismo transformou também de outras formas a esfera pública. A relação entre capital trabalho pressupõe indivíduos formalmente iguais e livres, sem direitos e obrigações normativas, privilégios ou restrições jurídicas. A separação do indivíduo das instituições e identidades corporativas começou muito cedo na Inglaterra [...] e a ascensão do capitalismo foi marcada pelo desligamento crescente dos indivíduos (para não mencionar a propriedade privada) das obrigações e identidades costumeiras, corporativas e comunitárias. O surgimento desse indivíduo isolado teve, desnecessário dizê-lo, o seu lado positivo, cujas consequências emancipadoras a doutrina liberal hoje enfatiza, com seu conceito (mito?) constitutivo da soberania individual. Mas também houve um outro lado. Em certo sentido, a criação da soberania individual foi o preço pago pela multidão trabalhadora para entrar na comunidade política ou, para ser mais preciso, no processo histórico que gerou a ascensão do capitalismo e o trabalhador assalariado “livre e igual” que se juntou ao corpo de cidadãos, foi o mesmo processo em que os camponeses foram despossuídos e desenraizados, arrancados de sua propriedade e de sua comunidade, com seus direitos comuns e costumeiros.” (WOOD, Ellen. *Democracia contra o capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 180 e 181).

diretos nos espaços políticos de decisão e governabilidade, instaurando, com efeito, uma democracia com base popular restrita e passiva⁴³, não apenas no que diz respeito aos grupos definidos pela categoria de classe, mas também aos grupos definidos pelas categorias de gênero e raça.

Assim, no nascimento da democracia moderna, o medo de que os despossuídos, com sua inequívoca vantagem numérica, pudessem promover uma redistribuição radical da riqueza e da propriedade caso tivessem poder de decisão, determinou a exclusão do grande número da arena política. Com efeito, a formação do Estado, da democracia e do Direito na modernidade ganha os contornos da nova ordem social capitalista em desfavor da maioria.

Não obstante, como veremos no capítulo a seguir, o desenho democrático da modernidade também excluiu as mulheres em sua totalidade, fundando as esferas público e privada com base na diferença construída socialmente entre os sexos, justificadas por uma suposta diferença de natureza humana, confinando e identificando as mulheres à esfera e às funções privadas e desqualificando-as para o exercício das funções públicas e da política.

⁴³ Conforme a historiadora de Ellen Wood, a fundamental distinção entre a democracia antiga e a democracia moderna é que na primeira a mão de obra livre teve acesso à esfera pública de decisão e de governabilidade ao lado da aristocracia e ambas as classes constituíram o *dêmos*. Nesta experiência histórica, instaurou-se uma base cidadã ativa e exclusiva. No caso da democracia moderna, o acesso da mão de obra livre à esfera pública de decisão e de governabilidade, em razão do seu grande número, implicaria em um alargamento da base cidadã e por isso, a possibilidade de atuação dessa base cidadã deveria ser limitada, resultando, por fim, a criação de uma cidadania passiva e limitada. Deste modo, a modernidade invoca as ideias dos antigos para renová-las de modo a comportar o princípio da igualdade concomitante com o princípio da desigualdade: “[...] a democracia capitalista ou liberal permitiria a extensão da cidadania mediante a restrição de seus poderes (como fizeram os romanos). [A democracia antiga] propôs um corpo ativo, mas exclusivo, de cidadãos em que as classes proprietárias governariam a multidão trabalhadora, [a democracia capitalista ou liberal] foi capaz de imaginar um corpo abrangente, mas grandemente passivo, de cidadãos composto pela elite e pela multidão, embora sua cidadania tivesse alcance limitado.” (*Ibidem*, 2011, p. 180). Sobre as distinções entre democracia antiga e moderna Moses Finley [1960] 1991; [1973] 1988; [1981] 1989; [1981] 2009; [1973] 1985.

2

A história do feminismo não é a história de mulheres que reivindicam direitos dos homens

As revoluções da Modernidade, seja a política (revolução francesa), seja a das ideias (Iluminismo), ambas reciprocamente implicadas, carregavam ideais nos quais potencialmente as desigualdades sociais de classe, sexo e raça não teriam mais lugar, dado seu ensejo por emancipação. Tocqueville observa que a filosofia política do século XVIII foi tomada pelas multidões com paixão: “[...] vimos teorias gerais e abstratas sobre a natureza das sociedades tornarem-se assunto de conversas diárias dos desocupados e *inflamarem até mesmo a imaginação das mulheres e dos camponeses* [...]”⁴⁴ (grifo nosso)

No que diz respeito à potência para formação e instituição de uma condição social igualitária entre os sexos, as revoluções da modernidade carregavam várias aberturas possíveis: o aparecimento de uma história humana que supõe que a mulher também tem uma história e por isso seu destino não é imutável⁴⁵; as noções de indivíduo, direito natural, autonomia, igualdade, liberdade etc.

Durante a Revolução Francesa, palco no qual essas ideias e ideais vão ganhar forma e concretude, as mulheres participaram das ações do povo e dele *imaginaram-se* igualmente soberanas, mesmo com pouca instrução formal – condição que atingia as mulheres de todas as classes –, elas usavam a *gramática dos direitos* e mais do que isso, possuíam *noções comuns sobre os direitos*.

Tania Machado Morin, autora do livro *Virtuosas e perigosas: As mulheres na Revolução Francesa*, menciona alguns episódios nos quais mulheres trabalhadoras passaram a invocar a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* contra as arbitrariedades dos empregadores:

[...] Devido à crise econômica, o governo abriu oficinas de fiação e costura para empregar mulheres necessitadas. As Seções de Paris contratavam desempregadas e parentes dos soldados para confeccionar roupas para o exército. Em geral, os salários mal garantiam a subsistência, e as condições de trabalho eram precárias, o que gerou protestos. No Magasin du Temple, onde as operárias costuravam sacos de farinha, não havia aquecimento em pleno inverno. Uma funcionária reclamou que:

⁴⁴ TOCQUEVILLE, Alexis de. *L’Ancien régime et la Révolution* [1856]. Paris: Gallimard, 1967, p. 231.

⁴⁵ FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. Introdução: Ordens e liberdades. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, p. 10

“os oficiais municipais e as autoridades não passavam de seus agentes [das funcionárias] e era espantoso que faltasse lenha para o [povo] Soberano enquanto seus agentes estavam dela abundantemente providos”. A descontente foi despedida junto com a filha, pois a moça, logo após o incidente, leu a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** para as colegas de oficina de trabalho. As duas protestaram mais na qualidade de cidadãs que de operárias e recorrem à sociedade popular de seu bairro, que assumiu sua defesa perante os administradores da fiação. Reivindicações de artesão são anteriores à Revolução, porém agora, vinham acompanhadas da consciência do direito à igualdade no trabalho. A novidade era o uso dos princípios da **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão** como arma moral e política contra o tratamento indigno das operárias. Aquelas mulheres julgavam que tinham direitos porque pertenciam ao corpo político dos cidadãos.⁴⁶

Outra demonstração cívica e política das mulheres ocorreu em agosto de 1788 quando o rei convidou os franceses a enviar suas queixas, supondo que apenas o clero, a nobreza e os ilustrados da alta classe se manifestariam. Porém, as cartas recebidas geraram intenso debate e participação social, como demonstram os 60.000 cadernos preservados até os dias atuais chamados *Cahiers de Doléances*. Mulheres de todas as classes enviaram suas queixas que expressam variados graus de reivindicações, com uma comum a todas: a reivindicação por educação para as mulheres.

Em maio de 1789, quando da convocação dos Estados Gerais e acirramento das tensões sobre os poderes dos deputados das Três Ordens, as vendedoras de peixe e de laranjas estiveram presentes, em apoio ao Terceiro Estado, anunciando ao clero e à nobreza o que estava por vir, um verdadeiro “termômetro do humor das ruas de Paris” entoado nos versos que cantavam:

Se o clero e a nobreza nos tratam com tanta rudeza, deixemos que eles percam o Estado; enquanto isso vamos beber ao Terceiro Estado. (...) Será que eles esqueceram que seu brilho e sua glória provêm do Terceiro Estado? (...) Os senhores polidamente nos tratam como escória, terão que pagar a talha como nós, muito nobremente (...) O nascimento é obra do acaso. O primeiro que se fez Senhor foi um soldado; (depois se tornou) Rei, a quem deve tal coisa? Ao Terceiro Estado.⁴⁷

No entanto, apesar da intensa participação das mulheres em todo período revolucionário, o decorrer do processo histórico reservará para elas um lugar fora

⁴⁶ MORIN, Tania Machado. *Virtuosas e perigosas. As mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: Alameda, 2013.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 57.

da política e dos direitos. Ao longo da Revolução Francesa as ideias Iluministas com sua potência emancipatória – seja porque foram beneficiadas as correntes do Iluminismo moderado, como chamado por Jonathan Israel, em oposição a um Iluminismo Radical vencido⁴⁸, ou em razão da ideia de *universalismo*, como entende Immanuel Wallerstein⁴⁹ e porque a Revolução acontece no bojo dos processos de acumulação do capital que preparam e possibilitam o advento do capitalismo – foram sendo moldadas, para nelas caberem práticas nas quais as desigualdades de fato, a dominação, a exploração e o autoritarismo pudessem ser instituídas, legitimadas e justificadas, fazendo o Direito, por meio das leis, e a filosofia, por meio de conceitos e teorias⁵⁰, pensar e expressar, a relação entre as classes e entre os sexos.

A extensão das ideias filosóficas sobre uma nova forma de compreender a natureza humana abarca potencialmente *todos os humanos* sem distinção de sexo ou raça. Essa potencialidade, no entanto, foi reduzida e atualizou o velho discurso da inferioridade feminina, encontrando apoio em todos os campos científicos que serão desenvolvidos no século XIX – biologia, medicina, química, antropologia, psicologia etc.

Neste momento de formação do Estado Moderno francês, o pensamento filosófico de Rousseau será a base, não apenas para os conceitos de soberania e

⁴⁸ ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade*. Tradução: Claudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009.

⁴⁹ Ver: WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 e BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel. *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2021.

⁵⁰ Em relação ao pensamento de Espinosa, crescem pesquisas feministas a respeito do papel reservado às mulheres no pensamento político do filósofo da liberdade. Até o final do século XX o tratamento da questão pelos estudiosos do pensamento de Espinosa recebeu rara e pouca atenção. Seu *Tratado Político*, obra na qual o filósofo dedica-se a pensar as formas dos regimes políticos e as respectivas relações sociais que os instituem, foi deixada inacabada (e é importante sublinhar isso) exatamente no capítulo sobre a democracia e a participação das mulheres na instituição política democrática. O último parágrafo do *Tratado Político* foi interrompido quando Espinosa, recorrendo à experiência, descreve a condição de desigualdade de fato entre homens e mulheres. De acordo com Marilena Chauí é uma característica do método de argumentação do filósofo, apresentar a condição de fato, as superstições e crenças para subvertê-las pela demonstração. Uma vertente preparada para colocar Espinosa na estante *antifeminista* parece estar em ascensão, posição à qual não nos filiamos. Pensamos que uma análise sistemática da obra, dos conceitos e das teses criadas por Espinosa desautorizam uma conclusão de teor antifeminino/antifeminista, ainda que contra ele mesmo, se assim o concluísse. Em suma, as teses e princípios estabelecidos na *Ética* contrariam a opinião e o pragmatismo presentes no argumento inacabado do *Tratado Político*. Sobre a questão, ver, dentre outros: AGUIAR, Claudia, 2019; BILLECOQ, Alain, 1997; FERREZ, Cecilia Abdo, 2019; FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro, 2018; GULLAN-WHUR, Margareth [2002] 2009; MATHERON, Alexandre, 1986.

vontade geral que os constituintes afirmaram e asseguraram pelas Constituições, mas também o fundamento para as ideias de “sexualização” do espaço privado como espaço feminino e do espaço público com espaço masculino pois, para ele, a ordem social republicana dependia da domesticidade da mulher.

Se, para Rousseau, no *estado de natureza* não há distinção entre os sexos, no estado civil, estabelecido pelo pacto social, a mulher é transformada em um ser artificial e inumano e para se regenerar deve permanecer fora da política, vivendo conforme sua “origem verdadeira”. Esta origem verdadeira, que é também a virtude feminina, está vinculada a maternidade, ao lar e a família. O pensamento de Rousseau, portanto, laiciza a ideia teológica de natureza feminina, agora não mais dotada de uma inferioridade decorrente da vontade de Deus, mas vinculando uma pretensa natureza feminina a sua fisiologia, correspondendo à *essência feminina* o instinto, o sensível, a fraqueza de seus órgãos, atributos que a torna inapta à lógica, à razão e à vida política republicana.⁵¹

Não houve pensador moderno, inscrito na tradição do pensamento político, especialmente do século XIX, que não tenha tratado de restringir os limites de suas próprias ideias emancipadoras ao sexo masculino, com exceção notável, em razão da envergadura de suas obras e implicação das suas ideias, a Marx e Engels.⁵²

Se essas revoluções não foram emancipatórias para determinados grupos, devemos nos indagar como e por quê. Ao colocarmos a pergunta, constatamos que embora os processos de constituição dessas desigualdades contenham especificidades, elas estão reciprocamente implicadas. Assim, compreendemos que esta investigação pode alargar a análise do capitalismo e do pensamento sobre a democracia, o que implica no plano prático na organização das lutas. Este parece um caminho elucidativo de demonstração de como e por que o patriarcado e o racismo são alicerces do capitalismo e demonstrar a necessidade de indissociabilidade entre as lutas.

⁵¹ Sobre o assunto, dentre outros, ver: HUNT, Lynn, 2009; LANDES, Joan B. 1988; MORIN, Tania Machado, 2009; PATEMAN, Carole, [1988] 2021; ROUDINESCO, Elisabeth, [1989] 1997; SCOTT, Joan, [1997] 2002; WOLLSTONECRAFT, Mary. [1792] 2016.

⁵² Sobre o tema ver: FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, pp. 59-95.

Uma das teses de Silvia Federici apresentada em *Calibã e a bruxa* em sua análise do capitalismo e a inclusão da caça às bruxas como um dos processos integrantes da chamada acumulação primitiva de capital, inclusive para sustentar que tais processos têm duração permanente⁵³ - diversamente do que foi entendido por Marx – é que o ataque, perseguição, tortura e morte perpetrados contra as mulheres durante a Inquisição e a caça às bruxas do século XIII até o século XVII, em diferentes regiões da Europa, implicou três consequências fundamentais e relacionadas sem as quais o capitalismo não poderia se desenvolver, a nova divisão social do trabalho que também é sexual não poderia se instalar e, ainda, consequências que implicaram diretamente na formação dos Estados modernos estabelecendo as condições de possibilidade para a instituição de um ordenamento jurídico excludente e violento em relação às mulheres, ou seja, a institucionalização do patriarcado na nova ordem política.

Assim, de acordo com Federici, a primeira consequência da caça às bruxas foi, ao atacar as mulheres, disseminar socialmente o medo e a misoginia, dividindo, enfraquecendo e quebrando a solidariedade de classe entre os produtores diretos, protagonistas das revoltas populares que travessaram todo o período feudal. Sem enfraquecer a classe popular dos produtores diretos, as relações sociais do feudalismo caracterizadas por relações não institucionalmente mediadas, organizada pelos *costumes em comum*⁵⁴, não seria possível transformar a divisão social do trabalho e liberar a mão de obra da terra.

Nesse contexto, embora vigorasse a forma social de dominação entre os sexos e o imaginário social cristão predominasse com suas imagens e ideias a respeito da inferioridade por natureza do sexo feminino, decorrente da vontade de Deus, a integração das mulheres à classe, a participação delas na produção, composição, transmissão dos *costumes comuns* e lutas eram uma constante. A força social delas era manifesta para coesão da classe e suas lutas.

⁵³ A noção de permanência dos processos de formação da acumulação de capital é uma das abordagens do feminismo marxista desenvolvido a partir dos anos 1970 sendo os trabalhos de Maria Mies, em *Patriarcado y Acumulación a escala mundial* [1999] e de Silvia Federici em *Calibã e a Bruxa* [2004] e *Re-enchanting the world: feminist and the Politics of the Commons* [2018] as principais referências. No entanto, tal concepção encontra antecedência na obra *A acumulação de capital* [1913] de Rosa Luxemburgo a propósito da análise da expansão imperialista.

⁵⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A segunda consequência apontada por Federici foi a retirada do controle da reprodução das mulheres que será primeiro realizado pela Igreja, por meio da Inquisição, e depois será assumido por todos os Estados modernos, em proveito da organização do trabalho e da manutenção da nova divisão social do trabalho que também será uma nova divisão sexual.

A terceira consequência foi, ao disseminar práticas de violência que envolveram todas as relações sociais, transformando as mulheres em alvo, a caça às bruxas possibilitou a institucionalização e a legitimação, por meio do Direito, da violência contra as mulheres. Analisaremos cada uma dessas consequências no momento oportuno.

2.1

Os perturbadores da nova ordem: as mulheres e o povo

Quebrar a força das mulheres para quebrar a força do povo

Nada conseguia fazer com que as autoridades alojadas no interior dos sagrados portões permitissem a entrada das mulheres. Diziam que Deus estava do seu lado, a Natureza estava do seu lado, a Lei estava do seu lado e a Propriedade estava do seu lado. [...] [Há séculos] quase as mesmas filhas exigem de quase os mesmos irmãos quase os mesmos privilégios. Quase os mesmos cavalheiros entoam quase as mesmas recusas usando quase as mesmas razões.

Virginia Woolf, *Três Guinéus*

O ingresso das mulheres no campo da produção institucionalizada do conhecimento após a Segunda Guerra Mundial, tem imposto desafios e mudanças para todas as disciplinas. No campo da História, o surgimento da *História das mulheres* ocorreu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos na década de 1960 com os *Women's Studies* e na França em 1970. Em ambos os casos, as ingressantes estavam contaminadas pelos acontecimentos políticos do período e muitas eram oriundas dos movimentos sociais de orientação marxista⁵⁵ e do movimento de mulheres, desdobrados ou não dos movimentos socialistas. Na França, uma das principais referências da *História das mulheres* é o trabalho de Michelle Perrot⁵⁶.

⁵⁵ Como é o caso das italianas Silvia Federici, Mariarosa Dalla Costa e Leopoldina Fortunati, da francesa Michelle Perrot e das norte-americanas Angela Davis e Gerda Lerner.

⁵⁶ Em 1973, Michelle Perrot, recém intitulada professora titular na Universidade de Paris VII – Jussieu, ofereceu, junto com Pauline Schmitt e Fabienne Bock, o primeiro curso sobre a questão das mulheres na história chamado: “As mulheres têm uma história?”, título que demonstra: “nossas

Sua pesquisa, além de inserir as mulheres na História, possui um teor combativo à ideia de mulheres sempre oprimidas e dominadas, negligenciadas e negligenciáveis, corresponsáveis por sua condição subordinada⁵⁷ e disputa o campo do discurso e da representação se dedicando a estudar e contar uma história de mulheres populares e rebeldes “ativa[s] e resistente[s], guardiã[es] das subsistências, administradora[s] do orçamento familiar, no centro do espaço urbano.”⁵⁸

Demonstrar a presença das mulheres nas lutas políticas tem o efeito de desfazer, de um lado, a ideia da luta política como uma luta universalmente masculina⁵⁹ e de outro a ideia de que as mulheres não têm uma história de lutas, como se a história do feminismo fosse uma história de ideias, prescindida de lutas⁶⁰. A partir desta forma de *ver* e *compreender* a *História*, as mulheres aparecem como agentes políticas constantes das lutas tanto contra a organização social capitalista, ocupando um lugar de protagonismo histórico na luta pela subsistência, encarnando “o direito do povo ao pão”⁶¹ e podemos acrescentar, também a luta pelo direito à educação – características que se repetem nos mais distintos contextos sociais das lutas políticas em todo mundo – quanto como agentes de uma luta política pela expansão e efetivação da democracia.

Edward Palmer Thompson, que não fazia distinções de gênero em suas análises da formação das lutas de classes, atenta para a questão no Capítulo 5 *Economia moral revisitada*, do livro *Costumes em comum* e se não atribui às

incertezas e traduz nosso acanhamento. Não estávamos certas de que as mulheres tinham uma história. [...] não sabíamos como ensiná-la. Não tínhamos nem material nem métodos. Apenas interrogações.” (PERROT, Michelle. *A minha história das mulheres*. Tradução: Angela M. S. Côrrea. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019, pp. 14 e 15). Desde então o movimento da pesquisa foi posto em curso. Parceira de Georges Duby, Michelle Perrot é organizadora e assina diversos capítulos do volume 4 da coleção *História da vida privada: da Revolução Francesa à Grande Guerra*. Junto com Duby dirigiu e organizou a Coleção *História das mulheres no Ocidente*, em 5 volumes, contando com trabalhos de 68 pesquisadoras(es).

⁵⁷ Posição enfaticamente adotada por Simone de Beauvoir n’*O Segundo sexo*.

⁵⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 172.

⁵⁹ A perspectiva dominante e parcial da *História* do século XIX considera as lutas políticas travadas contra o capitalismo como lutas exclusivamente viris, pois limita as formas de luta às greves e a classe operária aos homens. Alargar esta maneira de *ver* e *compreender* a história será importante para o desenvolvimento do argumento que será apresentado no Capítulo 4.

⁶⁰ A análise histórica realizada nesta pesquisa afirma um método e uma posição epistemológica em relação ao debate feminista: pensar a história do feminismo a partir das lutas, porque as lutas vêm antes do pensamento.

⁶¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 194.

mulheres a *posição de protagonistas*, assinala o papel ativo delas nos motins por alimentos:

Durante duzentos e tantos anos, esses motins da fome foram as expressões mais visíveis e públicas da falta de deferência das trabalhadoras e de seu protesto contra as autoridades. Nessa qualidade, tais evidências contestam, por sua vez, os estereótipos da submissão feminina, timidez ou confinamento no mundo privado do lar. [...] Na verdade, uma vez provocadas, as mulheres podem ter sido mais apaixonadas do que os homens na sua eloquência, menos cautelosas com as consequências e, no seu papel de guardiãs da família, mais determinadas a conseguir resultados rápidos. Talvez – como sugere John Bohstedt – muitas mulheres estivessem mais imersas do que os homens “na economia moral e menos imersas na economia de mercado”, e talvez tenham sido das últimas pessoas a abandonar as práticas da economia moral. Essa não é toda a verdade sobre as mulheres e a autoridade, mas os motins de fome nos fornecem um conjunto importante e ponderável de evidências, que não deve ser varrido para debaixo do tapete. Pode ampliar a nossa noção das possibilidades da “natureza” feminina. A questão mais difícil talvez não seja determinar por que as mulheres às vezes participavam dos levantes e rixas, mas por que, na metade do século XIX, a tradição de protesto público se enfraqueceu muito, e as mulheres recuaram para o mundo novelesco da privacidade dos lares.⁶²

Outros historiadores [homens] que eventualmente comentaram a questão, atribuíram às mulheres o papel motor das lutas pela subsistência em razão de uma pretensa *essência da natureza feminina* expressa na função materna, afinal, “quem teme primeiro pelos filhos senão as mães?”, indaga Jean Delumeau e concluiu:

A partir daí, compreende-se melhor por que tão frequentemente as mulheres desempenham um papel motor das “comoções” provocadas pela carestia e pela escassez de cereais. Elas defendiam, por uma espécie de reflexo biológico, a vida de seus filhos e a existência física do seu lar.⁶³

No contexto francês, antes e depois da Revolução, as mulheres foram as responsáveis pelas rebeliões e motins por alimentos, em razão do trabalho de reprodução que desempenham. Foram elas as mais afetadas pela escassez e pela carestia. Elas controlavam os preços e pressionavam para que eles fossem regulados; interditavam os itens alimentícios e os distribuía entre as famílias; incitavam os vizinhos contra as autoridades nos casos de detenção de devedores,

⁶² THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 256.

⁶³ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 189.

confisco de mercadorias das(os) vendedoras(es) de rua; insurgiam-se contra leis fiscais; atuavam como guardiães da habitação e disputavam a conformação da cidade ao se insurgirem contra os aluguéis exorbitantes e despejo de inadimplentes.⁶⁴

No que diz respeito especificamente ao período da Revolução Francesa, Dominique Godineau em *As filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias* e Michelle Perrot em *Os excluídos das História – operários, mulheres e prisioneiros* ressaltam o lugar das mulheres nas lutas populares sempre como as agitadoras das revoltas, as *bota-fogo*. Em 1789, 1793, 1795 elas estiveram presentes em quase todos os levantes e jornadas revolucionárias, incitando as insurreições, convocando os homens à ação. Muitas vezes elas são o impulso que arrasta os homens. Uma vez deflagrada a ação, atuando como motores dos levantes, elas são postas de lado quando o campo da organização passa a ser dirigido por associações revolucionárias. Durante a insurreição de maio de 1795, momento no qual a reunião de mais de cinco mulheres passou a ser considerada crime com pena de prisão, um informe policial dizia: “São sobretudo as mulheres que se agitam e fazem passar toda excitação ao espírito dos homens, animando-os com os seus propósitos sediciosos e provocando a mais violenta efervescência.”⁶⁵

Se a Revolução Francesa marca a irrupção do povo na cidade, homens e mulheres juntos, estão postas as condições para que a questão das mulheres e a relação entre os sexos fossem levantadas, disputadas e definidas. As rebeliões populares e os grupos organizados, constituídos por homens e mulheres, ansiavam pela abolição total das desigualdades do Antigo Regime. Essa reivindicação levada às últimas consequências não tardou a conduzir ao questionamento do monopólio do poder pelos homens, na medida em que as Declarações e Constituições foram sendo promulgadas e a *posição* e a *função* das mulheres foram sendo definidas. O tema do monopólio do poder pelos homens continuará alimentando o discurso reacionário e antifeminino/antifeminista durante todo o século XIX, e

⁶⁴ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 167-212

⁶⁵ GODINEAU, Dominique. *Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias*. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, pp. 23 e 24

especialmente o discurso jurídico. No momento revolucionário em que *tudo que é sólido* está para ser desmanchado:

a exclusão do sexo feminino da vida política é contemporânea da do povo: ambos perturbam a nova ordem burguesa. O discurso médico e religioso desenvolve o receio, que encontramos nos textos jurídicos, de que as mulheres se tornem incontroláveis se ascenderem ao poder de decisão.⁶⁶

As justificativas para a exclusão das mulheres do poder político têm uma longa história no Ocidente, invocando *quase sempre as mesmas razões*. Elas variaram ao longo do tempo estabelecendo uma interpretação misógina para as personagens das tragédias gregas nas quais Helena aparece como a causa da ruína de Troia; Medeia como a encarnação da loucura e vingança femininas; Antígona e Clítemnestra como antíteses da política e da democracia, plasmando na figura da mulher aquilo que é oposto à política, ou a ideia de que a presença das mulheres na política é um “desvio da boa feminilidade” e sua atuação no mundo público só pode ocorrer como agentes da tirania:

Sob a aparência de um “desvio da boa feminilidade” [...] os textos históricos introduzem a figura feminina no espaço público pela via da perversão da política, uma vez que definidas exclusivamente pelos atributos da privacidade e da domesticidade, as mulheres entram sorrateiramente no mundo público e ali só podem ser, por definição, agentes da tirania.⁶⁷

Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, em *Mito e tragédia na Grécia Antiga* compreendem que as próprias tragédias dramatizam e colocam como motor da ação a exclusão das mulheres da vida política. Dizem os autores:

[...] é certo que a cidade grega não é a única civilização a excluir as mulheres da vida política, mas ela oferece essa particularidade, muito notável, de dramatizar essa exclusão, de fazer dela um dos motores da ação trágica. Aqui, ainda, são os afastamentos que permitem definir a norma. Clítemnestra, essa mulher que fala “sensatamente como um homem sábio”, usurpa tanto o poder político quanto a soberania familiar. Seu crime é o assassinato de um marido, mas nas *Coéforas* o coro, que pinta o que pode fazer uma mulher criminosa, estabelece a gama dos crimes concebíveis: assassinato do pai, do filho, do marido, não da filha. [...] Se o ‘sonho de uma hereditariedade puramente paterna nunca cessou de assombrar a imaginação grega’, deu-se o mesmo com o sonho de um mundo sem mulheres. O primeiro

⁶⁶ ARNAUD-DUC, Nicole. As contradições do Direito. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, p. 98

⁶⁷ CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre a mulher e a violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher 4*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

é expresso por Apolo em seu testemunho no processo instaurado contra Orestes; o segundo, por Etéocles no início dos *Sete [contra Tebas]*. Acrescentaremos a isso que, sendo personagens criadas ou, antes, recriadas por Ésquilo, as Danaides sonham com um mundo sem homens. Esse último sonho não tem evidentemente o mesmo estatuto que os primeiros, que encontram alimento na realidade política e social.⁶⁸

No que diz respeito às mulheres romanas, sobre as quais sabemos quase nada e o que se sabe é encontrado em fontes produzidas exclusivamente por homens, elas são as que conspiravam nos bastidores do poder provocando a queda de Imperadores⁶⁹, são as responsáveis pela corrupção do Império em razão do domínio que exerciam sobre os governantes, notadamente, as figuras de Lúvia Drusa (Lúvia Augusta) e Agripina Menor. Ambas encarnam *o mal* que *todas* as mulheres representam para a política⁷⁰. No cristianismo, *Malleus Maleficarum* faz a síntese e deixa a lição:

Se perquirimos devidamente, vamos descobrir que quase todos os reinos do mundo foram derrubados por mulheres. Troia, cidade próspera, foi, pelo rapto da mulher, Helena, destruída e, assim, assassinados milhares de gregos. O reino dos judeus padeceu de muitos flagelos e de muita destruição por causa de Jezebel, a maldita, e de sua filha Atália, rainha de Judá, que causou a morte dos filhos de seu filho para que pudesse reinar; e cada um deles foi assassinado. O Império Romano sofreu penosamente nas mãos de Cleópatra, a rainha do Egito, a pior de todas as mulheres. E assim com muitas outras. Portanto, não admira que hoje o mundo padeça em sofrimento pela malícia das mulheres.⁷¹

No entanto, diferente das formações sociais anteriores, o novo que aparece na Revolução Francesa não é a recusa da participação das mulheres na política, mas, antes, “o fato de terem tido que discutir publicamente o papel das mulheres e

⁶⁸ VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. Tradução: Anna Lia A de Almeida Prado e outros. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 234. Sobre um ideal grego de um mundo sem mulheres ver, na mesma obra, a análise dos autores no Capítulo 6 *Os escudos dos Heróis. Ensaio sobre a Cena Central dos Sete contra Tebas*.

⁶⁹ FINLEY, Moses. As silenciosas mulheres de Roma. In: *Aspectos da Antiguidade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

⁷⁰ SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Tradução: Sady-Garibaldi. 2ª edição. São Paulo: Ediouro, [121 d.C.] 2002; TACITE. *Annales*. Traduit: Émille Jacob. Paris: Hachette, 1979; GIBBON, Edward. *The decline and fall of the Roman Empire*. Londres: Everyman's Library, 2010.

⁷¹ KRAEMER, Heinrich e SPRENGER, James. *Martelo das Feiticeiras. Malleus Maleficarum*. Tradução: Paulo Fróes. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 96.

justificar sistematicamente, e pela primeira vez, a exclusão das mulheres da coisa pública.”⁷²

Na opinião dos contrarrevolucionários, a Revolução fora a culpada por ter dado uma abertura para entrada inédita das mulheres na política, abrindo um possível para emancipá-las. Elas estavam nos salões, nas tribunas – até serem expulsas, em razão da pressão que exerciam sobre os deputados; formaram clubes (Cidadãs Republicanas Revolucionárias, A Sociedade Patriótica e Beneficente das Amigas da Verdade) – até serem proibidas; foram representadas pelas figuras pejorativas das tricoteiras e as “fúrias da guilhotina”; ousaram escrever, panfletar, discursar, exigir os mesmos direitos, pegar em armas⁷³ e até se ofereceram para defender o rei durante o processo instaurado⁷⁴ e subiram ao cadafalso como o paradoxo enunciado por Olympe de Gouges: “uma mulher tem direito de subir ao cadafalso; ela deve ter também o de subir a uma tribuna.”⁷⁵

As mulheres, desde que tomaram Versalhes, nos primeiros dias de outubro de 1789 exigindo pão, conseguiram o compromisso do rei de restabelecer o suprimento de alimentos e impuseram a mudança da família real para Paris, onde ficaria sob a vigilância do povo e da imprensa. No mesmo momento, a Assembleia havia enviado ao rei os decretos que acabavam com os privilégios da nobreza e a *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, para subscrição sem reservas e ele se recusava a conferir. Na iminência da violência das mulheres, apoiadas pela Guarda Nacional e munidas pelas armas que tomaram do salão de armamentos, ele aceitou. Segundo Tania Machado Morin:

Alguns dias antes da invasão do Hotel de Ville, mulheres amotinadas tinham se queixado: “os homens ficam para trás... os homens são covardes... amanhã as coisas funcionarão melhor: nós vamos comandar as negociações.” Segundo Maillard [“capitão dos voluntários da Bastilha”], naquele 5 de outubro algumas queriam queimar os papéis que encontraram nas salas do Hotel de Ville, dizendo “é só isso que o conselho da cidade tem feito” e segundo um observador: “os homens não tinham força suficiente (...) as mulheres mostrariam que eram melhores

⁷² HUNT, Lynn. L’histoire des femmes: accomplissements et ouvertures. In: LAPIED, Martine e PEYRARD, Christine (Direction). *La Révolution Française au Carrefour des Recherches*, Aix-em Provence, Publications de l’Université de Provence, 2003.

⁷³ Ver: ROUDINESCO, Elisabeth. 1997 e GODINEAU, Dominique. 1991.

⁷⁴ Em 15 de dezembro de 1792, Olympe de Gouges se ofereceu à Convenção para auxiliar a defesa do rei, pois, nesta altura, encarnava um dos princípios revolucionários da república: o devido processo legal. Os encarregados pela defesa recusaram alegando sua idade e vagas enfermidades. (ROUDINESCO, Elisabeth. *Théroigne de Méricourt: uma mulher melancólica durante a Revolução*. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 142)

⁷⁵ Olympe Gouges antes de ser guilhotinada em 1793.

que os homens”. Tais comentários denotam uma impaciência feminina com a inação masculina, e com a papelada administrativa que não resolvia a falta de gêneros. [...]

Um grupo armado se precipitou sobre a Assembleia Nacional, onde Maillard apresentou a petição das mulheres, e citou um panfleto popular “Quando teremos pão?”, no qual as autoridades e não os padeiros eram responsabilizados pela escassez. As manifestantes ocuparam galerias, interromperam debates, pressionaram e intimidaram os deputados: “Quem está falando aí? Calem a boca desse tagarela. Não se trata disso. Trata-se de ter pão (...)”, gritou uma vendedora de peixe.⁷⁶

Os trabalhos para conclusão da primeira Constituição foram frequentemente atravessados pelas intervenções das mulheres, colocando a crise da subsistência como *o problema*, a luta das mulheres se confundia com os debates sobre a legitimidade política. Elas se insurgiram contra os deputados que defendiam a possibilidade de veto absoluto do rei à nova constituição, nomeado como *veto perverso*, promovendo em ato uma subversão hierárquica tanto em relação às autoridades, quanto em relação à hierarquia interna das lutas do povo. Os trabalhos da primeira constituinte só seriam encerrados em 1791, mas “o essencial estava executado. Luís XVI tornou-se rei dos franceses não “pela graça de Deus”, mas “pela lei constitucional do Estado”⁷⁷ sob o brado das mulheres.

Essa subversão da ordem promoveu viva reação contrarrevolucionária. Alguns estudos historiográficos demonstram o forte vínculo com o qual os opositores associavam os afetos do medo da perda do controle político ao medo e ódio que nutriam pelo povo e pelas mulheres. Eles consideravam as mulheres “fúrias incontroláveis” e a atuação delas nos espaços políticos, tal como estava ocorrendo, uma amostra do que aconteceria se a explosão da vontade popular não fosse reprimida, “como se esta irrupção do sexo fraco nos lugares e papéis indevidos resumisse a promoção de todos os fracos. Como se essa capacidade atribuída às mulheres bastasse para dizer que o mundo estava às avessas.”⁷⁸

Louis de Bonald, teórico monárquico, pensava que a revolução ao possibilitar a sublevação do súdito contra o Rei e contra Deus, rompia com a

⁷⁶ MORIN, Tania Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa – 1789-1795*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, pp. 60 e 61.

⁷⁷ BAKER, Keith Michael. Constituição. In: *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 533

⁷⁸ SLEDZIEWSKI, Elisabeth. Revolução Francesa. A viragem. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, p. 42.

“sociedade natural” civil na mesma medida que possibilitava o rompimento da “sociedade natural” familiar na qual a mulher é escrava do homem⁷⁹. Para ele, “a Revolução não seria tão revolucionária se as mulheres tivessem sido mantidas à margem dela”⁸⁰; o liberal inglês Edmund Burke, ferrenho opositor, escreveu que a Revolução “instituiu o mais licencioso, o mais depravado e, ao mesmo tempo, o mais grosseiro, o mais selvagem e o mais feroz sistema de costumes” ao possibilitar libertar as mulheres⁸¹, sendo um dos primeiros a invocar as imagens veiculadas no período da Inquisição e da caça às bruxas para se referir a elas: “Os cativos reais seguiram lentamente o cortejo, em meio a gritos lancinantes, danças frenéticas, impropérios afrontosos e abominações indizíveis das fúrias do inferno na forma insolente das mais vis mulheres.”⁸²

Pensamos que a tese proposta por Federici relativa ao enfraquecimento do povo por meio da quebra da força das mulheres é pertinente e ela pode ser considerada como uma das causas dessa primeira derrota política do povo que se refere a exclusão do *dèmos*, visto que ambos os grupos compartilhavam as condições comuns de não proprietários e não são instruídos. Ao serem excluídos do *dèmos*, compartilharão a condição comum de não participarem da organização do trabalho e da organização do Estado e das instituições, impossibilitados, portanto, de interferirem e modificarem as regras do jogo.

No entanto, a exclusão das mulheres do espaço da política teve ainda outro sentido que se complica com o primeiro. No decorrer do processo revolucionário, a necessidade de definir a desigualdade específica das mulheres foi se impondo, seja em razão das decisões emitidas pelas Assembleias, expressas nas Declarações e Constituições, que uma após a outra encarnaram no Direito o princípio da desigualdade entre os sexos e definiram a posição e as funções das mulheres na República por meio da maternidade “onde seria possível exercer o patriotismo, e a dedicação à família seria a base para a regeneração da sociedade. A boa mãe republicana educaria os filhos para serem bons cidadãos.”⁸³, seja pela crença da

⁷⁹ BONALD, Louis de. *Théorie du pouvoir politique et religieux*. Tome I. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k418456/f4.item.texteImage>. Acesso em: 01 de nov. de 2021

⁸⁰ SLEDZIEWSKI, Elisabeth. Revolução Francesa. A viragem. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, p. 42.

⁸¹ *Ibidem*, p. 43 e 44

⁸² MORIN, Tania Machado. Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa – 1789-1795. 2009. Disponível em: Acesso em: 01 de nov. de 2021 p. 63

⁸³ *Ibidem*, p. 63

maioria, dos diversos grupos, contrária aos direitos políticos das mulheres que endossavam as definições sexuadas do espaço público, como esfera do masculino e espaço privado como esfera do feminino.

2.2

Imaginário misógino *quase sempre o mesmo*

Inserir as mulheres na História política implica um encontro com a história da misoginia. Sua persistência histórica é tão remota que a maioria de suas imagens⁸⁴ e enunciados parecem “uma monótona repetição de sumas”⁸⁵. Não é este o tratamento que pretendemos dar ao tema “para não recairmos em um erro de estratégia comum: *o da equiparação da uniformidade do discurso com a sua inevitabilidade.*”⁸⁶ Embora as razões pareçam ser *quase sempre* as mesmas, elas são produzidas e fundamentadas pelos diferentes processos históricos sociais e foram modificadas, como tudo o mais, no seio das transformações que preparam a modernidade e o capitalismo.

A segunda consequência pensada por Silvia Federici resultante da Inquisição e da caça às bruxas foi a disseminação de um imaginário social no qual as mulheres ocupam uma *posição* social degradante – e com isso, na nova divisão social e sexual do trabalho formada pelo capitalismo, as funções reprodutivas serão de responsabilidade exclusiva das mulheres e transformadas em funções inferiores e sem *valor*⁸⁷, acompanhando as características atribuídas ao sexo feminino, responsável por sua execução⁸⁸ – e a violência contra elas se torna a forma da

⁸⁴ No sentido de representação.

⁸⁵ BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do Amor Romântico Ocidental*. Tradução: Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 11

⁸⁶ *Ibid.*, p. 11.

⁸⁷ No sentido marxiano do termo. Trataremos sobre a questão no capítulo 4 desta tese.

⁸⁸ Immanuel Wallerstein realiza a seguinte avaliação: “A diferenciação entre tipos de trabalho se ancorou na criação de papéis específicos a eles vinculados. O trabalho produtivo (assalariado) se tornou tarefa principalmente do homem/pai adulto e secundariamente de outros homens adultos mais jovens. O trabalho não produtivo (de subsistência) se tornou tarefa principalmente da mulher/mãe adulta e secundariamente de outras mulheres, além das crianças e dos idosos. O trabalho produtivo era feito fora da unidade domiciliar, no “local do trabalho”. O trabalho não produtivo era feito dentro da unidade domiciliar. As linhas de separação certamente não eram absolutas, mas *sob o capitalismo histórico se tornam muito claras e coercitivas*. A divisão do trabalho por gênero e idade não foi, é claro, uma invenção do capitalismo histórico. [...] Tampouco o grupo hierárquico e/ou estrutura da unidade domiciliar foram uma invenção do capitalismo. Eles também já existiam. No capitalismo histórico, o que houve de novo foi a *correlação entre a divisão de trabalho e a valorização do trabalho*. Homens e mulheres (assim como adultos, crianças e velhos) frequentemente realizaram trabalhos diferentes, mas sob o capitalismo histórico houve uma desvalorização do trabalho das mulheres (e dos jovens e velhos) e uma ênfase correspondente no trabalho masculino adulto. Enquanto em outros sistemas, homens e mulheres realizavam tarefas

relação social entre homens e mulheres. Enquanto no Direito Romano a violência contra as mulheres era legitimada pelo ordenamento jurídico ao atribuir ao patriarca o direito de processá-las, julgá-las e puni-las⁸⁹, e exercida no espaço privado, a inovação da Inquisição e da caça às bruxas foi o exercício desta violência pelas instituições e estímulo da sua prática no campo social, podendo ser exercida legitimamente por *quaisquer homens contra quaisquer e todas as mulheres*, sendo elas, afinal, as culpadas pela violência sofrida.⁹⁰

específicas (mas normalmente comparáveis), sob o capitalismo histórico o homem adulto assalariado foi classificado como “arrimo” do grupo, aquele que ganha o pão, e a mulher adulta trabalhadora doméstica como “dona de casa”. [...] O sexismo foi institucionalizado. O aparato legal e paralegal de diferenciação e discriminação de gênero foi quase uma decorrência lógica dessa valorização diferencial do trabalho.” (WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, pp. 23 e 24. Grifos nossos). Ver também: SCOTT, Joan. 1991.

⁸⁹ Um histórico legislativo, desde o Direito Sumério (2.000 anos a.C) até os dias atuais, acerca do direito do homem – pai ou marido – de matar as mulheres demonstra que tal direito tem como fundamento o controle da sexualidade, visto que as legislações atribuem ao patriarca o direito de punição sempre vinculado a desconfiança ou a existência de fato do adultério. No caso do Direito Romano, o ordenamento jurídico previa que cabia ao patriarca familiar e não ao Estado julgar e punir as infrações (reais ou supostas) cometidas pelas mulheres integrantes da sua família. Ver: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas e SANTIAGO, Rosilene Almeida. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. *Revistas Unifacs*. Vol. 11, nº 1, 2007. Anne Llewellyn Barstow informa: “Quanto ao *status* das mulheres na história legal europeia, um fato notável sobre elas é a sua ausência. Até o século XVI, as mulheres constituíam um número muito pequeno de defensoras [réis], acusadoras [autoras] ou testemunhas nos casos legais, e as pessoas que dirigiam os tribunais, seculares ou eclesiásticos, eram, naturalmente, do sexo masculino. Quando mulheres iam presas, era principalmente com base em acusações sexuais. Na verdade, as mulheres casadas, como dependentes de seus maridos, não eram consideradas responsáveis por muitos tipos de crime. Poucas mulheres apareciam como testemunhas porque o depoimento de uma mulher não era legalmente aceitável. [...] Por volta de 1560, os tribunais seculares europeus passaram a ouvir acusações de feitiçaria e de crimes sexuais, e as mulheres começaram a aparecer em grande número nos tribunais, um fenômeno inteiramente novo. (BARSTOW, Anne Llewellyn. *Chacina de feitiçarias: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa*. Tradução: Ismênia Tupy. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, pp. 60 e 61)

⁹⁰ Esta tese de Silvia Federici relativa à vinculação entre a Inquisição e a caças às bruxas e a formação dos Estados modernos e do capitalismo é criticada por alguns historiadores que alegam a ausência de evidências suficientes para comprová-la, tendo como principal parâmetro de prova em contrário a Inglaterra. A diferença, no entanto, se dá não pela ausência de processos de bruxaria, que também ocorreram, mas pela presença de instituições judiciais, como o júri, que não adotaram as práticas da Inquisição e da tortura, o que implicou em um desdobramento diverso nas suas próprias instituições. (SCHMITT, Jean-Claude. Feitiçaria. In: *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Tradução: Mário Jorge da Motta Bastos. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 428) No caso da França, Alemanha e Itália, principais focos de incidência das perseguições e práticas contra as mulheres, inexistia um aparato institucional jurídico forte como o da Inglaterra. Outra prova em contrário desta relação é a formação institucional brasileira, cujo regime de causalidade está nas singularidades da colonização, não tendo ocorrido no *território* colonial os processos de Inquisição e a caça às bruxas (uma perseguição sistemática dirigida contra as mulheres com a realização de execuções e com a disseminação social da misoginia). Isso porque a Inquisição em Portugal possuiu características próprias, vinculadas a concepção que os teólogos portugueses tinham de Deus, na qual não existe uma ênfase na crença dos poderes dos Demônios, tal como nos outros territórios europeus continentais. Sobre a questão da Inquisição portuguesa e o processo colonial brasileiro ver: ROCHA, Carolina. *O sabá do Sertão: feitiçarias, demônios e jesuítas no Piauí Colonial (1750-1758)*. Jundiá: Paco Editorial, 2015. Como estamos analisando a

Data da década de 1970 o início dos estudos que analisam o acontecimento da Inquisição e da caça às bruxas, buscando compreender por que as mulheres foram o alvo e as implicações desses processos para a formação do Estado Moderno.⁹¹ Jean-Claude Schmitt, no verbete *Feitiçaria* do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, assinala que as *condições* para o início da caça às bruxas na Europa já estavam presentes desde o século V⁹², o que reforça o argumento de Silvia Federici acerca do seu advento apenas no século XV concomitante aos processos da acumulação primitiva de capital.

Assim, *Malleus Malleficarum – O martelo das feiticeiras* aparece como uma fonte histórica relevante entre a literatura e outros documentos do período medieval, não pelo seu caráter explicitamente misógino – que não o diferencia dos outros documentos – mas porque com ele ocorre a institucionalização da misoginia e das práticas socialmente legitimadas de violência contra as mulheres que serão, ao mesmo, tempo condicionantes e determinantes para a adoção da forma Estado instituída na modernidade em relação às mulheres e para a legitimação da forma social da violência contra elas.

Publicado e pontificado pelo Papa Inocêncio VIII em 1484, *Malleus Malleficarum* foi redigido pelos inquisidores renanos Heinrich Kraemer e James Sprenger e é tanto um tratado teológico - metafísico no qual é analisado o estatuto ontológico de Deus, dos Demônios (e vários tipos derivados) e das mulheres quanto um tratado jurídico - penal e processual penal, no qual o crime de bruxaria é tipificado e as normas processuais para julgamento e execução das penas são estabelecidas.

Em relação ao seu aspecto filosófico, *Malleus Malleficarum* compila todo o saber demonológico acumulado ao longo dos séculos, desde a Antiguidade tardia, que fixou uma desigualdade entre os sexos em favor do masculino, e a tradição patrística, que desenvolveu a identificação ao feminino da inferioridade e da negatividade decorrentes da criação de Deus e elaborou, por prescrições morais, os meios para controlar as deficiências e os excessos cotidianos das mulheres. Nessa

formação do Estado, do Direito e da democracia modernos a partir da França, compreendemos que a tese de Federici se comprova.

⁹¹ Ver: BARSTOW, Anne Llewellyn. *Chacina de feiticeiras: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa*. Tradução: Ismênia Tupy. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

⁹² SCHMITT, Jean-Claude. *Feitiçaria*. In: *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Tradução: Mário Jorge da Motta Bastos. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 423-435

tradição estão presentes as piores investidas contra as mulheres, assimiladas ao seu corpo e condenadas a tudo que é ligado a ele; reúne enunciados retirados e descontextualizados da *Bíblia* a partir de uma interpretação preponderante, em relação a outras interpretações concorrentes e não fortemente caracterizadas em desfavor das mulheres e sua natureza; retira enunciados da filosofia de Aristóteles acerca da inferioridade da natureza feminina; da filosofia de Agostinho retira as bases teóricas para a formulação da dualidade fundamental entre os sexos, para a teoria da subordinação natural das mulheres em relação aos homens e para a divisão concreta dos papéis sociais desempenhados por cada um deles e da filosofia de Tomás de Aquino retira os fundamentos para a teoria da fraqueza física, com efeitos diretos no entendimento e na vontade das mulheres.

Em relação ao seu aspecto jurídico, o documento tipifica o crime: a bruxaria e o agente criminoso: a mulher. A leitura do *Malleus Malleficarum* demonstra que os agentes criminosos eram as mulheres e, dentre elas, as parteiras eram as principais. Os homens eram processados e julgados por crime de magia como resquício de manuais dos inquisidores antigos. No século XIII, o crime de magia era imputado aos “cristãos que aderem ao judaísmo, judeus convertidos e depois judaizantes”, além das acusações aos judeus por “conveniência com os leprosos”. No século XIV, o crime de magia imputado aos homens estava vinculado às práticas de alquimia e a denúncia de fabricação de moedas falsas, tendo como principais alvos os templários que desempenhavam o papel de tesoueiros do rei. No entanto, o século XV marca a virada e a exclusividade do aparato inquisitorial dirigido às mulheres⁹³. Uma segunda possibilidade de denúncia contra os homens, a partir do *Malleus Malleficarum*, era na qualidade de cúmplices e meio/instrumento através do qual as mulheres concretizavam o crime de bruxaria, ou seja, a relação sexual com os Demônios. Nestes casos, os homens figuram como vítimas e ao denunciar mulheres eram liberados sem qualquer penalidade. Há passagens do *Manual* nas quais até mesmo os Demônios parecem vítimas das mulheres.

Além disso, o tratado descreve as práticas e os malefícios da feitiçaria, introduz a prática da delação e o sigilo processual sobre a denúncia tanto em relação

⁹³ SCHMITT, Jean-Claude. Feitiçaria. In: Dicionário temático do Ocidente Medieval. Tradução: Mário Jorge da Motta Bastos. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 423-435.

ao denunciante quanto em relação ao objeto da denúncia, suspeitos eram convocados pelo tribunal sem saber as razões e, caso fornecessem informações sobre *possíveis* cúmplices, poderiam ser liberados devendo manter a denúncia em sigilo; criminaliza quem não denuncia na qualidade de cúmplice, cuja pena mais branda, se não fosse identificado o envolvimento, era o confisco de terras; prescreve as medidas radicais para erradicar o mal e a inovação no campo jurídico: a institucionalização do método da tortura, especialmente, de natureza sexual para obtenção das confissões.

As práticas judiciais instituídas pelo *Malleus Maleficarum* foram adotadas amplamente por tribunais laicos que não se continham em desempenhar a função de braço secular da Igreja e as adotaram principal e exclusivamente na caça às bruxas. De acordo com Jean-Claude Schmitt:

[...] Sem a Inquisição e a tortura, o tema da feitiçaria não teria conhecido na Europa o desenvolvimento que teve a partir do final da Idade Média. Pode-se mesmo dizer que sem a Inquisição e a tortura a “caça às feiticeiras” não teria realmente deslançado.⁹⁴

Além das inovações filosóficas e jurídicas trazidas pelo *Malleus Maleficarum*, as inovações sociais são o seu caráter massificado – teve intensa e rápida difusão, contando com 15 edições de 1486 a 1520 e 30.000 exemplares postos em circulação, além da difusão popular por meio da imprensa e folhetos, disseminando socialmente não apenas a violência contra as mulheres, mas também a interferência e a dissolução nos laços comuns que solidarizavam os sexos nos levantes populares.

Jean Delumeau afirma que, se é certo que as ideias misóginas não foram criadas pelo cristianismo, foi ele o responsável pela difusão desse imaginário violento até o limiar do século XX⁹⁵. Compreendemos, junto com Silvia Federici, que a questão da caça às bruxas é uma questão da política, no sentido de que suas causas são políticas e sociais e estão relacionadas com as disputas do poder político do período, e teve o objetivo concreto – mascarado pela tipificação do crime de

⁹⁴ SCHMITT, Jean-Claude. Feitiçaria. In: Dicionário temático do Ocidente Medieval. Tradução: Mário Jorge da Motta Bastos. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 428.

⁹⁵ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 314.

bruxaria como um crime de heresia⁹⁶, tendo inclusive o crime de heresia perdido lugar para o crime de bruxaria⁹⁷ a partir do século XIV – de retirar o controle da reprodução das mulheres e disseminar um imaginário misógino que implicou materialmente na formação do Estado moderno e na institucionalização do patriarcado.

Como consequência, ocorreu: i) a exclusão das mulheres da participação política; ii) a definição do espaço público e privado com base no princípio da desigualdade, fundamentado na diferença socialmente criada entre os sexos; iii) o controle institucionalizado da reprodução; iv) o estabelecimento de um Direito privado, por meio do Direito Civil e do Direito de Família, que renova a violência legitimada contra as mulheres no âmbito privado e no âmbito do Direito Público Penal deixa de criminalizar as violências por elas sofridas.

2.3

O imaginário misógino e a Revolução Francesa

Como já ressaltado anteriormente, para Silvia Federici, o imaginário e as práticas misóginas exercidas contra as mulheres e disseminadas pela caça às bruxas, determinaram a formação do Estado moderno. É certo que, durante a Revolução Francesa se fez presente um persistente imaginário misógino que concebe a natureza feminina como fraca, sensível, emotiva, suscetível, supersticiosa, incapaz de razão, perversa, fútil, dissimulada, egoísta, vaidosa, todos atributos considerados incompatíveis com a ordem Iluminista e Republicana.

Se do lado dos inimigos da revolução o uso abundante desse imaginário promovia um combate às mulheres e se misturava aos afetos de medo e ódio dirigidos ao povo, do lado dos revolucionários a força dessas crenças sobre o que é a mulher, qual a sua natureza e qual o seu papel social esteve, inegavelmente, presente e foi constantemente acionada na criação e fundamentação das barreiras para admissão das mulheres na política, seja por uma associação dos privilégios e frivolidades da nobreza e corrupção da monarquia ao feminino, seja pela ideia de

⁹⁶ Escolha, preferência, visão particular e discordante do corpo canônico do Novo Testamento, definido como “ortodoxo”, pois descendente da linha direta dos ensinamentos de Cristo e herético é aquele que se obstina no erro. (ZERNER, Monique. Heresia. In: Dicionário temático do Ocidente Medieval. Tradução: Flávio de Campos. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 503-521).

⁹⁷ Crer e cooperar com Demônios por meio de práticas sexuais.

que as mulheres religiosas fariam o regime clerical sobreviver, seja por divergências políticas que atravessaram a revolução e as posições dos grupos, nos quais *a questão das mulheres* era ponto e motivo de divergências.

As três razões operaram no campo revolucionário determinando as práticas e decisões que se desdobraram no papel criado para as mulheres na República: o da mãe republicana, sem direitos políticos, confinada ao seu habitat “natural”, o doméstico, e às suas funções “naturais”⁹⁸, a maternidade e os cuidados do lar e da família.

Houve uma constante associação, nos discursos e panfletos masculinos, entre a frivolidade, vaidade, dissimulação do regime monárquico encarnadas na figura de Maria Antonieta que facilmente se estendia a *todas as mulheres*. O jornalista radical Prodhomme escreveu em 1791, em ataque a Maria Antonieta, invocando o imaginário do *mal das mulheres na política*: “o reino das cortesãs precipitou a ruína da nação; o império das Rainhas o consumou [...] a princesa frívola Marie Antoinette [...] aproveitou sua ascendência sobre pequenas coisas para interferir nas grandes e influenciar o destino de todo um povo [...]”⁹⁹

⁹⁸ Na história do patriarcado, a associação da maternidade à essência da natureza feminina é uma criação da sociedade capitalista. Nesse passo, a função materna representa a natureza e o elemento paterno a história e a cultura. Assim, “[...] as mães são sempre e por toda parte as mesmas, enquanto os pais são muito mais condicionados pela cultura à qual pertencem” (DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 311) Sobre a naturalização da função reprodutiva, Maria Mies observa: “O que caracteriza a relação-objeto da mulher com a natureza, com a sua própria [natureza] e com a natureza externa? Primeiro, podemos ver que a mulher sente *todo* o seu corpo como produtivo, não apenas suas mãos ou sua cabeça. Seu corpo produz novas crianças assim como o primeiro alimento para essas crianças. É de crucial importância para a nossa exposição que a atividade das mulheres – ao produzir crianças e leite – seja entendida como realmente *humana*, ou seja, *consciente, como atividade social*. As mulheres se apropriam de sua própria natureza, de sua capacidade de parir e de produzir leite, da mesma maneira que os homens se apropriam da sua própria natureza corporal, no sentido de que suas mãos, suas mentes etc., desenvolvem habilidades mediante o trabalho com elas e a reflexão para fabricar e manejar ferramentas. Nesse sentido, a atividade das mulheres na criação das crianças deve ser entendida como *trabalho*. Este é um dos maiores obstáculos à libertação das mulheres; é necessária a humanização dessas atividades que ainda são interpretadas como funções puramente fisiológicas comparadas as dos mamíferos, e que ainda são consideradas como fora da influência humana consciente. Esta visão de que a produtividade do corpo humano feminino é idêntica à fertilidade animal – visão atualmente propagada e popularizada por todo mundo por demógrafos e pelos planejadores da população – deve ser compreendida como o *resultado* da divisão patriarcal e capitalista do trabalho e não como sua *precondição*.” (MIES, Maria. *Patriarcado y acumulación a escala mundial*. Traducción: Martín Ponz e Carlos Fernández Guervós. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019, pp. 117 e 118. Tradução nossa). Sobre as funções criadas para as mulheres no capitalismo patriarcal trataremos no Capítulo 4.

⁹⁹ MORIN, Tania Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa. 1789-1795*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 36.

A ideia das mulheres na política como um *mal* pode encontrar lastro tanto na inspiração de reconstrução da República tendo como ideal o Império Romano quanto nas ideias iluministas de Rousseau, responsável por laicizar o imaginário social revolucionário no que diz respeito às mulheres. Para Rousseau, homens e mulheres mantinham uma relação de complementariedade para cumprirem a ordem da Natureza, ou seja, para procriação, mas cada um era constituído de maneira diferente. Ao homem cumpria o papel de ser ativo e forte e à mulher o papel passivo e fraco. Para o pensador de Genebra, as mulheres não saiam do *estado de natureza*, agindo sempre por impulso ou instinto, enquanto os homens, segundo suas inclinações naturais, seriam dotados de capacidades de discernimento e desenvolvimento da razão, aptos para a tomada de decisão nos negócios públicos, no governo e no Estado, além de serem o chefe de família, senhores de suas mulheres. À mulher caberia os deveres naturais no espaço doméstico: educar com ternura e cuidado os filhos e agradar e obedecer ao marido. Assim, em razão de seu papel natural na reprodução, as mulheres seriam naturalmente inferiores.

As concepções rousseauianas que serão encampadas pelos revolucionários em relação às mulheres e à “sexualização” das noções de espaço público virtuoso como masculino e viril e espaço privado virtuoso como feminino e dócil são encontradas nos textos *Carta a d’Alembert sobre os espetáculos teatrais* [1758], *Julia ou a Nova Heloisa* [1762], *Emilio, ou Da Educação* [1762]. Rousseau escreveu estes textos olhando para as mulheres parisienses das camadas superiores que antes da revolução ocupavam os salões e os espaços públicos culturais. Em oposição ao imaginário cristão, Rousseau afirmou que a mulher era o modelo ideal primordial do humano, porém, sua presença no espaço público indicava a perda de seu estado natural, tornando-a um ser artificial, fictício e inumano e para regenerá-la deveria ser reconduzida a viver conforme sua “verdadeira origem”. Essa regeneração estaria vinculada ao resgate do amor conjugal e materno, essencializado em sua fisiologia, compreendendo a “verdadeira origem” feminina vinculada ao corpo, ao instinto, à sensibilidade, à fraqueza de seus órgãos e à inaptidão à lógica e à razão. A natureza feminina determinava, portanto, a atividade da mulher como complementar à atividade do homem cuja natureza, por sua vez, encarnava a essência do poder intelectual.

Em *Carta a d’Alembert*, Rousseau faz o elogio à moral e aos costumes dos antigos quando as mulheres viviam reclusas e raramente apareciam em público.

Para ele a ordem social dependia da domesticidade da mulher. Realizando uma comparação entre França e Genebra, o filósofo associou a austeridade republicana desta com a masculinidade e o luxo da monarquia absolutista daquela com feminilidade. Considerava a virtude como um atributo masculino e republicano e essa ideia apareceu nos discursos revolucionários que associaram austeridade, transparência, liberdades republicanas e masculino em oposição à associação da dissimulação, corrupção, feminilidade e Monarquia. Estabelecida esta conexão entre a degradação da mulher, corrupção política, conspiração da aristocracia e enfraquecimento da sociedade francesa, uma violenta reação revolucionária moralista surgiu contra a ideia do poder social e político das mulheres.

No entanto, a manutenção desta associação entre as mulheres, a monarquia e o Antigo Regime, enfrentava um dado concreto de realidade que a enfraquecia: a presença constante das mulheres nas lutas. O que surpreendia não era o posicionamento antifeminino/antifeminista dos revolucionários, mas a existência de mais de sessenta associações femininas que chegaram a se formar em toda a França atestando a prática política revolucionária das mulheres. Desde Versalhes, a intervenção delas nos acontecimentos revolucionários foi contínua e estrutural, embora realizada em posição secundária. Participaram, ao lado dos homens, das jornadas de 9 de abril, 20 de junho e 10 de agosto de 1792 que implicaram na queda da monarquia. Em fevereiro de 1793, em meio da crise dos víveres, constituíram a *sans culotterie*, componente feminino do movimento popular que tomou para si as reivindicações das mulheres e igualmente foi atravessado pelas contradições que afetavam todas as correntes políticas da Revolução.

A Revolução proporcionou a elas, a despeito de seus dirigentes e líderes, liberdade de manifestação e restou lhes negando a possibilidade de participação da constituição do Estado e do Direito ao lhes interditar a cidadania. No decorrer do processo revolucionário, o imaginário que as associava à monarquia foi substituído por aquele também encontrado em Rousseau relativo à *posição* e às *funções* das mulheres na República: o da esposa e mãe, reservada e contida no espaço privado, variando as imagens que ora conformavam as mulheres a seres destituídos da racionalidade suficiente para participar do público e do político, ora as identificavam como demasiado cruéis, “figuras extremas do crime, da desordem e

do instinto”¹⁰⁰. *Quase os mesmos cavalheiros, entoavam quase as mesmas recusas, usando quase as mesmas razões.*

O período jacobino de radicalização revolucionária também foi um período de radicalização das intervenções e reivindicações dos grupos femininos. Em 1793, as lavadeiras exigiram da Convenção a regulação do preço do sabão e demandavam a pena de morte para os monopolistas dos preços. Dois dias depois, os armazéns foram tomados e os preços trazidos ao patamar imposto pelas rebeldes.¹⁰¹

Durante a Convenção, uma defesa em favor do igualitarismo político era cada vez mais fraca, até mesmo Nicolas Condorcet que em 1790 o havia afirmado, já não o reafirmara em 1793, em parte porque estava negativamente impressionado pela atuação política das *adoradoras de Marat* e em parte pela intensa resistência social. A nova *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão* de abril de 1793 e a *Constituição* de outubro 1793 não conferiram a elas direitos políticos e, ainda, proibiram a existência de sociedades políticas constituídas por mulheres. De acordo com a leitura da historiadora Lynn Hunt essa condição jurídica piorada, ocorreu, neste momento, em razão da participação feminina no movimento contrarrevolucionário, determinando a relação antifeminina da República com as mulheres até 1944:

A participação das mulheres na Contrarrevolução pode ter tido mais influência na atitude dos revolucionários em relação às mulheres, sobretudo depois de 1795, do que a presença das mulheres no movimento revolucionário. A tradição republicana do século XIX – e mesmo até 1944 – estava impregnada por uma hostilidade furiosa contra as mulheres ignorantes, supersticiosas e fanáticas, ou seja, as mulheres dominadas pelos padres. Assim, a contrarrevolução marcou a virada crítica nas relações entre a República e as mulheres.¹⁰²

¹⁰⁰ ROUDINESCO, Elisabeth. *Théroigne de Méricourt: uma mulher melancólica durante a Revolução*. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 144

¹⁰¹ “No final do mês [fevereiro de 1793], as mulheres se fizeram ouvir por meio de uma delegação de lavadeiras que foram queixar-se na mesa da Convenção do preço do sabão: ‘Em breve’, disseram elas, ‘a classe menos afortunada estará impedida de ter roupa branca que lhe é indispensável. Não é o produto que falta, ele é abundante, é o monopólio e a agiotagem que o fazem encarecer. Pedimos pena de morte para os monopolizadores’. Dois dias depois, pela manhã, os armazéns foram invadidos e os preços trazidos para os níveis impostos pelos rebeldes. Imediatamente, as mulheres pediram a dispensa dos girondinos responsáveis, segundo elas, pela alta dos preços.” (*Ibidem*, p. 145)

¹⁰² HUNT, Lynn. L’histoire des femmes: accomplissements et ouvertures. In: LAPIED, Martine e PEYRARD, Christine (Direction). *La Révolution Française au Carrefour des Recherches*, Aix-em Provence, Publications de l’Université de Provence, 2003. Tradução nossa.

Olwen H. Hufton em *Women and the limits of citizenship in the French Revolution* dedicou-se a estudar a atuação das mulheres contrarrevolucionárias e as implicações para o pensamento e práticas republicanas. Para a historiadora inglesa, a resistência dessas mulheres, no ambiente familiar, à descristianização aumentou a oposição revolucionária antifeminina pelo temor do triunfo clerical por meio das mulheres. *Quase as mesmas recusas, usando quase as mesmas razões*. Pensamos que este argumento se junta à fileira dos argumentos que invocam a suposta fraqueza das mulheres e, por isso, sua suposta inaptidão para a política, pois tem como pressuposto a ideia de uma “natureza” feminina imutável.

Os inquisidores responsáveis pela confecção do *Malleus Malleficarum* invocaram uma predisposição natural das mulheres às influências dos demônios, para justificar a imputação do crime de bruxaria às mulheres e para intensificar suas práticas e tornar bem-sucedido o controle da sexualidade e da reprodução. O tema é tratado na Questão VI do Manual, *Sobre as bruxas que copulam com Demônios. Por que principalmente as mulheres se entregam às superstições diabólicas*:

[...] tentaremos explicar por que essa perfídia é mais encontrada nas pessoas do sexo frágil e não nos homens. (p. 90).

[...]

Outros [homens] têm ainda proposto muitas outras razões para explicar o maior número de mulheres supersticiosas do que homens. E a primeira está em sua maior credulidade; e, já que o principal objetivo do Diabo é corromper a fé, prefere então atacá-las. [...] A segunda razão é que as mulheres são, por natureza, mais impressionáveis e mais propensas a receber a influência do espírito descorporificado; e quando se utilizam com correção dessa qualidade, tornam-se virtuosíssimas, mas quando a utilizam para o mal, tornam-se absolutamente malignas. A terceira razão é que, possuidoras de língua traiçoeira, não se abstêm de contar às suas amigas tudo o que aprendem através das artes do mal; por serem fracas, encontram modo fácil e secreto de se justificarem através da bruxaria.” (p. 93).

[...]

por serem mais fracas na mente e no corpo, não surpreende que se entreguem com mais frequência aos atos de bruxaria (p. 94).

[...]

é o que indica a etimologia da palavra que lhe designa o sexo, pois *Femina* vem de *Fe* e *Minus*, por ser a mulher sempre mais fraca em manter e em preservar a sua fé. E isso decorre de sua própria natureza [...] Portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la – fenômeno que conforma a raiz da bruxaria.” (p. 95).

Invocamos esse precedente não para sugerir que os revolucionários franceses tivessem o mesmo *modo de ver e imaginar*, pensassem e agissem como os inquisidores em relação às mulheres, mas justamente porque aqueles não eram os inquisidores, justamente porque os clérigos e o *modo de ver e imaginar* deles eram combatidos pelos revolucionários que se demonstra a força do imaginário social no que diz respeito a fraqueza por natureza das mulheres e sua suposta imutabilidade e as implicações disso para a política.

Não negamos a questão como um problema e nem estamos interessados em atribuí-lo, simplesmente, a um imaginário antifeminino/antifeminista – embora ele se faça presente também – mas criticamos a solução, compreendemos que uma *reforma do intelecto e da imaginação* só pode ocorrer não com a exclusão das mulheres da política, mas, pelo contrário, pela sua inclusão, afinal, é no campo da experiência que se aprende a política, comungada com a extensão do acesso à educação. O argumento da religiosidade do povo reverbera ainda na política e sempre se apresenta como um desafio para os movimentos políticos. Em relação às mulheres ele sempre foi invocado como oposição em todas as discussões sobre a defesa dos seus direitos políticos. Assinalamos, desde já, que o encaminhamento dado pelos revolucionários russos, mais de um século depois, será diverso, ou seja, eles enfrentaram o problema religioso não excluindo as mulheres da política, mas fazendo do papel de transformação não só das mulheres, mas do povo¹⁰³, uma tarefa revolucionária que se realiza com a participação do povo na política e não com a sua exclusão.

Elisabeth Roudinesco, por sua vez, identifica na formação dos girondinos e jacobinos, desde a formação da Assembleia Legislativa de 1791, filiações, sensibilidades, *modos de ver e imaginar* diversos, desacordos inconciliáveis

¹⁰³ Sobre a questão ver: KRÚPSKAIA, Nadiéjda. A trabalhadora e a religião [1922]; A religião e a mulher [1927]; Caminhos para emancipação da mulher Oriental [1928]. Tradução: Priscila Marques. Todos In: SCHNEIDER, Graziela (org). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. Tradução: Cecília Rosas e outras. São Paulo: Boitempo, 2017.

atravessados também pelo posicionamento que cada um dos grupos adotava em relação a *questão das mulheres* e pelo papel “nefasto” desempenhado por Madame Roland que exacerbava os antagonismos e o antifeminino/antifeminismo na ala jacobina:

Os recém-chegados tinham a mesma origem social; filhos e netos de camponeses, eram magistrados, advogados, comerciantes. Contudo, impregnam-nos filiações e sensibilidades diversas. A futura Gironda era a herdeira da linha de Voltaire e dos enciclopedistas, e foi para ela que se inclinou Condorcet, o último dos filósofos. Daí um feminismo mais evidente, que se acompanhava de liberalismo e de elitismo. Republicana, a Gironda tinha paixão pela liberdade e por ela estava pronta para morrer. Também tinha o desejo de libertar a mulher da condição servil. Do lado da futura Montanha, dominava um espírito rousseauiano, uma concepção voluntarista da política e uma sensibilidade para o igualitarismo social, que tinha por consequência uma visão da mulher marcada pelo realismo político. Se esta devia ser a companheira, esposa e nutriz antes de ser livre e pensante, é porque a suspeitavam de ter ficado sob a influência dos padres do Antigo Regime. Assim, para tirá-la de sua condição, era preciso obrigá-la a se fundir no ideal da Revolução. Claro, nem todos os deputados da futura Montanha eram antifeministas, assim como nem todos os deputados da futura Gironda eram feministas. As classificações eram com frequência bem mais sutis. De qualquer modo, o antifeminismo da Montanha seria exacerbado pela luta contra Gironda e especialmente pela atitude nefasta de Madame Roland, que faria permanentemente o jogo da divisão.¹⁰⁴

Em 30 de outubro de 1793, promulgada a Constituição que não conferia direitos políticos às mulheres e proibia as associações políticas femininas, o deputado jacobino Jean-Baptiste André Amar, relator do Comitê de Segurança Geral, pronuncia-se sobre as interdições apresentando seus fundamentos:

cada sexo é chamado para um gênero de ocupação que lhe é próprio [...] qual a característica própria da mulher? Os costumes e a natureza lhe atribuíram suas funções: começar a educação dos homens, preparar o espírito e o coração das crianças para as virtudes públicas, dirigi-las desde cedo para o bem, elevar sua alma e instruí-las no culto político da liberdade; estas são suas funções após os cuidados do lar; a mulher é naturalmente

¹⁰⁴ ROUDINESCO, Elisabeth. *Théroigne de Méricourt: uma mulher melancólica durante a Revolução*. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, pp. 98 e 99. Em outra passagem, já no contexto da Convenção, sublinha Roudinesco: “No conflito que opunha as duas facções, Madame Roland desempenhou um papel desastroso. Com ciúmes do sucesso de Danton junto aos membros do seu círculo, ela estimulou, com uma tática de corriola, o combate entre os girondinos e montanhesees, levando os primeiros a pedir contas às Comuna sobre os massacres de setembro. Assim ela travou a ação conciliatória de Danton e Condorcet e questionou o próprio princípio da legitimidade republicana. Esse jogo nefasto alimentou o antifeminismo dos montanhesees.” (*Ibidem*, p. 139)

destinada a fazer amar a virtude; quando tiverem cumprido todos esses deveres, terão méritos da pátria [...] Querem que na República Francesa sejam vistas no tribunal, nas assembleias políticas como homens? Abandonando o recato, fonte de todas as virtudes desse sexo e o cuidado de sua família?¹⁰⁵

No mesmo período, três mulheres de posições políticas distintas e não pertencentes à *sans-culotterie* foram guilhotinadas: Maria Antonieta, Olympe de Gouges e Madame Roland. *Le Moniteur*, principal jornal criado pela Revolução em 1789 e durante muito tempo diário oficial do governo francês, noticiou a decisão do tribunal revolucionário, reafirmando os fundamentos apresentados por Jean-Bartiste Amar acerca da *posição* e das *funções* das mulheres na República, bem como o imaginário social republicano relativo à natureza feminina:

Há pouco tempo o tribunal revolucionário deu às mulheres um grande exemplo, que certamente lhes será de grande valia; pois a justiça, sempre imparcial, sem parar coloca a lição ao lado da severidade. Maria Antonieta, educada numa corte pérfida e ambiciosa, trouxe para a França os vícios de sua família; ela sacrificou seu marido, seus filhos e o país que a adotou às metas ambiciosas da casa da Áustria, a cujos projetos servia, dispondo do sangue, do dinheiro do povo e dos segredos do governo. Ela foi mãe malvada, esposa devassa e morreu carregada de imprecações daqueles que quis arruinar. Seu nome será sempre execrado pela posteridade. Olympe de Gouges, nascida com uma imaginação exaltada, tomou seu delírio por uma inspiração da natureza. Começou por divagar e terminou adotando o projeto das pérfidas que queriam dividir a França; ela quis ser estadista e parece que a lei puniu essa conspiradora por ter esquecido as virtudes que convêm ao seu sexo. A mulher Roland, belo espírito de grandes projetos, filósofa dos bilhetinhos, rainha por um momento, cercada de escritores mercenários, para quem dava jantares, distribuía favores, cargos, dinheiro, foi um monstro em todos os sentidos [...] Era mãe, mas sacrificou a natureza, querendo elevar-se acima dela; o desejo de ser sábia e esse esquecimento, sempre perigoso, terminou por fazê-la morrer no cadafalso.¹⁰⁶

Estas mulheres que foram condenadas por ações políticas reais e porque eram contrárias à condução jacobina da revolução, tiveram as suas execuções anunciadas como se seus “verdadeiros” crimes tivessem sido a violação à natureza feminina, sinalizando, ao mesmo tempo, socialmente, os lugares que as mulheres deveriam ocupar na República.

¹⁰⁵ ROUDINESCO, Elisabeth. *Théroigne de Méricourt: uma mulher melancólica durante a Revolução*. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 160.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 161.

2.4

Uma das vozes dissidentes da época: Mary Wollstonecraft

Mary Wollstonecraft nasceu em 27 de abril de 1759, em um vilarejo chamado Spitalfields, em Londres. Seu pai era filho de um tecelão e ambicionava ascender à burguesia da época. Ela, diferentemente de seu irmão mais velho, aprendeu a ler em casa e quando ingressou na escola para meninas, aos 11 anos, ficou frustrada com a educação que lhe era destinada: prendas domésticas, costura e operações matemáticas simples. Já adolescente, a jovem Wollstonecraft compreendeu que a educação seria a chave para o seu futuro e entre as obrigações domésticas – o cuidado com os irmãos mais novos – ela começou a estudar filosofia de maneira autodidata.

Aos 15 anos, estudou o pensamento de John Locke por meio de um vizinho, o reverendo Henry Clare, que lhe permitia o acesso à sua biblioteca. Com Locke, Mary descobriu que todo poder tirânico deveria ser contestado e assim encontrou fundamentos éticos e filosóficos para se opor à violência e tirania exercida pelo pai.

A biógrafa Charlotte Gordon afirma que Wollstonecraft construiu, com base no pensamento de Locke, o paralelo presente em sua *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792) da condição da “mulher súdita” e do “homem governante” que usurpa seu poder e age tiranicamente ao impedir a liberdade e excluir os direitos das mulheres.¹⁰⁷

Aos 23 anos, Wollstonecraft ajudou a irmã mais nova a deixar o marido violento, em um momento histórico em que a sociedade e as leis reprimiam com vigor qualquer atitude desse tipo, uma vez que no século XVIII as mulheres não tinham direito algum. A lei inglesa outorgava ao marido um poder absoluto no casamento. Sem proteção legal, as mulheres estavam vulneráveis a todo tipo de abusos e violências. O marido podia bater na esposa e declará-la insana. Se a mulher fugisse, o marido tinha o direito de levá-la de volta para casa à força, bem como podia privá-la de alimentos e mantê-la em cárcere privado. Apenas em 1857 foi aprovada uma lei que permitia o pedido de divórcio para ambos os sexos, sendo definido, no entanto, que caso fosse a mulher a solicitante, deveria ser comprovado

¹⁰⁷ GORDON, Charlotte. *Mary Wollstonecraft e Mary Shelley. Mulheres extraordinárias: as criadoras e a criatura*. Tradução: Giovanna Louise Libralon. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2020, p. 59.

o adultério incestuoso, bigamia, emprego de práticas sexuais cruéis ou, ainda, abandono do lar por mais de 2 anos.¹⁰⁸

Para conseguir sustentar a si mesma e a irmã, Wollstonecraft tinha um plano: abrir uma escola, projeto que se tornou possível por intermédio de Hannah Burgh. Foi ela quem ofereceu a Mary recursos financeiros, orientação e apoio prático. Hannah Burgh acreditava que sua missão era educar mulheres para serem boas cristãs e cidadãs úteis. Ela pensava que as mulheres deveriam ser educadas para serem independentes e contribuírem para a sociedade. Quando conheceu Wollstonecraft, Burgh ficou convencida de que juntas elas poderiam criar uma escola onde as meninas aprenderiam a levar vidas mais criativas e virtuosas. Assim, em 1784, aos 25 anos, Mary e suas irmãs se mudam para Newington Green e iniciam a empreitada como educadoras. Nesta altura, para Wollstonecraft, abrir uma escola não significava apenas um esforço pessoal para alcançar a independência, mas também um meio de promover reformas e cultivar em seus alunos e alunas o amor pela liberdade e pela autonomia. A escola, porém, foi fechada em 1785 em razão da evasão de alunos decorrente de uma depressão que acometeu Wollstonecraft após a perda de uma amiga de longa data. Para sair da apatia os amigos incentivaram Wollstonecraft a escrever suas ideias sobre a difícil vida destinada as mulheres e o papel da educação das meninas como possível meio de transformação e abertura de possibilidades de vida fora do casamento.

Após um breve período trabalhando como governanta na Irlanda, Wollstonecraft vai para Londres, decidida a se sustentar por meio da escrita. Seu editor foi o famoso Joseph Johnson. Figura comprometida com reformas sociais, Johnson era promotor dos direitos das mulheres, dos judeus, dos escravos. Os autores que ele publicava estavam entre os mais radicais da época como Benjamin Franklin, William Blake, Erasmus Darwin, Joseph Priestley e William Cowper. Como Wollstonecraft, Johnson acreditava que as ideias podiam mudar o mundo e a palavra escrita era capaz de transformar a humanidade. Johnson deu a Wollstonecraft um emprego em tempo integral como escritora e tradutora. Também por meio de seu editor, Mary passou a integrar o círculo de autores

¹⁰⁸ GORDON, Charlotte. *Mary Wollstonecraft e Mary Shelley. Mulheres extraordinárias: as criadoras e a criatura*. Tradução: Giovanna Louise Libralon. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2020, p. 85.

dissidentes e radicais do final do século XVIII, na Inglaterra, e é nesse ambiente e contexto que a autora vai escrever o *Reivindicação dos direitos da mulher*.

Influenciada pelo Iluminismo e pelos ideários de liberdade e igualdade propagados pela Revolução Francesa, Wollstonecraft escreve a primeira obra de filosofia política feminista na qual defende o direito das mulheres à educação, concebendo a instrução como um caminho compartilhado por homens e mulheres para alcançar a emancipação e se tornarem aptos ao exercício pleno da cidadania.

Com base no ideário Iluminista, Wollstonecraft contestou Rousseau que defendia o lugar recluso das mulheres, limitando suas atribuições ao cuidado dos filhos e do marido e reivindicou a igualdade entre os sexos e seus reflexos no campo social e político.

A autora concordava com a afirmação de que as mulheres pareciam ser seres incapazes e fúteis, o que seria prejudicial para participação na nova ordem política em formação, mas diferente da maioria dos pensadores da época, ela atribuía a incapacidade cívica das mulheres ao tratamento desigual e opressivo imposto pela sociedade a elas e, assim, defendia que se as mulheres fossem educadas, tal como os homens, para cidadania e não para o casamento – a única profissão permitida às mulheres – elas desenvolveriam as aptidões necessárias para o exercício da liberdade, da autonomia e da democracia. Contrapondo-se aos discursos hegemônicos que afirmavam a inferioridade natural feminina, Wollstonecraft afirmava que tal inferioridade era decorrente do tratamento socialmente desigual destinado às mulheres. Sua defesa e reivindicação do direito à educação cívica para as mulheres, neste contexto histórico, implicava diretamente na admissão delas à cidadania e ao exercício dos direitos políticos.

Embora Wollstonecraft tenha construído sua reivindicação pela educação das mulheres argumentando que se educadas elas poderiam cumprir melhor seus papéis de mães e esposas, a autora compreendia que pela educação as mulheres se tornariam companheiras dos homens e não suas servas, liquidando, assim, as assimetrias e desigualdades entre os sexos e contribuindo para o desenvolvimento da humanidade como um todo. No entanto, apesar de questionar a suposta inferioridade natural das mulheres, Wollstonecraft idealizou um tipo de emancipação feminina dentro dos limites de seu tempo, ou seja, para que melhor desempenhassem seus deveres domésticos, tomados como deveres cívicos.

Por outro lado, ao postular o direito das mulheres receberem a mesma educação dos homens, visando o desenvolvimento da razão e da virtude, tal reivindicação teria como consequência prática a possibilidade das mulheres alcançarem autonomia em relação ao casamento, libertando-as, assim, do jugo masculino.

O tipo de educação que Wollstonecraft reivindicou para as mulheres tinha como objetivo transformá-las, emancipando-as daquilo que a autora considerava ser a fonte de sua servidão: a incapacidade socialmente criada que fazia com que as próprias mulheres se considerassem unicamente como objeto do desejo masculino. Mary demonstrou em sua *Reivindicação* que a educação das mulheres, postulada por Rousseau, não era condizente com os preceitos do Iluminismo e assim afirmou que a educação que pretendia a dependência e a superficialidade feminina era contraditória e incompatível com diversos referenciais discursivos e ideológicos que fundamentavam a instauração de uma nova sociedade e mais do que isso, ao permitir a manutenção de relações de poder hierárquicas e autoritárias entre os sexos estar-se-ia construindo um obstáculo ao estabelecimento da democracia.

Com seu livro, Wollstonecraft procura demonstrar que o princípio universal que sustenta a criação dos direitos não se realizaria se o poder arbitrário que os homens exerciam sobre as mulheres não fosse questionado, tal como se fazia em relação aos poderes dos reis e das classes privilegiadas.

Não obstante, como veremos a seguir, a despeito da presença das mulheres nas insurreições populares, a Revolução definiria os espaços público e privado tal como pensados por Rousseau, ou seja, com base em supostas aptidões naturais agregadas ao sexo masculino e feminino.

2.5

Redefinição dos espaços privado e público

A posição e as funções das mulheres na República: a mãe republicana privada e a República dos homens viris

O fim da Revolução Francesa com a ascensão de Napoleão não implicou na estabilização da República, nem do Estado e é isso que a história das revoluções populares francesas ao longo do século XIX encarnam. No transcorrer do século as disputas pela definição do papel das mulheres no espaço privado, às funções da

maternidade e da esposa, na criação da figura da dona de casa, todos esses processos com causalidade material no desenvolvimento do capitalismo, integrantes do poder de organizar o trabalho, expresso na divisão social e sexual do trabalho, conquistado pela classe burguesa, para manutenção desta nova organização. Para Michelle Perrot, reiterando a tese do enfraquecimento da classe trabalhadora através da definição e controle dos papéis atribuídos às mulheres:

Se as mulheres eram um tal alvo para o poder, por um lado isso se deve à sua importância realmente central dentro da família e, portanto, dentro da sociedade; mas também sem dúvida por causa da sua opacidade à cultura vinda de cima, da inércia ou resistência que opunham às estratégias de dominação do povo. Mais que os homens, tragados pela fábrica e imperativos da produção, presos nas redes da modernidade, produzidos pelas instituições disciplinares – a escola, o exército – que concernem primeiramente a ele, fascinados pelo “progresso” – a escrita e a democracia – pelas maravilhas das ciências e das técnicas, pelas virilidades do esporte e da guerra; mais que eles, as mulheres, cimento do povo, sangue das cidades, foram as rebeldes à ascensão da ordem industrial.¹⁰⁹

A Revolução pretendeu promover a regeneração moral da sociedade, buscando substituir os vícios da monarquia pelas virtudes da República. Robespierre no discurso *Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República* afirmou:

[queremos substituir] o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, a conveniência pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo da infelicidade pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, o amor pelo dinheiro pelo amor à glória, os usos pelos princípios.¹¹⁰

Nesse sentido, os revolucionários entendiam que o sucesso da República dependia de uma organização fundada em uma rígida definição de papéis determinados pelo gênero e fundada em uma suposta ordem da natureza. Assim, aos homens caberia o espaço público e às mulheres o espaço privado. Imaginavam, de acordo com os preceitos de Rousseau, uma natureza humana distinta e desigual entre homens e mulheres. Enquanto os homens encarnavam a austeridade, transparência, liberdade, virilidade, discernimento, as mulheres representavam os

¹⁰⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 189.

¹¹⁰ ROBESPIERRE, Maximilien de. *Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República*. In: *Discursos e relatórios da Convenção*. Tradução: Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999, p. 143.

vícios e a corrupção política, por serem fracas e inferiores seriam inaptas a alcançar as virtudes políticas exigidas. Desta forma, de acordo com sua própria natureza, caberia às mulheres o papel cívico de esposas e mães. A estabilidade da República dependia da manutenção dessa posição e a possibilidade de uma eventual troca dos papéis de gênero gerava nos revolucionários um verdadeiro horror.

Assim, foi criado o ideal da maternidade cívica, que exigia uma devoção total da mãe à criança. A boa mãe republicana deveria ficar em casa cuidando dos filhos e do marido, e não participar das tribunas e das manifestações nas ruas. A partir de 1792, com a França em guerra, passou a ser disseminada a ideia de que as mulheres dariam luz a um “povo de heróis” cabendo a elas ensinar os princípios republicanos aos futuros cidadãos franceses.

As revoltas populares promovidas por mulheres ao longo do ano de 1793 contra especuladores e agiotas, sua participação nas ruas, na Assembleia e nas tribunas populares da Convenção contribuíram para que fossem retratadas como ameaças à tranquilidade pública e à ordem republicana, de modo que em outubro do mesmo ano foram expressamente proibidas de adentrar a tribuna, exercer direitos cívicos, tomar parte do governo e reunirem-se em associações políticas. Além dessas medidas, em 1795 a repressão intensificou-se e agrupamentos com mais de 5 mulheres passaram a ser proibidos sob pena de uso de força policial. As mulheres deveriam voltar ao lar à força. O Decreto da Assembleia Nacional dispunha:

Decreta-se que todas as mulheres se retirarão, até ordem contrária, a seus respectivos domicílios. Aquelas que, uma hora após a publicação do presente decreto estiverem nas ruas, agrupadas em número superior a cinco, serão dispersadas por força das armas e presas até que a tranquilidade pública retorne a Paris.¹¹¹

Assim, após participarem ativamente do processo revolucionário, redigindo manifestos, organizando motins contra a carestia, formando clubes políticos, as mulheres deveriam retornar aos lares e ao papel resignado que a “natureza” havia lhes destinado, isto é, de um ser silencioso, submisso, obediente, boa esposa e mãe. Ocultava-se, portanto, seu papel ativo e revolucionário, a fim de reabilitar a imagem passiva das mulheres e justificar a clausura doméstica. Ao mesmo tempo,

¹¹¹ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 35.

utilizavam-se as “mulheres rebeldes” como exemplos históricos negativos do que poderia advir da rejeição de suas obrigações naturais.

Apesar do potencial libertário das ideias que impulsionaram os revolucionários franceses nas lutas pela derrubada do sistema monárquico e do sistema de privilégios, o imaginário social do período estava comprometido pelas ideias de desigualdade natural entre homens e mulheres que, com efeito, moldaram o desenho institucional do Estado e dos direitos. A exclusão das mulheres da política e a delimitação de seu lugar – o espaço privado – e suas funções – a maternidade e as atividades domésticas – demonstra como a forma Estado constituída como efeito da revolução está comprometida com a ordem capitalista, na qual a divisão sexual do trabalho e o confinamento das mulheres às funções reprodutivas, fora da espera da produção de valor, é integrante do sistema de exploração da classe trabalhadora.

2.6

O Estado patriarcal e a guerra

Em 1926 foi criado o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), no âmbito da Liga das Nações, com intuito de reunir pesquisadores, cientistas, artistas de diversas nacionalidades para pensarem conjuntamente as condições de possibilidade de manutenção da cultura e promoção da paz. Os diálogos ocorriam por meio da troca de correspondências e a mais famosa delas foi a realizada entre Freud e Einstein em 1932, dando origem o livro *Por que a guerra?* publicado em 1933. Virginia Woolf que não integrava o IICI, criou sua própria troca de correspondência em *Três guinéus*:

Três anos é muito tempo para deixar uma carta sem resposta, e a sua ficou aqui a espera de uma resposta por um tempo maior ainda. Tinha esperança de que ela respondesse por si só ou que outras pessoas a respondessem por mim. Mas aqui está sua pergunta – como, em sua opinião, vamos evitar a guerra? - ainda sem resposta.¹¹²

O interlocutor de Virginia, um homem instruído, de meia idade, advogado consultor do Rei, com escritório no centro de Londres, apresenta algumas propostas sobre como as mulheres poderiam auxiliar a evitar a guerra: escrever para os jornais, filiar-se a uma sociedade pacifista e contribuir para os fundos, geridos por

¹¹² WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 9

ele, com objetivo de promover ações antibélicas. Ela responde que as três sugestões são simpáticas, mas em nada representam um método ativo e direto para evitar a guerra, pois:

Rabiscar um nome numa folha de papel é fácil; participar de uma reunião onde opiniões pacíficas são mais ou menos retoricamente reiteradas a pessoas que já acreditam nelas também é fácil; e preencher um cheque em favor dessas opiniões razoavelmente aceitáveis, embora não tão fácil, é uma maneira barata de tranquilizar aquilo que pode convenientemente ser chamado de nossa consciência.¹¹³

E Virginia continua argumentando que métodos ativos e diretos eram interditados às mulheres¹¹⁴, tais como: se recusar a ir à guerra; participar da bolsa de valores e, portanto, controlar o fluxo do capital; integrar a administração pública, os ministérios do Estado e o Executivo e negociar acordos de paz; pregar sermões nas Igrejas. Em um mundo instituído com o confinamento das mulheres no espaço privado, excluídas da esfera pública na atuação e na decisão, proibidas de trabalhar, votar, educar-se, serem proprietárias¹¹⁵, como seria possível, para elas, influenciarem efetivamente na política? De fato, ela recorda que houve a duquesa de Devonshire, Lady Palmerston, Lady Melbourne, madame de Lieven, Lady Holland, Lady Ashburton que realizavam grandes e famosas reuniões em seus casarões, mas são os nomes de Pitt, Fox, Burke, Sheridan, Peel, Canning,

¹¹³ WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 17 e 18.

¹¹⁴ “Vocês, naturalmente, poderiam, uma vez mais, pegar em armas – na Espanha, tal como antes na França – em defesa da paz. Mas esse, supostamente, é um método que, tendo experimentado, vocês rejeitaram. De qualquer maneira, esse método não está disponível para nós; tanto o Exército quanto a Marinha estão vedados ao nosso sexo. Não nos é permitido ir à guerra. Tampouco nos é permitido participar da Bolsa de Valores. Assim, não podemos usar nem a pressão da força nem a pressão do dinheiro. As armas menos diretas, mas ainda assim efetivas, que nossos irmãos, como homens instruídos, possuem no serviço diplomático, na Igreja, também nos são negadas. Não podemos pregar sermões nem negociar tratados. E também, embora seja verdade que podemos escrever artigos ou enviar cartas à imprensa, o controle da imprensa – a decisão sobre o que imprimir, o que não imprimir – está inteiramente nas mãos dos que pertencem ao seu sexo. É verdade que há vinte anos passamos a ser aceitas no Serviço Público e na Ordem dos advogados; mas nossa posição ali é ainda muito precária e nossa autoridade, mínima. Assim, todas as armas com as quais um homem instruído pode fazer valer sua opinião estão fora de nosso alcance ou tão perto disso que, ainda que as usássemos, dificilmente poderíamos infligir um arranhão que fosse.” (*Ibidem*, p. 18)

¹¹⁵ “Considere o fato da educação. Sua classe [dos homens instruídos] tem sido educada nas escolas privadas e nas universidades por quinhentos ou seiscentos anos, a nossa [filhas e irmãs dos homens instruídos], por sessenta. Considere o fato da propriedade. Sua classe possui, por direito próprio e não pelo casamento, praticamente, todo o capital, toda a terra, todos os objetos de valor e todo o poder político da Inglaterra. Nossa classe não possui, por direito próprio e não pelo casamento, praticamente, nada do capital, nada da terra, nada dos objetos de valor e nada do poder político da Inglaterra.” (*Ibidem*, p. 24)

Palmerston, Disraeli, Gladstone que cobrem as páginas da política, nas quais essas mulheres sequer aparecem no topo das escadas recebendo os convidados. São os homens que sempre decidiram sobre a guerra e a paz, herdeiros orgulhosos da fúria heroica de Aquiles renascido na Modernidade.

A pergunta do benevolente senhor advogado – *Cara Virginia, o que nós podemos fazer para evitar a guerra?* – fez Virginia elaborar um argumento que congrega teses das feministas do passado e teses das feministas do futuro. No diálogo com o passado Virginia atualiza o argumento da tirania presente na forma Estado patriarcal e a relação desta forma com a ocorrência das guerras e o aparecimento do nazi-fascismo¹¹⁶ e com o futuro, ela precipita: se é certo que as mulheres sem força, capital, púlpitos, educação, controle das notícias, podem muito pouco ou quase nada para ajudar a evitar a guerra, há uma arma efetiva disponível para elas: recusar ter filhos.¹¹⁷ *Três Guinéus* antecipa, assim, os debates feministas que serão travados na década de 1970 acerca da função reprodutiva como trabalho que deveria ser reconhecido e remunerado.

São os homens que decidem sobre a guerra; guerrear tem sido, desde sempre, um hábito dos homens, hábito imposto e/ou difundido pelas leis e pelas práticas. As leis e práticas da sociedade patriarcal interiorizaram nos homens o desejo de guerrear, detectou Virginia. Mesmo entre os homens integrantes do grupo

¹¹⁶ A associação entre o Estado patriarcal e o nazismo também é um tema adiantado por Virginia Woolf. Estudos sobre o *ethos* da sociedade alemã que possibilitou a ascensão do nazismo surgem apenas a partir da década de 1970. Em 1974 e 1975 Maria-A. Macciocchi organizou o seminário *Eléments pour une analyse du fascisme*, em Paris VIII, Vincennes e a questão das mulheres e o nazismo foi analisada. É apenas de 1989 o livro *Os Alemães* no qual Norbert Elias realiza uma investigação sociológica sobre a formação da sociedade alemã, buscando lançar luzes sobre elementos dessa formação social dos homens viris que possibilitaram a ocorrência do nazismo. Mais recentes ainda são os trabalhos de Christian Ingrao (*Crer e destruir. Os intelectuais na máquina de guerra SS nazista*, 2010) e Johann Chapoutot (*La loi du sang. Penser e agir em nazi*, 2014) sobre o tema.

¹¹⁷ “Há, naturalmente, uma arma essencial que a mulher instruída pode fornecer: filhos. E um método pelo qual ela pode ajudar a evitar a guerra é o de se recusar a ter filhos. Assim, a sra. Helena Normanton é da opinião que “a única coisa que as mulheres em qualquer país podem fazer para evitar a guerra é interromper o fornecimento de ‘buchas de canhão’ (Relatório do Conselho Anual para uma cidadania igualitária, *Daily Telegraph*, 05 de março de 1937). As cartas aos jovens com frequência apoiam essa opinião. “Posso dizer ao sr. Harry Campbell porque as mulheres se recusam a ter filhos nesses tempos. Quando os homens aprenderem como governar as terras que governam de forma que as guerras atinjam apenas os que se metem em brigas em vez de dizimar os que não o fazem, as mulheres poderão novamente se sentir dispostas a terem grandes famílias. Por que deveriam as mulheres trazer filhos a um mundo como o de hoje?” (Edith Maturin-Porch, no *Daily Telegraph*, de 06 de setembro de 1937). O fato é que a taxa de natalidade na classe instruída está em queda parece mostrar que as mulheres instruídas estão seguindo o conselho da sra. Normanton. O mesmo conselho lhes foi dado em circunstâncias muito similares, há mais de dois mil anos, por Lisístrata.” (WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 157).

de Bloomsbury¹¹⁸, a determinada altura dos acontecimentos, havia uma unanimidade de que a guerra era a *única* alternativa possível, mas não apenas isso, era uma alternativa desejável: *se vencermos...* Se para os homens que não têm a guerra como profissão, tal como os amigos de Bloomsbury – aqueles que não integram as forças armadas – que elemento estaria por trás da formação social capaz de sustentar a guerra como o único caminho não só possível como também desejável? Discorre Virginia: “[...] obviamente, há pra vocês alguma glória, alguma necessidade, alguma satisfação na luta, que nós [mulheres] nunca sentimos ou de que nunca extraímos prazer.”¹¹⁹ E, é nas biografias e autobiografias de

¹¹⁸ Conforme a biógrafa Nádia Fusini em *Sou dona da minha alma*, Virginia e Leonard foram à Alemanha em 1935, determinados a conferir pessoalmente as intenções dos alemães. “[...] Ao voltar para casa, àquela altura Virginia teve apenas um desejo: desmascarar o entrelaçamento social de misoginia, antissemitismo e fascismo. Isso lhe abriu uma perspectiva de solidão. Viu-se sozinha em seu próprio ambiente, entre seus amigos. Começou a observar certos fatos, passou a anotar certos comportamentos. Chegou até mesmo a descobrir certas durezas em Leonard: era um homem, gostava de comandar. Amava ser obedecido. Pretendia dos outros – mulheres e serviçais - pretensões devotas de obediência. A seu modo, tinha sede de poder. E o mesmo valia para os membros libertinos e libertários do famoso Bloomsbury. Mesmo em Bloomsbury, onde a inteligência do país se reunia no espaço comum criado pela amizade e pelo diálogo, preparando o modelo de civilização nova, do qual a sociabilidade e a tolerância fossem o modelo real, mesmo ali, os homens eram cegos e surdos à diferença feminina. Pensavam ser imunes a misoginia, porém, dela carregavam sinais invisíveis, incapazes que eram de analisar os costumes silenciosos, as tradições inarticuladas da “grande tradição”, e do “grande passado.” Do mesmo modo não viam a tentação totalitária inscrita no próprio coração daquela modernidade cultural que haviam contribuído para criar; modernidade essa que não tinha absolutamente destruído a violência da discriminação, da injustiça de uma separação imposta entre o público e o privado, que cingia o espaço público como arena do sexo forte proibida à mulher expor-se ao risco da liberdade, ou seja, ao risco de falar e de agir juntamente com os outros.” E, mais adiante, “[...] Quanto a Ben Nicolson, filho de Vita, que com a arrogância da juventude lhe perguntou: o que vocês de Bloomsbury fizeram para impedir a guerra? Tudo que podíamos e podemos, respondeu Virginia, e se de nada valera era porque a impotência é a condição humana em tempos de violência. Tinha todos contra ela: fizera inimigos com *Três guinéus*, continuou a fazê-los também em sua profissão. Diante de Leonard e de seus amigos que aderiam a várias formas de voluntariado civil, empunhando fuzis e vestindo uniformes, não pode deixar de confessar a si mesma que os achava ridículos. Não conseguia não ver o aspecto empolado, hiperbólico e hipermachista da guerra. “Essa guerra é só retórica”, disse a si mesma. “Uma velha senhora que prende o grampo no cabelo tem mais realidade.” E o coração jorrou sua verdade: “Para mim, pensar é combater.” (FUSINI, Nádia. *Sou dona da minha alma: o segredo de Virginia Woolf*. Tradução: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, pp. 287, 288, 359 e 360).

A entrada de 15 de maio de 1940 do diário de Virginia informa: “Um apelo ontem à noite em favor da defesa nacional – contra os paraquedistas. L[eonard] disse que vai se alistar. Uma conversa acre. Nossos nervos estão em frangalhos – os meus ao menos: L[eonard] sem dúvida reconfortado pela oportunidade de fazer alguma coisa. Arma & farda para mim um tanto ridículas. Por detrás disto a tensão: esta manhã falamos de suicídio caso Hitler desembarque. Judeus surpreendidos. Para que esperar? Melhor fechar as portas da garagem. Esta é uma conversa sensata, bastante trivial.” (WOOLF, Virginia. *Os diários de Virginia Woolf*. Tradução: José Antonio Arantes. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 271).

¹¹⁹ WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 13.

soldados, pilotos, oficiais das forças armadas que Virginia confirma sua hipótese.

Ela cita:

Tive a mais feliz das vidas que se pode ter, e sempre trabalhei em prol da guerra, e agora entrei na maior de todas, na flor da idade para um soldado... graças a Deus, partimos dentro de uma hora. Que regimento magnífico! Que homens, que cavalos! Dentro de dez dias, espero, Francis e eu estaremos cavalcando lado a lado contra os alemães.¹²⁰

Ao que o biógrafo acrescenta:

Desde o primeiro momento, ele fora supremamente feliz, pois encontrara sua verdadeira vocação.

A isso acrescentamos estas palavras da vida de um piloto de guerra:

Falamos da Liga das Nações e das perspectivas de paz e desarmamento. Sobre esse assunto, ele não era propriamente militarista mas marcial. A dificuldade para a qual não conseguia encontrar nenhuma resposta era que, se a paz permanente fosse alguma vez alcançada, os exércitos e as marinhas deixariam de existir, não haveria válvula de escape para as características viris que a luta desenvolveu, e a constituição humana e o caráter humano acabariam por se deteriorar.¹²¹

Aqui, imediatamente, estão três razões que levam o sexo que o senhor representa a guerrear; a guerra é uma profissão; uma fonte de felicidade e grandes emoções; e é também uma válvula de escape para as características viris, sem as quais os homens se deteriorariam.¹²²

Virginia sabia que o relato dos jovens oficiais das forças armadas não expressava uma unanimidade entre as pessoas do sexo masculino, mas mesmo havendo dissidentes, a opinião majoritária era de que a guerra era necessária e essa unanimidade inquietava Virginia¹²³. Os discursos estridentes das reuniões políticas

¹²⁰ *Francis and Riversdale Grenfell*, por John Buchan, p. 289, 205, conforme Virginia Woolf em *Três guinéus*.

¹²¹ *Antony (Viscount Knebworth)*, reunidos por Edmundo Blunden, p. 25, 41, conforme Virginia Woolf em *Três guinéus*.

¹²² WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, pp. 13 e 14.

¹²³ “Não importa quantos dissidentes haja, os de seu sexo são, hoje, em sua grande maioria, a favor da guerra. A Conferência de Scarborough, de homens instruídos, a Conferência de Bournemouth*, de homens da classe operária, chegaram ambas à conclusão de que gastar 300.000.000 libras por ano em armamentos é uma necessidade.” (WOOLF, Virginia. *Three guineas*. Reino Unido: Hogarth Press, 1938, p. 14. Tradução minha)

* “Ersnt Toller, escritor no exílio, privado da cidadania por Hitler, pacifista convicto, nos últimos tempos mudara de ideia: era preciso declarar guerra a Hitler, não havia tempo a perder. Até Leonard mudou de ideia. Não era possível ajoelhar-se diante do Führer. Virginia estava inquieta, angustiada. Em outubro de 1935, participou do congresso de Labour Party, que, segundo suas palavras, foi “dramático”, George Lansbury, líder do partido desde 1931, socialista de velha data, idealista e pacifista, foi obrigado a demitir-se devido a um ataque feroz, desferido contra ele por quem, dentro do partido, considerava suas posições um perigoso sinal de fraqueza. Virginia ficou com lágrimas nos olhos ao ver Lansbury no papel do bom cristão flagelado, enquanto detestou quem o atacava.” (FUSINI, Nadia. *Sou dona da minha alma: o segredo de Virginia Woolf*. Tradução: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, pp. 264 e 265)

das quais participou inflamavam um heroísmo vazio que a enfadava. Diziam: “É preciso mudar a estrutura da sociedade, produzir um mundo bom...” Se tivesse nascido duque, falaria assim? Pensou Virginia.”¹²⁴. Por todos os lados, Virginia constatava que a guerra é uma satisfação, uma fonte de felicidade, realizações e válvula de escape para as características que os homens são habituados a desenvolver e cultivar e um dos fundamentos desse prazer é o patriotismo, o amor à Pátria que tudo deu a eles – educação, emprego, estabilidade financeira, patrimônio cultural, capital, propriedade, terra, ambiente. Porém, de tempos em tempos, a Pátria exige a retribuição – guerrear por ela, honrá-la, defendê-la, morrer por ela. Para Virginia, são o patriotismo e a cidadania viril as razões que fomentam o desejo masculino de guerrear:

Uma vez que a biografia mostra que são muitas as diferenças de opinião, é evidente que deve haver alguma razão preponderante na gênese dessa esmagadora unanimidade. Devemos chamá-la, a bem da brevidade de “patriotismo”? Em que, então, devemos perguntar em seguida, consiste esse “patriotismo” que leva vocês à guerra? Deixemos que o Lorde Chefe de Justiça da Inglaterra interprete isso para nós: ‘Os ingleses se orgulham da Inglaterra. Para aqueles que foram educados nas escolas e universidades inglesas e trabalhara, a vida toda na Inglaterra, há poucos amores mais fortes do que o amor que temos por nosso país. Quando consideramos outras nações, quando julgamos os méritos da condução dos negócios públicos deste ou daquele país, é o nosso próprio país que tomamos como referência... A liberdade construiu sua morada na Inglaterra. A Inglaterra é o lar das instituições democráticas... É verdade que há em nosso meio muitos inimigos da liberdade – alguns deles, talvez, em locais um tanto inesperados. Mas nos mantemos firmes. Tem-se dito que a casa de um inglês é seu castelo. A casa da Liberdade situa-se na Inglaterra. E é, de fato, um castelo – um castelo que será defendido até o fim... Sim, somos imensamente abençoados nós, os ingleses.’

Trata-se de uma declaração geral e clara sobre o que significa o patriotismo para um homem instruído e sobre quais deveres ele lhe impõe. Mas para irmã do homem instruído – o que o “patriotismo” significa para ela? Tem ela as mesmas razões para se orgulhar da Inglaterra, para amar a Inglaterra, para defender a Inglaterra? Tem sido ela “imensamente abençoada” pela Inglaterra? A história e a biografia, quando inquiridas, parecem mostrar que o lugar dela na morada da liberdade tem sido diferente do lugar do seu irmão; e a psicologia parece sugerir que a história não deixa de produzir seu efeito sobre a mente e o corpo. Portanto, a interpretação que ela faz da palavra “patriotismo” pode muito bem diferir da dele. E essa diferença pode fazer com que seja extremamente difícil para ela

¹²⁴ FUSINI, Nadia. *Sou dona da minha alma: o segredo de Virginia Woolf*. Tradução: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 265.

compreender a definição de patriotismo dada por ele e os deveres que ele impõe.¹²⁵

Honrar a Pátria – de que se trata? É uma questão que ronda Virginia desde a juventude. Em 1910, Virginia e cinco amigos se disfarçaram de Imperador da Abissínia e sua corte e fizeram uma visita supostamente oficial a um dos encouraçados da Marinha Britânica, farsa que só foi descoberta no dia seguinte e foi notícia dos jornais. Os participantes foram perdoados, mas simbolicamente castigados, com exceção de Virginia, com chibatadas no traseiro. Então, Virginia pensa: é com chibatadas no traseiro que se restaura a Honra da Marinha Real? É disso que se trata Honrar a Pátria? O episódio aparece no conto *Uma Sociedade*, escrito em 1920 e publicado em 1922, no qual quase 20 anos antes de *Três guinéus*, já aparecem os temas que serão desenvolvidos por Virginia em *Um teto todo seu* (1929), *Os anos* (1936) e *Três guinéus* (1938). No conto, sete mulheres fundam uma sociedade, a sociedade das *outsiders*, e decidem investigar se os homens cumpriram devidamente a função que atribuíram a si mesmos: produzir bons livros. Cada uma delas iria visitar museus, gabinetes, universidades, concertos, a Marinha britânica, o Parlamento, o Supremo e fazer perguntas:

Reunimo-nos, assim, numa sociedade para fazer perguntas. Uma de nós iria visitar um navio de guerra; outra, esconder-se no gabinete de um erudito; outra, participar de uma reunião de homens de negócios; e todas nós iríamos ler livros, contemplar pinturas, frequentar concertos, manter nossos olhos bem abertos nas ruas e fazer perguntas sem parar. [...] nós nos pusemos de acordo quanto à ideia de que os objetivos da vida eram produzir boas pessoas e bons livros. Nossas perguntas deveriam se encaminhar no sentido de descobrir em que medida esses objetivos tinham sido, até agora, atingidos pelos homens. Juramos, solenemente, que não teríamos nenhum filho até que estivéssemos satisfeitas.

[...] De tempos em tempos, nos reuníamos e comparávamos nossas observações. Oh, como eram divertidas essas reuniões! Nunca ri tanto como quando Rose leu suas anotações sobre a questão da “Honra” e descreveu como ela tinha se disfarçado de príncipe etíope e embarcado num dos navios de sua Majestade. Ao se dar conta da peça lhe tinha sido pregada, o capitão foi visitá-la (agora disfarçado de civil) e exigiu que a honra fosse reparada. “Mas como?”, perguntou ela. “Como?”, vociferou ele. “Com a chibatada, é claro!” Vendo que ele estava fora de si de tanta raiva e imaginando que sua hora tinha chegado, ela se inclinou e levou, para seu espanto, seis batidinhas no traseiro. “A honra da Marinha britânica foi desagradada!”, bradou e,

¹²⁵ WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 15.

endireitando-se, ela o viu, com o suor escorrendo-lhe pelo rosto, estendendo-lhe uma tremulante mão direita. “Afasto-me!”, exclamou ela, num gesto teatral e imitando a ferocidade da expressão dele: “Minha honra ainda precisa ser desagravada!”. “Falou como um cavalheiro!”, retrucou ele, e mergulhou em profunda meditação. “Se seis chibatadas desagravam a honra da Marinha Real”, ponderou, “quantas desagravariam a honra de um civil?” Ele declarou que preferia submeter o caso a seus colegas de arma. [...] Por fim, ele decretou que se ela lhe desse quatro golpes e meio na parte de baixo das costas, num ponto indicado por ele [...] ele era da opinião que a honra dela ficaria novinha em folha. Assim foi feito; eles se retiraram para um restaurante; beberam duas garrafas de vinho que ele insistiu em pagar; e se despediram com protestos de eterna amizade.¹²⁶

Tal como as personagens do conto, Virginia Woolf observa a praça pública e os homens nas suas funções públicas e constata que a honra invocada pelo patriotismo está constantemente presente na praça onde se aglomeram a Catedral, o Banco da Inglaterra, a Residência do Prefeito, a Suprema Corte e do outro lado, a Abadia de Westminster e as Casas do Parlamento. É nesse espaço que “nossos pais e irmãos têm passado suas vidas”, em todos esses lugares, os gestos, as posturas, as cerimônias são as mesmas. Usam crucifixos pesados, chapéus, perucas, faixas ordenadas com ouro, realizam rituais de que se orgulham, são homens honrados e expressam o *ethos* de uma bem-sucedida vida masculina, reproduzem reiteradamente signos de uma vida desejável¹²⁷, enfatizam sua superioridade, em razão do nascimento, do intelecto e da riqueza, pela vestimenta, por adicionarem títulos antes de seus nomes ou letras maiúsculas depois deles:

[...] São atos que incitam a competição e a inveja – emoções que, nem precisamos apelar à biografia para prová-lo ou à psicologia para demonstrá-lo, contribuem para estimular a

¹²⁶ WOOLF, Virginia. Uma sociedade. In: TADEU, Tomaz (org.). *As mulheres devem chorar ou se unir contra a guerra*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 11 e 12.

¹²⁷ Nota de Virginia Woolf sobre a origem de Cambridge e Oxford: “Um grande historiador assim descreveu a origem e o caráter das universidades, numa das quais foi educado: “As escolas de Oxford e Cambridge foram fundadas numa era sombria de ciência falsa e bárbara; e elas ainda estão maculadas pelos vícios de sua origem... a constituição jurídica dessas sociedades, efetuada por meio de decretos de papas e reis, concedeu-lhes o monopólio da instituição privada; e o espírito dos monopolistas é acanhado, indolente e opressivo: seu trabalho é mais custoso e menos produtivo que o de artistas independentes; e os novos avanços, tão avidamente absorvidos pela competição da liberdade, são admitidos, nessas orgulhosas corporações, com lenta e obstinada relutância, equilibrando-se entre o temor de um rival e a confissão de um erro. Dificilmente podemos esperar que alguma reforma seja fruto de um ato voluntário; e tão profundamente estão elas enraizadas na lei e no preconceito que até mesmo a onipotência do parlamento se absteria de um inquérito sobre o estado e os abusos das duas universidades. [...] Quando Pusey tornou-se catedrático de Oriel: “Os sinos da igreja paroquial de Pusey expressaram a satisfação de seu pai e de sua família.” E, mais uma vez, quando Newman foi eleito catedrático, “todos os sinos das três torres foram postos a repicar – às custas de Newman” (*Oxford Apostles*, por Geoffrey Faber, p. 131, 69)” (WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 162)

disposição para a guerra. Se expressarmos, então, a opinião de que tais distinções tornam os que as possuem ridículos e o saber desprezível, devemos, indiretamente, fazer alguma coisa para desestimular os sentimentos que conduzem à guerra.¹²⁸

A resposta de Virginia à pergunta *o que podemos fazer para evitar a guerra?* envolve a compreensão de que é preciso formar um novo mundo, com novas tradições, uma outra e nova educação, sustentados por outros e novos valores. As irmãs, as *outsiders*, porque excluídas da *cidadania dos homens viris*, estariam mais aptas a criá-los:

Felizmente podemos, agora, fazer mais do que expressar uma opinião; podemos rejeitar todas essas distinções e todos esses uniformes para nós mesmas. Essa seria uma pequena mas decisiva contribuição para o problema com que nos defrontamos – como evitar a guerra; e uma contribuição que um treinamento diferente e uma tradição diferente põem mais facilmente ao nosso alcance que ao de vocês.¹²⁹

Virginia informa ao seu interlocutor que, em vez de doar o seu guinéu para os fundos administrados por ele, melhor seria doá-lo para criação de uma faculdade para mulheres, sob a condição de que essa nova faculdade promova uma educação

¹²⁸ WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 31.

¹²⁹ *Ibid.*, pp. 29 e 31. Virginia Woolf tinha como imperativo ético e político recusar títulos e posições. Em 1933, recusou o título de doutora *honoris causa* em Letras, oferecido pela Universidade de Manchester e escreveu ao vice-reitor “lamentando não poder aceitá-lo, por ser contra o recebimento de honrarias públicas, de qualquer tipo, por escritores. Para suavizar a recusa usou uma fórmula polida: “Estou certa de que o senhor entenderá meu ponto de vista”. O vice-reitor talvez não tenha entendido; não lhe seria agradável saber que ojeriza ela nutria pelas aulas, os exames e as graduações do sistema professoral. Causava-lhe particular desgosto a redução da literatura inglesa a uma área acadêmica – um sistema que deixava de fora os leitores de instrução comum. À Dama Ethel, ela mesma já “corrompida” por honrarias, denunciou sardonicamente esses rituais e condecorações – que serventia têm, quando a única honra é o ar azul vazio, não mais nem menos – para que esse culto à honra? Pura palhaçada!” (MARDER, Herbert. *Virginia Woolf – a medida da vida*. Tradução de Leonardo Froes. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 203). Em 1935 ficou furiosa quando E. M. Forster, integrante do conselho diretivo da *London Library*, biblioteca que seu pai, Leslie Stephen, fora presidente, lhe contou que ele, Forster, insinuou que teria sugerido aos seus colegas, a entrada de Virginia no conselho, o que foi recusado pelos integrantes, conforme uma regra que o próprio pai de Virginia havia criado: “as mulheres são complicadas; é melhor que fiquem fora do conselho” e convencera a todos. “Naquele momento, Virginia ficou de pé, furiosa, mas em silêncio. Não disse nada, mas quando pensou melhor no dia seguinte, inflamou-se, suas mãos tremiam. ‘Maldito Morgan’, praguejou, ‘como pode acreditar que eu queria...’ - tal honra, entende-se. E, no entanto, ele a conhecia, sabia muito bem quantas vezes ela recusara cargos de prestígio. Para ele, participar de uma comissão, presidir uma assembleia obviamente eram coisas importantes... talvez fosse assim que visse a questão, como justamente a viam os homens: o véu do templo se levantaria e, como exceção, a Virginia se concederia entrar no sagrado coração da London Library. E esta seria a civilização? Virginia furiosa, já inventando as palavras que pronunciaria em seu lugar um de seus personagens, gritou ‘Por dois mil anos fizemos de tudo sem termos sido pagas para fazê-lo. E agora vocês querem nos corromper. Em seu caso, não conseguiriam.’” (FUSINI, Nadia. *Sou dona da minha alma: o segredo de Virginia Woolf*. Tradução: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 290)

que produza tipos humanos que repudiem a guerra, pois, ao que parece, “a velha educação das faculdades não produziu nem respeito especial pela liberdade nem aversão particular à guerra.”¹³⁰

Assim, entra em cena uma nova interlocutora, uma tesoureira honorária, responsável pelos fundos dessa nova faculdade, para quem Virginia escreve uma carta com as orientações sobre como deverá ser essa nova faculdade que tem a vantagem de ser jovem e pobre. A autora recomenda que a nova faculdade seja construída com material barato, não com madeira maciça, pedras e vitrais, como as pomposas universidades existentes; que não tenha capelas; que não mantenha livros acorrentados; que não realize cerimônias e exames pois, todas essas velhas tradições estimulam a competição. Nesta nova faculdade não se ensinará a arte de dominar outras pessoas, matar, acumular terra e capital, “essas artes exigem muitíssimas despesas extraordinárias; soldos e uniformes e cerimônias.”¹³¹ Nela, deverão ser ensinadas “as artes das relações humanas, a arte de compreender a vida e a mente dos outros povos. O objetivo da nova faculdade não deve ser segregar e especializar, mas combinar”:¹³²

[A nova faculdade] é jovem e pobre; deixem, portanto, que ela tire vantagem dessas características e seja alicerçada na pobreza e na juventude. Obviamente, ela deve ser, portanto, uma faculdade experimental, uma faculdade ousada. Que seja construída de acordo com diretrizes próprias. Obviamente deve ser construída não com pedra esculpida e vitrais, mas com algum material barato, facilmente combustível, que não acumule poeira nem perpetue tradições. Não tenha capelas.¹³³ Não tenha museus e bibliotecas com livros acorrentados¹³⁴ e primeiras edições trancadas em armários envidraçados. Façam com que os quadros e os livros sejam novos e estejam o tempo inteiro mudando. Deixem que ela seja redecorada por cada geração com suas próprias mãos, de forma barata. [...] Depois, o que deveria ser ensinado na nova faculdade, a faculdade pobre? Não a arte de

¹³⁰ WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 42.

¹³¹ *Ibid.*, p. 42.

¹³² *Ibid.*, p. 42.

¹³³ Nota de Virginia Woolf: Até a morte de Lady Stanley Alderley, não havia nenhuma capela em Girton [faculdade feminina]. “Quando se propôs construir uma capela, ela foi contra, alegando que todos os fundos disponíveis deveriam ser gastos com educação. ‘Enquanto eu viver, não haverá nenhuma capela em Girton’, eu a ouvi dizer. A atual capela foi construída imediatamente após a sua morte” (The Amberley Papers, Patricia and Bertrand Russell, v. I, p. 17)” (*Ibidem*, pp. 163 e 164)

¹³⁴ Nota do tradutor, Tomaz Tadeu, na edição brasileira de *Três guinéus*: “Era prática de certas bibliotecas tradicionais armazenar os livros nas prateleiras com as lombadas viradas para dentro e prendê-los, por uma corrente fixada na parte exterior da lombada, à parte de baixo da prateleira, o que permitia a consulta, mas não que fossem removidos da estante.” (TADEU, Tomaz. Notas do tradutor. In: WOOLF, Virginia. *As mulheres devem chorar ou se unir contra a guerra*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 210)

dominar outras pessoas; não a arte de mandar, de matar, de acumular terra e capital. Essas artes exigem muitíssimas despesas extraordinárias; soldos e uniformes e cerimônias. A faculdade pobre deve ensinar apenas as artes que possam ser ensinadas de maneira barata e praticadas por pessoas pobres; tais como a medicina, a matemática, a música, a pintura e a literatura. Deve ensinar as artes das relações humanas; a arte de compreender a vida e a mente dos outros povos, e as pequenas artes da conversação, do vestir-se, da culinária que a elas estão associadas. O objetivo da nova faculdade, a faculdade barata, não deve ser segregar e especializar, mas combinar. Ela deve explorar as formas pelas quais a mente e o corpo podem ser postos a cooperar; a descobrir que combinações novas produzem totalidades novas na vida humana. As professoras devem ser recrutadas tanto entre as pessoas que sabem viver quanto entre as que sabem pensar. Não deve haver nenhuma dificuldade para atraí-las. Pois não haveria nenhuma das barreiras da riqueza e da cerimônia, da publicidade e da competição que agora fazem das antigas e ricas universidades lugares de habitação tão desagradáveis – cidades de discórdia, cidades onde isto está trancado a chave e aquilo está acorrentado; onde ninguém pode caminhar ou falar livremente por receio de ultrapassar alguma marca de giz¹³⁵, de desagradar algum dignatário. Mas se a faculdade fosse pobre não teria nada a oferecer; a competição seria abolida. As pessoas que gostam de aprender por aprender iriam para lá com prazer. Musicistas, pintoras, escritoras ensinariam lá porque iriam aprender. O que poderia ser de maior auxílio a uma escritora do que discutir a arte da escrita com pessoas que não estivessem pensando em exames ou diplomas ou na honra ou no lucro que a literatura poderia lhes trazer, mas na arte pela arte. [...] Fundemos, pois, esta faculdade nova; essa faculdade pobre na qual se busca aprender por aprender; na qual a publicidade foi abolida; e não há diplomas; e as aulas não são dadas e sermões não são pregados, e as antigas e intoxicantes pompas e ostentações que produzem a competição e a inveja...¹³⁶

¹³⁵ Em *Um teto todo seu* Virginia monta a cena em que, ao caminhar pelo gramado da universidade, é prontamente impedida pelo bedel que lhe indica seu caminho apropriado: pelo cascalho. “Foi assim que me vi andando extremamente rápido pelo gramado. Na mesma hora a figura de um homem surgiu para me interceptar. Não percebi de pronto que as gesticulações daquele objeto curioso, de fraque e camisa formal, eram dirigidas a mim. O rosto dele expressava horror e indignação. O instinto, em vez da razão, veio me socorrer: ele era o bedel; eu era uma mulher. Aqui era o gramado; ali estava o caminho. Somente os estudantes e os professores eram admitidos aqui; o cascalho era o meu lugar. Esses eram meus pensamentos naquele momento. Assim que retomei meu caminho, os braços do bedel caíram, seu rosto assumiu a tranquilidade usual, e, embora o gramado fosse melhor para caminhar do que o cascalho, não houve nenhum dano grave. A única acusação que posso fazer contra estudantes e professores de qualquer universidade que seja é a de eles terem afugentado meu pequeno peixe* para proteger seus gramados cultivados durante trezentos anos a fio.” (WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução: Bia Nunes de Souza e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014, p. 14 e 15)

* “*Meu pequeno peixe*”: expressão criada por Virginia para referir-se ao amontoado de ideias que desenvolvia acerca do tema “as mulheres e a ficção”.

¹³⁶ WOOLF, Virginia. *Três guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a, p. 42 e 43.

A radicalidade do argumento e o desconforto causado por *Três guinéus* está na associação entre o imaginário social e o *ethos* belicoso do Estado moderno patriarcal; o desejo constante de dominar e matar – seus modos, rituais e afetos – se encontram perenemente presentes nos tempos de paz, pois são performados no quartel, no Parlamento, nos Tribunais, nas Universidades, fazem parte da formação das crianças, e, além disso, estão presentes, com diferenças de graus, em ambos os lados em conflito. Os homens patrióticos pegam em armas, matam desconhecidos, regressam à Pátria com medalhas, creem lutar para defender a liberdade, são ensinados, desde crianças, a cultivar valores do heroísmo que pressupõe dominação e exploração, o que Virginia chamou de “inconsciente hitlerista” e concluiu:

Tendo o homem considerado seus atributos em Hitler, lutará contra eles? Na guerra atual lutamos pela liberdade, mas a obteremos apenas se destruímos os atributos masculinos, a violência, a idolatria do poder. Portanto, é tarefa da mulher alcançar a emancipação do homem. É a única esperança de paz. (WOOLF, 2019a, p. 220)

Segundo o comentário de Naomi Black:

No espaço público, apenas aos homens é permitido adquirir riqueza, poder, educação, autoconfiança e, acima de tudo, a opção de cultivar a criatividade. Eles fizeram um péssimo trabalho na utilização dessas oportunidades; não demonstraram ter muito bom senso sobre a própria vida e felicidade; mas tiveram oportunidades, simplesmente por causa do seu sexo. Seu fardo mais pesado, que eles não reconhecem, são os preceitos que necessariamente adquirem das instituições que levam ao sucesso na esfera pública. À medida que os rapazes progridem, passando da educação para aprendizagem de uma profissão, habitam-se à competição, à hierarquia e à agressividade. Tornam-se comprometidos com a motivação do lucro, a ponto de até mesmo as potencialmente valiosas noções de ambição e patriotismo acabarem por se corromper. Em âmbito nacional, o resultado é uma vida pública desumana, voltada à exploração e nada criativa. Em âmbito internacional, o resultado são as guerras frequentes. E os homens levam essas atitudes e práticas da vida pública para casa, tiranizando e desprezando as mulheres que não possuem nem as vantagens, nem a formação, nem os mesmos valores que eles. [...] Virginia sugeriu também que o processo começou na família patriarcal, com sua aceitação inquestionável das características atribuídas como base do *status* social. Atualmente, depois da Segunda Guerra Mundial, é mais aceitável afirmar que a família patriarcal é um dos principais fatores responsáveis pela criação de uma sociedade autoritária e bélica. O que Virginia dizia era mais extremo. Para ela, *toda* família é essencialmente autoritária por ser patriarcal, e *toda*

sociedade de que se tem notícia é também patriarcal, autoritária e, fundamentalmente, bélica.¹³⁷

A resposta de Virginia para a pergunta: *o que podemos fazer para evitar a guerra?* e defender a liberdade foi: destrua a agressividade, a tirania, o desejo de dominar e escravizar, “o insano e manifesto amor pelo poder que carregam”¹³⁸, só assim, a liberdade poderá ser conquistada, pensou Virginia¹³⁹ e essa nova sociedade só poderia ser produzida a partir dos que estão fora das estruturantes lógicas das instituições de poder, as mulheres, as *outsiders*, ainda não corrompidas. Caberia a elas a liberação dos homens das armas e do desejo de dominação, compensando-os com acesso a uma outra e nova sensibilidade mais criativa.

No Capítulo a seguir analisaremos como a tradição socialista do final do século XIX e a experiência da Revolução Russa trataram da *questão das mulheres* e como tal questão foi concebida como incontornável para criação de um outro e novo mundo.

¹³⁷ BLACK, Naomi. Posfácio. In: WOOLF, Virginia. *Três Guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a, pp. 245 e 246.

¹³⁸ WOOLF, Virginia. *Três Guinéus*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a, p. 99

¹³⁹ “A corrente flui ligeira e furiosa. Ela brota, num jorro de palavras dos alto-falantes e da boca de políticos. Eles nos dizem, todos os dias, que somos um povo livre, lutando para defender a liberdade. Foi a corrente que pôs o jovem aviador a rodopiar lá no céu e o mantém lá, girando por entre às nuvens. Aqui embaixo, com um teto para nos cobrir e uma máscara antigás à mão, é nossa função furar balões de gás e descobrir sementes de verdade. Não é verdade que somos livres. Somos ambos prisioneiros esta noite – ele, encerrado em sua máquina, com a arma à mão; nós, deitadas no escuro, com a máscara antigás à mão. Se fôssemos livres, deveríamos estar lá fora, dançando ao ar livre, no teatro, ou sentados juntos à janela, conversando. O que nos impede de fazer isso? “Hitler!”, berram os alto-falantes a uma só voz. Quem é Hitler? O que ele é? A agressividade, a tirania, o amor insano e escancarado pelo poder, respondem eles, destruam isso e vocês serão livres.” (WOOLF, Virginia. Pensamentos sobre a paz durante um ataque aéreo. In: TADEU, Tomaz (org.). *As mulheres devem chorar ou se unir contra a guerra*. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b, p. 124 e 125.

3

O socialismo e a “questão das mulheres” no século XIX

Ao longo do século XIX, com o desenvolvimento da industrialização se estabeleceu uma nova divisão social e sexual do trabalho que confinou as mulheres ao trabalho reprodutivo e reservou aos homens o trabalho produtivo nas fábricas.

As ideias de que o lugar e a função das mulheres eram dentro do lar no cuidado com os filhos e o marido permeavam todo tecido social. De modo que, ao longo do século, vigorou também entre os proletários e os socialistas as ideias antifemininas. Até o final do século, o movimento operário constituído majoritariamente por homens compreendia que a causa da redução geral dos salários e o desemprego era o ingresso das mulheres nas fábricas.

Por toda parte os socialistas sustentavam argumentos contra a incorporação das mulheres na produção e contra seus direitos democráticos. A ideia de que as mulheres tiravam postos de trabalho dos homens por salários menores era consistente no meio operário. Na Alemanha, no final do século XIX os sindicatos apoiavam reivindicações pela demissão das mulheres, não as admitiam em sua base e defendiam que as mulheres tinham que fundar seus próprios sindicatos. No final do século XIX, as reivindicações das mulheres pelo sufrágio, por educação, para o exercício das profissões liberais, pelo divórcio e a herança eram entendidas como reivindicações burguesas, pois eram reivindicações situadas fora da esfera das relações de produção. Apesar disso, após extensos debates em relação à situação social das mulheres e as medidas que deveriam adotar para sua emancipação, a partir de 1891, os partidos socialistas foram os primeiros a incorporar a demanda do voto feminino em seus programas políticos.

Antes, porém, de chegar ao final do século XIX, quando os debates sobre a “questão das mulheres” serão acirrados, é importante lembrar das ideias da primeira feminista socialista da história: Flora Tristã e seu livro *União dos operários*.

Publicado em 1843, o livro foi escrito e financiado a partir de conferências realizadas por Flora Tristã nas confrarias de operários, onde ela angariou fundos para as impressões. As cópias foram enviadas para associações, distribuídas em tavernas e todos os demais locais onde os trabalhadores estivessem reunidos. Dedicado “Aos homens e mulheres que sentirão: Fé. Amor. Inteligência. Força.

Atividade.”¹⁴⁰, Flora lançou-se em campanha, de cidade em cidade para ler suas palavras para aqueles que não sabiam ou não tinham tempo para ler.

Nele, encontramos temas que apenas futuramente seriam desenvolvidos pelo pensamento socialista, tais como: i) o papel do Estado e do Direito na constituição e manutenção da sociedade de classes, em razão da proteção à propriedade privada e a exclusão da classe trabalhadora da organização do trabalho e da participação política; ii) o problema da organização e do tratamento das questões relativas à condição social das mulheres, concebendo tais questões integrantes do problema da política e de toda classe trabalhadora; iii) a ideia de que a classe trabalhadora só poderia emancipar-se a partir da organização e das próprias ações – o que será retomado e desenvolvido por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, de 1848.

Influenciada pela obra dos chamados socialistas utópicos, Saint-Simon e Charles Fourier, o “livrinho” de Flora Tristã concentra-se na situação degradante da classe trabalhadora de meados do século XIX e vislumbra como única alternativa possível de saída da exploração a cooperação mútua.

O objetivo de seu escrito era convocar a organização operária para a luta, pois, embora compartilhassem a condição de miséria, os trabalhadores e trabalhadoras estavam dispersos, divididos entre si por ocupação e pela exaustão decorrente da exploração. Flora antecipa questões como a necessidade de os trabalhadores tomarem consciência de sua condição e unirem-se enquanto classe, bem como o problema da organização que se apresentará como grande desafio para os socialistas do final do século XIX.

A autora concebia que apenas com a união dos operários e operárias, eles e elas teriam capacidade de imprimir uma outra organização para a cidade, com a constituição de estabelecimentos e serviços de auxílio mútuo para a própria sobrevivência, para a educação das crianças e para os cuidados dos doentes e dos idosos.

Flora compreendia que apenas com a união universal dos operários poderia ser constituída uma outra divisão social e sexual do trabalho. Além disso, apenas unindo-se, homens e mulheres teriam forças de luta para reivindicação de direitos em três frentes fundamentais, pois a partir delas decorreriam as transformações da

¹⁴⁰ TRISTÃ, Flora. *União dos operários*. Tradução: Rosa Alice Mosimann. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

profunda desigualdade social: o direito à organização do trabalho; o direito à educação e o direito à representação política, o que demonstra como, para a autora, existe uma imbricação do problema econômico e do político na luta de classes.

Sobre a condição social das mulheres, Flora Tristã afirma que a disseminada ideia de inferioridade feminina é decorrente não de sua própria natureza, mas das restrições de desenvolvimento de suas capacidades, sendo, portanto, fundada socialmente. Ela antevê a ideia que será sustentada e desenvolvida pelas feministas marxistas do século XX de que é o trabalho das mulheres a condição de possibilidade da classe trabalhadora. Sem as mulheres e o seu trabalho, a mão de obra masculina não existiria, ela afirma.

Flora defende, ainda, a educação das mulheres no corpo das reivindicações da classe operária, pois vê nesse aspecto a melhoria de toda a classe, tanto no que se refere a criação das crianças quanto para o fortalecimento das lutas políticas. Para ela, deve fazer parte do projeto de transformação social engendrado pela classe operária o combate às formas sociais que escravizam as mulheres, pois: “a lei que escraviza a mulher e a priva de instrução, os oprime, a vocês, homens operários.”, por isso, “sustento que a emancipação dos operários é impossível enquanto as mulheres ficarem nesse estado de embrutecimento”¹⁴¹.

Flora Tristã enuncia a vinculação entre o estado de subordinação das mulheres e o estado de subjugação de toda classe trabalhadora, promovendo um apelo à dimensão afetiva da sociabilidade para ativar o compromisso dos operários com a alteração da condição social das mulheres.

Apesar da força dessas ideias, apenas no final do século XIX elas voltaram a circular nos ambientes socialistas com as obras *A mulher e o socialismo* de August Bebel, publicada em 1879 e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Friedrich Engels, publicada em 1884. Estas obras promoveram grande impacto no movimento socialista internacional acerca da condição social das mulheres – destinadas ao confinamento na família – e o compromisso do socialismo em alterá-la. Ambos os autores, ao desnaturalizar tal condição compreenderam o entrelaçamento necessário entre a emancipação das mulheres e a transformação da sociedade de classes, o que não significa subsumir uma luta a outra, mas entendê-las como integradas no mesmo processo revolucionário.

¹⁴¹ TRISTÃ, Flora. *União dos Operários*. Tradução: Rosa Alice Mosimann. Florianópolis: Editora Insular, 2017, p. 102.

A mulher e o socialismo foi muito difundido tanto no movimento operário alemão quanto nas organizações internacionais socialistas do final do século XIX e início do século XX, teve mais de 53 edições na Alemanha e foi traduzido para mais de 25 línguas, sendo continuamente revisado e ampliado até 1910, sempre à luz dos escritos de Marx e Engels e das práticas do movimento operário internacional.

Concebido no contexto do socialismo científico a envergadura da obra consiste exatamente em analisar o papel das mulheres na organização social capitalista e compreender que a luta para transformação social e combate ao sistema de exploração impescinde da transformação da condição social das mulheres. A partir da concepção materialista da história, Bebel compreende que toda opressão é resultado das relações sociais que integram a formação social e que, sendo assim, a origem da dependência das mulheres não encontra fundamento na natureza, mas nas relações sociais determinadas.

Se atualmente o argumento parece banal, é preciso lembrar o momento no qual ele é enunciado, em meio a volumosos tratados teológicos, filosóficos e científicos que proclamavam em uníssono a inferioridade por natureza das mulheres como justificativa para manutenção da hierarquização social determinada pelo fator sexual.

Crítico da ideia comum da inferioridade por natureza das mulheres, Bebel esforça-se para demonstrar a falácia dos argumentos e as consequências malélicas para a sociabilidade decorrentes da posição subordinada das mulheres no âmbito do trabalho, submetidas a maior exploração nas fábricas e sobrecarregadas pelo trabalho doméstico e no âmbito das relações amorosas pela impossibilidade do estabelecimento de relações afetivas tanto na classe dominante quanto na camada operária, até a análise da prostituição.

Bebel compreendia que um projeto socialista disposto a transformar a ordem social não poderia deixar intacta a situação das mulheres e mais do que isso, sequer poderia realizar-se. Ao mesmo tempo, ele via a luta travada pelas mulheres burguesas desconectada da luta de classes como insuficiente para solucionar a questão geral do sexo:

Supondo que o movimento feminino burguês imponha todas as suas demandas de igualdade de direitos com os homens, isso não eliminaria a escravidão que é hoje em dia o matrimônio para inúmeras mulheres, nem a prostituição, nem a dependência material da maioria das mulheres casadas em relação aos seus maridos. Para a maioria das mulheres lhes é indiferente que

algumas de suas companheiras pertencentes a classe melhor situada da sociedade cheguem ao ensino superior, à prática da medicina ou à carreira científica ou administrativa qualquer. Isso não altera em nada a situação geral do sexo.¹⁴²

Na última seção do livro referente ao futuro sob a sociedade socialista, Bebel preconiza o vínculo necessário entre a socialização das tarefas domésticas e as transformações no modo de produção. Para ele, cabe à sociedade o cuidado das crianças, idosos e enfermos, não como caridade, relegada à moralidade e à boa vontade privada, mas como dever da coletividade, bem como o trabalho diário de alimentação e manutenção da vida, aparecendo tais ações como etapas integrantes do processo de “livre desenvolvimento da personalidade” e emancipação das mulheres.

Assim, tal como enunciado por Flora Tristan 50 anos antes, os partidos social - democratas do final do século XIX foram os primeiros a encampar a defesa e a luta pela emancipação das mulheres como necessariamente vinculadas à emancipação da humanidade que desejavam:

De todos os partidos, o social - democrata é o único que incluiu em seu programa a completa igualdade de direitos da mulher, sua libertação de toda dependência e opressão e não por razões propagandísticas, mas sim por necessidade. Não pode haver nenhuma libertação da humanidade sem a independência social e a equiparação entre os sexos.¹⁴³

A origem da família, da propriedade privada e do Estado foi escrito por Engels a partir dos estudos que Marx vinha realizando em antropologia entre 1881 e 1883 e pela análise do próprio Engels do trabalho de Lewis H. Morgan, *Ancient Society*. Este texto foi um marco para o pensamento socialista sobre a questão da condição da mulher e foi de influência decisiva para os revolucionários russos em relação as diretrizes a serem adotadas para emancipação das mulheres. Nele, Engels verificou que ao longo da história existiram variadas formas de família que “contradizem diretamente a forma que até agora se costumava admitir como única válida”¹⁴⁴ e essas variadas formas sofreram transformações que coincidiram com as transformações ocorridas nos modos de produção até chegar ao casamento

¹⁴² BEBEL, August. *La mujer y el socialismo*. La Habana: Ediciones Políticas, 1979, pp. 25 e 26. Tradução minha.

¹⁴³ BEBEL, August. *La mujer y el socialismo*. La Habana: Ediciones Políticas, 1979, p. 27. Tradução minha.

¹⁴⁴ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2019, p. 39.

monogâmico. Engels insiste que as formas familiares estão enraizadas nas relações sociais e, portanto, que a família pode ser alterada se a sociedade for transformada.

Com base nos estudos antropológicos de Morgan, Bachofen e McLennan, Engels entra em contato com sociedades antigas – os estágios selvagem e bárbaro – nas quais a propriedade era comunal e o papel social das mulheres era de maior proeminência e liberdade do que no estágio da civilização:

[...] a economia doméstica comunista significa o domínio das mulheres na casa, do mesmo modo que o reconhecimento exclusivo da mãe natural, com a concomitante impossibilidade de se saber ao certo quem é o pai natural, representa alta consideração pelas mulheres, isto é, pelas mães. Uma das concepções mais absurdas advindas do Iluminismo do século XVIII é a de que, no início da sociedade, a mulher teria sido escrava do homem. Entre todos os selvagens e todos os bárbaros do estágio inferior e intermediário, e em parte também no estágio superior, a mulher gozou não só de liberdade, mas também de alta consideração.¹⁴⁵

Não é, no entanto, na América que se estabelecem as condições materiais para o advento do casamento monogâmico antes das invasões e da conquista, mas sim no Velho Mundo, com o desenvolvimento das atividades pastoris e agrícolas. Tais atividades teriam possibilitado a produção excedente de riquezas cuja propriedade é gradualmente transferida dos *gens* para os homens, chefes de família, responsáveis pela obtenção dos alimentos e detentores dos instrumentos de trabalho necessários para isso.

Na medida em que as riquezas aumentam, os homens vão tomando uma posição mais importante do que a das mulheres na família e com isso ganham “o impulso para valer-se dessa posição fortalecida a fim de derrubar a sucessão hereditária em favor de seus filhos/filhas.”¹⁴⁶ Assim, teria ocorrido a derrubada do direito materno, ou seja, quando a designação da descendência deixa de ser definida pela linhagem materna e passa a ser definida pela linhagem paterna. Com essa transformação, “o homem assumiu o comando também da casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação.”¹⁴⁷

¹⁴⁵ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2019, p. 53.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 59.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 60.

O efeito da instituição da linhagem paterna foi a formação da família patriarcal, por meio do casamento monogâmico, na qual ocorre a “organização de um certo número de pessoas livres e não livres em uma família, sob o poder paterno do chefe de família”¹⁴⁸

Assim, Engels demonstra como a família patriarcal, sagrada e basilar da civilização, foi um modelo que surgiu a partir de transformações dos modos de produção e tem origem econômica: a necessidade da transmissão da propriedade privada pelo chefe de família aos seus herdeiros legítimos. Na *Origem*, a luta entre os sexos aparece em simultâneo com as relações de classe. Engels escreve:

o primeiro antagonismo de classes que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino.¹⁴⁹

Com efeito, Engels assume o entendimento de que a submissão das mulheres não seria um fato natural, universal e a-histórico, logo poderia e deveria ser transformado com o ingresso das mulheres na produção social, a transferência das tarefas domésticas para o domínio público e a eliminação da propriedade privada. Tais ideias provocaram grande impacto no movimento socialista internacional, especialmente no Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) o primeiro a incorporar as demandas das mulheres em seus programas.

Joana El-Jaick Andrade, em sua tese de doutorado *O marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*, analisa o desenvolvimento do movimento socialista internacional do final do século XIX e início do século XX, o tratamento conferido por ele à condição de desigualdade e opressão das mulheres e a atuação imprescindível e incansável de Clara Zetkin para incorporar as mulheres na luta revolucionária socialista, bem como para tornar o movimento operário sensível e comprometido com a alteração radical da condição de vida das mulheres.

Joana El-Jaick Andrade nos informa sobre os principais momentos de atuação de Clara Zetkin em defesa dos direitos das mulheres e sua trajetória de organização e mobilização das trabalhadoras, tanto no interior do partido quanto em nível internacional. Em 1889, no congresso de abertura da Segunda

¹⁴⁸ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2019, p. 60.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 68.

Internacional, Zetkin discursou a favor do trabalho das mulheres fora do lar, o que, naquele momento, ainda era um impasse dentro do movimento operário, e em defesa do salário igual para o trabalho igual, assinalando que a emancipação das mulheres só poderia ocorrer em meio ao movimento mais amplo de emancipação humana engendrado pelo socialismo contra o capital. Deste modo, os socialistas deveriam se engajar não apenas na defesa dos direitos das mulheres como também trabalhar para sua mobilização política. A partir de 1891, o SPD passa a defender o sufrágio universal para ambos os sexos.

Em 1892, Zetkin se tornou editora do jornal *A Igualdade*, periódico destinado à informação, à comunicação, à educação, à mobilização política das operárias e à denúncia das condições de vida e de trabalho enfrentadas pelas mulheres, abordando questões de saúde, maternidade, criação dos filhos etc. Este periódico foi, durante muitos anos, de central importância para organização política das trabalhadoras e sua adesão à socialdemocracia na Alemanha até 1908, enquanto vigoravam leis que proibiam a associação política das mulheres.

Além disso, ao longo dos anos, Zetkin organizou inúmeros congressos e conferências destinados às mulheres trabalhadoras com objetivo de formá-las, instruí-las e engajá-las na luta socialista. Seu trabalho de formação e organização das trabalhadoras era realizado em duas frentes: uma no seio do movimento operário que deveria incluir as mulheres e suas demandas e a outra em oposição ao movimento feminista burguês que concentrava suas bandeiras na alteração legislativa e na igualdade formal e fechava os olhos para as necessidades da classe trabalhadora e a pungente desigualdade econômica que assolava a sociedade.

Durante o período, é firmado na tradição socialista revolucionária – em oposição aos revisionistas e reformadores – a concepção de que apenas a luta por direitos, seja dos operários, seja das mulheres, não é o suficiente para a transformação da sociedade de classes e por isso, o horizonte deveria ser a tomada do Estado e dos meios de produção, sendo a conquista de direitos apenas uma etapa do processo revolucionário mais amplo, mas, ao mesmo tempo, o movimento socialista não poderia ignorar a luta das mulheres e suas especificidades, sob pena de perde-las para as lutas do assim chamado feminismo burguês. Era imperioso, portanto, a adesão do movimento socialista revolucionário à luta pelo sufrágio universal para ambos os sexos, bem como a defesa de melhores condições de trabalho para as mulheres.

Em razão da divergência de horizontes – entre socialistas e feministas burguesas –, para Zetkin, uma união de todas as mulheres era uma ilusão, uma vez que a desigualdade de classe implicava em uma distinção material entre elas de difícil composição. A revolucionária avaliava que enquanto para as mulheres da classe dominante as reivindicações se concentravam na igualdade de direito à propriedade, para as mulheres de classe média, com acesso à educação formal, as reivindicações se referiam à igualdade de oportunidades e de empregos, buscando ultrapassar os obstáculos que as impediam de competir em paridade com os homens e conseguir realizar suas aspirações profissionais e pessoais. Em suma, para Zetkin, as camadas de mulheres não trabalhadoras lutavam para conquistar os mesmos privilégios dos homens de sua própria classe. Já para as mulheres trabalhadoras, os problemas sociais e as condições de vida da classe oprimida tinham primazia. Elas eram as únicas que compartilhavam com os homens de sua classe a exploração do capital e por isso, tinham em comum com eles o interesse revolucionário.

Assim, Zetkin pensava que o movimento feminista burguês, composto por mulheres inseridas na camada dominante e na classe média, visava a fortalecer a ordem social vigente, uma vez que era indiferente às condições econômicas materiais das mulheres trabalhadoras. Estas, portanto, só poderiam confiar no poder de sua própria classe, cooperando com os homens proletários para derrubada da sociedade capitalista.

Zetkin estava preocupada, antes de tudo, com a unificação da luta proletária e considerava a exploração de classe e a opressão da mulher como questões indissociáveis tanto quanto suas causas quanto na luta política, assim como Bebel e Engels haviam concebido em seus escritos sobre a questão.

O trabalho organizativo de Zetkin ultrapassava os limites do partido e tinha dimensões internacionais. Nos primeiros anos do século XX, Zetkin desempenhou papel fundamental nos congressos internacionais nos quais eram debatidos e decididos os rumos que o movimento revolucionário deveria adotar em relação à “questão das mulheres”. Em 1904 ocorreu a realização do VI Congresso Internacional Socialista no qual foi discutido o posicionamento das lutas operárias pela conquista do sufrágio universal igual, direto, secreto nos parlamentos e conselhos comunais. Na ocasião, Zetkin defendeu com veemência que todos os partidos socialistas deveriam reivindicar o sufrágio das mulheres. Ela argumentou que o direito ao voto não garantiria a emancipação das mulheres, funcionando

apenas como um instrumento no processo da luta de classes, devendo as operárias se juntarem ao movimento operário e este, por sua vez, deveria encampar as reivindicações das mulheres em uma luta integrada pela abolição da propriedade privada, da oposição entre homens e mulheres e da oposição entre trabalho material e imaterial. Ela não separava a luta das mulheres da luta dos trabalhadores em geral.

Em um momento em que os movimentos feministas na Europa e nos Estados

Unidos sustentavam a luta pela igualdade na conquista do voto feminino, o movimento socialista debatia um igualitarismo mais profundo e não se limitava aos direitos formais. Debatia questões como a superexploração das mulheres trabalhadoras e as condições de miserabilidade que atingia a classe trabalhadora como um todo.

A ação constante de Zetkin e outras mulheres na organização das ativistas do partido e das trabalhadoras foi, de fato, decisiva. Em 1907 foi realizada a primeira conferência internacional das mulheres socialistas com a participação de 60 (sessenta) delegadas. Neste momento foi discutido a importância do estabelecimento da conexão e uniformidade das ações entre os movimentos socialistas de diferentes países. Durante a conferência, mais uma vez, foi debatida a ação que os partidos socialdemocratas deveriam adotar em relação ao sufrágio feminino. Zetkin ressaltou a importância do direito ao voto para formação política e educação revolucionária das mulheres e a necessidade de os partidos se posicionarem univocamente a favor. A proposta não era um consenso e sofreu oposições. As delegações belga, sueca e austríaca divergiram defendendo que cada partido deveria avaliar o melhor momento para encampar a demanda e o método a ser utilizado e a delegação inglesa posicionou-se em defesa do sufrágio feminino censitário. Por fim, o Congresso aprovou o compromisso dos partidos com a luta pelo sufrágio universal feminino adotando a seguinte resolução:

Os partidos socialistas de todos os países têm o dever de lutar energicamente pela implantação do sufrágio universal das mulheres (...) o qual (...) deve ser vigorosamente reivindicado, tanto por meio da agitação, como por meio dos mecanismos parlamentares. A batalha a ser feita pelo sufrágio deve ser regida pelos princípios socialistas e, portanto, deve reivindicar o sufrágio universal para homens e mulheres.¹⁵⁰

¹⁵⁰ GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do Dia internacional das mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 63.

Outra resolução importante decorrente deste congresso foi a criação de um Secretariado Internacional de Mulheres tendo Zetkin como presidente. O objetivo do Secretariado era a aproximação das relações entre as diferentes organizações de mulheres socialistas em nível internacional e a articulação das ações em prol dos direitos das mulheres trabalhadoras. A criação deste órgão autônomo representou um avanço da organização das mulheres com a ampliação de espaços políticos dentro do movimento socialista internacional, ainda predominantemente masculino.

Progressivamente a atuação política de Zetkin foi se tornando determinante para que internacionalmente o movimento socialista se posicionasse a favor da igualdade entre os sexos. Na mesma medida, foram intensificadas as ações adotadas dentro dos partidos com o objetivo de mobilizar grupos de mulheres trabalhadoras para militância socialista.

No entanto, a partir de 1908, com a revogação da lei alemã que proibia a participação política das mulheres, o SPD, tomado pela ala revisionista, passou a questionar a necessidade da existência de órgãos especiais destinados ao trabalho político com as mulheres. A nova direção defendia o fim das comissões femininas, bem como de todos os organismos vinculados semiautônomos dirigidos por mulheres. Tais medidas estavam incluídas em um conjunto de reformas programáticas que visava a “contenção das massas, o controle dos Sindicatos Livres, a centralização das decisões e a aversão às dissidências”¹⁵¹. O combate aos órgãos destinados à formação política das mulheres era também um combate à ala revolucionária do partido a qual Zetkin e Rosa Luxemburgo estavam vinculadas.

Apesar das dificuldades e proibições, em 1910 foi realizada a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, na qual foi estabelecido o Dia Internacional das Mulheres com objetivo de reforçar a união das mulheres socialistas de todos os países em cooperação com os organismos políticos e sindicatos na campanha pelo sufrágio feminino. O Dia Internacional das Mulheres, primeiramente definido como dia 19 e no ano seguinte alterado para o dia 08 de março se tornou um marco para as mobilizações que extrapolavam as reivindicações ligadas “apenas” às chamadas “questões da mulher”, tendo, em

¹⁵¹ ANDRADE, Joana El-Jaick. *O marxismo e a questão feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*. São Paulo, 2011. 210 f. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, p. 165.

1917, sido o estopim revolucionário na Rússia, quando as mulheres tomaram as ruas reivindicando paz e pão. A fundação do Dia Internacional das Mulheres no bojo do movimento socialista marca o entrelaçamento das lutas das mulheres e do movimento operário sob a bandeira da igualdade de direitos e o compromisso revolucionário com a alteração da condição de subordinação das mulheres.

Conforme destaca Joana El-Jaick Andrade, a crescente mobilização do movimento socialista internacional em torno da defesa dos direitos das mulheres, em especial, do sufrágio universal, parecia indicar que a conquista do voto feminino estava próxima de ser alcançada. No entanto, com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, tanto o movimento internacional das mulheres quanto o movimento socialista ficaram rachados entre aqueles que defendiam do conflito armado e os pacifistas anti-imperialistas. Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e outros socialdemocratas de esquerda iniciaram uma campanha antiguerra. O grupo, no entanto, foi derrotado pela fração parlamentar do SPD que votou maciçamente a favor da guerra. A oposição à guerra desencadeou uma série de medidas repressivas promovidas tanto pelo governo como dentro do SPD, de modo que a militância revolucionária antibélica passou para clandestinidade. O SPD, na tentativa de coibir as ações pacifistas, promoveu a gradual dissolução do departamento destinado às mulheres e proibiu a realização de congressos.

Às vésperas da Revolução Russa, Zetkin foi destituída do cargo de editora do jornal *A Igualdade* e com a consolidação de uma posição abertamente antirrevolucionária do SPD, deixou o partido ao lado de Luxemburgo, Karl Liebknecht e outros, vindo a filiar-se ao recém-criado Partido Socialdemocrata Independente (USPD).

Antes de serem assassinados, Luxemburgo, Leo Jogiches, Karl Liebknecht e Zetkin ajudaram a fundar o Partido Comunista Alemão (KPD) e Zetkin tinha planos para retomada do trabalho político junto às mulheres que ficou impossibilitado após a morte de seus companheiros. Embora tenha integrado o Comitê Central do Partido, as ações de Zetkin eram vistas com desconfiança, tendo permanecido no KPD e no Comitê Central graças ao apoio de Lênin¹⁵².

¹⁵² ANDRADE, Joana El-Jaick. *O marxismo e a questão feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*. São Paulo, 2011. 210 f. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

Após a Revolução Russa, em 1919, Zetkin foi nomeada Secretária Internacional das Mulheres Comunistas pelo Comitê Executivo da Terceira Internacional e na função voltou a desempenhar papel ativo na mobilização das mulheres trabalhadoras, promovendo ações que visavam a uma efetiva emancipação sob o socialismo. Voltou a defender a criação de órgãos especiais para o trabalho de organização e educação das mulheres atrelados ao partido e via a importância do trabalho a ser realizado com a grande massa de mulheres fora do partido, como as donas de casa e as pequeno burguesas.

3.1

O movimento revolucionário russo e as mulheres

De acordo com a pesquisa de Danielle Jardim da Silva, *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*, desde meados do século XIX desenvolveu-se na Rússia czarista um movimento feminista que reunia as mulheres da nobreza. Engajado na conquista do acesso à educação para as mulheres, deixava de fora de suas demandas a situação social da maioria das mulheres russas, trabalhadoras e camponesas, de modo que o Partido Comunista Russo priorizou suas ações junto às mulheres pobres, compreendendo a necessidade de instruí-las, politizá-las e lhes garantir direitos e políticas específicos para aliviar a realidade da dupla jornada de trabalho, o que acreditavam, só poderia ser realizado após a ruptura revolucionária mais ampla.

Em 1900, Nadzhda Krupskaja publicou o panfleto político intitulado *A mulher trabalhadora*. Nele, a autora analisou a vida das mulheres trabalhadoras na Rússia e as dificuldades de sobrevivência decorrentes da desigualdade de direitos, do acesso à terra e da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Identificando a ausência de medidas públicas destinadas a criação das crianças, Krupskaja ressaltou que o empobrecimento disseminado das mulheres as levava a prostituição.

Assim como vinha se consolidando no ambiente internacional socialista, Krupskaja asseverava que a libertação das mulheres estava necessariamente vinculada à questão social mais ampla, devendo ser promovido o ingresso delas no trabalho produtivo e assalariado, bem como a sua integração no movimento operário. Para que tais ações fossem possíveis era imprescindível a socialização das tarefas domésticas.

Esse texto, junto com *A mulher e o socialismo e A origem da família, da propriedade privada e do Estado* foram as bases para o desenvolvimento das medidas e estratégias que seriam adotadas pelos bolcheviques quando da tomada de poder após a Revolução de 1917.

Para que este projeto ganhasse corpo, era preciso mobilizar as mulheres trabalhadoras para a luta socialista revolucionária e nesse aspecto a atuação e militância de Alexandra Kollontai foram fundamentais.

Antes da Revolução de outubro, Kollontai já estava empenhada na tarefa de organização das mulheres trabalhadoras. É em 1905, após as agitações, greves e do massacre ocorrido no Domingo Sangrento que contou com a presença maciça de mulheres no evento que Kollontai compreendeu a necessidade de mobilizá-las, defendendo a criação de um Secretariado de mulheres trabalhadoras interno ao Partido, o que foi recusado naquele momento. Tal recusa era problemática, pois era um momento em que o movimento feminista burguês ganhava cada vez mais espaço em todos os países e na Rússia ele estava justamente direcionando energias para ampliação de sua base entre as mulheres trabalhadoras e camponesas e ao mesmo tempo estreitava alianças com setores não revolucionários. Mais uma vez, o movimento feminista burguês se mostrava indiferente a transformações sociais mais profundas.

A ação política desempenhada por Kollontai era similar àquela realizada por Zetkin. Atuando em duas frentes, uma junto aos trabalhadores e companheiros de partido que se opunham a uma organização política específica para atender as demandas das mulheres e outra frente à ameaça de cooptação do movimento feminista desvinculado da questão social, Kollontai lutou por muitos anos para conseguir desenvolver um trabalho de formação e mobilização das mulheres trabalhadoras vinculados ao movimento revolucionário russo. Em sua autobiografia, Kollontai informa:

Naquele período eu percebi pela primeira vez quão pouco nosso partido se preocupava com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno era o seu interesse na libertação feminina. Com certeza um movimento de libertação das mulheres burguesas já existia na Rússia. Mas meu ponto de vista marxista apontava com uma clareza iluminadora que a libertação feminina somente poderia dar-se como resultado da vitória de uma nova ordem social e um sistema econômico diferente. Logo, eu me joguei na luta entre as sufragistas russas e lutei com todas as minhas forças para induzir o movimento da classe trabalhadora a incluir a questão feminina como um dos objetivos

de sua luta no seu programa. Foi muito difícil ganhar meus companheiros para essa ideia. Eu estava completamente isolada com minhas ideias e demandas.¹⁵³

Em 1907, Kollontai criou a Sociedade de Ajuda Mútua para mulheres trabalhadoras que teve curta duração, mas serviu de experiência para o início da organização das mulheres. Tal sociedade posicionava-se criticamente tanto em relação ao movimento feminista burguês quanto aos entraves encontrados nas próprias organizações operárias.

Kollontai compartilhava com Zetkin a oposição ao movimento feminista compreendido como burguês não porque desprezasse as denúncias e demandas das mulheres não operárias, mas porque entendia os limites que este movimento apresentava e compreendia que as lutas travadas pela conquista de direitos não modificaria substancialmente a dura vida das mulheres trabalhadoras. Por isso, era necessário que o movimento revolucionário socialista acolhesse as demandas das trabalhadoras e camponesas e estivesse apto a indicar caminhos e soluções fundamentados no materialismo histórico, com a formulação de uma política revolucionária adequada.

Em 1908, Kollontai começa a escrever um livro dedicado a estabelecer as diferenças entre o movimento feminista burguês e a organização feminina operária chamado *As bases sociais da questão feminina*. Nele, a autora realiza uma análise marxista da família, da união livre e promove a defesa da coletivização das funções domésticas pelo Estado¹⁵⁴. No texto *A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea*, do mesmo ano, Kollontai define as diferenças de classe entre as mulheres como obstáculo intransponível para uma luta unificada, uma vez que, para ela, a divisão de classe determinava a diferença de interesses entre as mulheres. Enquanto as mulheres da classe média buscavam a inserção no campo de trabalho qualificado, as mulheres da classe operária já estavam inseridas nas fábricas suportando a tripla jornada de trabalho como operárias, mães e donas de casa. Para a mulher trabalhadora o campo de luta estaria indissociável da luta dos trabalhadores não apenas no embate com o capital para melhores condições de

¹⁵³ KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. Tradução: Lígia Gomes. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, pp. 37 e 38.

¹⁵⁴ SILVA, Danielle Jardim da. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Niterói, 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, p. 35.

trabalho, mas no horizonte de transformação social radical, uma vez que, entendia Kollontai, as mudanças perseguidas pelo movimento feminista não alcançavam a condição de vida das mulheres operárias.

Para Kollontai, assim como fora para Zetkin, era preciso alertar as mulheres operárias dos objetivos estreitos do movimento feminista burguês, alargando a compreensão de que a luta por direitos não seria um fim, mas um meio da luta dos socialistas contra a exploração de classe, ou seja, não havia uma recusa do movimento socialista em relação aos direitos das mulheres, mas pelo contrário, um compromisso revolucionário com a sua real emancipação.

3.2

A Revolução começa com a greve das mulheres e a reivindicação por paz e pão

As historiadoras Jane McDermid e Anna Hillyar em *Midwives of Revolution: Female Bolsheviks and Women Workers in 1917* analisam a participação das mulheres trabalhadoras nos eventos ocorridos ao longo do ano de 1917, na Rússia, que levaram à queda do czarismo e à vitória da Revolução socialista. O trabalho contesta tanto o apagamento da participação feminina na história da Revolução quanto a versão tradicional da ação das mulheres em fevereiro, entendida como uma ação desgovernada e passional, uma vez que fora desencadeada sem a orientação e organização de qualquer partido. As autoras argumentam que as ações do dia 23 de fevereiro realizadas no Dia Internacional das Mulheres – dia 08 de março no calendário gregoriano – fizeram parte de ações internacionais programadas para o mesmo dia. Além disso, as ações orquestradas sob as bandeiras de paz e pão buscaram angariar trabalhadores de todos os setores para além da indústria têxtil, reafirmando o protagonismo histórico das mulheres como aquelas que incitam e iniciam as rebeliões populares.

Sem orientação ou organização de qualquer partido, as mulheres da indústria têxtil saíram às ruas conclamando a greve, buscando adesão de outros setores trabalhadores e dos soldados que entregaram as baionetas e juntaram-se ao grupo. Somente em 25 de fevereiro os bolcheviques lançaram um chamado à greve geral. A mobilização das mulheres tomou tamanha proporção que logo a greve geral se transformou em ações revolucionárias que desencadearam a queda do regime czarista e, além disso, demonstrou que a classe trabalhadora tem dois sexos e a

participação política das mulheres não poderia mais ser ignorada. Cinco dias após a greve iniciada no Dia Internacional das Mulheres o czar abdicou o trono e o Governo Provisório foi instaurado.

O novo governo formado por diferentes partidos e comprometido com os setores burgueses não teve capacidade de acolher as demandas das camadas populares prosseguindo na guerra e aprofundando a crise política, econômica e social.

Durante o Governo Provisório, o movimento feminista lhe declarou apoio com objetivo de conquistar direitos, mas foram os bolcheviques que se aproximaram das mulheres trabalhadoras organizadas e buscaram articular com elas a continuidade da luta revolucionária. Neste período, ficou mais uma vez patente a cegueira das feministas burguesas em relação às reivindicações das camadas mais baixas de mulheres¹⁵⁵.

Como relata Danielle Jardim da Silva, os jornais bolcheviques passaram a incluir publicações destinadas às mulheres com objetivo de atraí-las para o partido e manter a mobilização das suas lutas, integradas às lutas do movimento revolucionário da classe trabalhadora. O *Pravda* publicou notícias relacionadas a organização das mulheres, declarações de apoio às lutas das trabalhadoras e operárias e definiu como planejamento estratégico a criação de um periódico destinado às operárias e um departamento exclusivo dentro do partido.

Com isso, o *Rabotnitsa* voltou a circular. O periódico destinado à instrução, à informação e à mobilização das mulheres trabalhadoras publicou o programa bolchevique e as medidas a serem implantadas quando a Revolução resultasse vitoriosa, visando atender as suas demandas. O periódico era distribuído nas portas das fábricas pelas mulheres bolcheviques que ouviam as trabalhadoras e levavam suas insatisfações ao conselho editorial, realizando um constante trabalho de base e tornando o partido permeável às reivindicações que vinham das mulheres operárias. Com o objetivo de mobilização política, o *Rabotnitsa* criou núcleos de formação que preparavam as mulheres para falar e organizar outras trabalhadoras dentro das fábricas, promovendo, assim, a disseminação da mobilização revolucionária.

¹⁵⁵ STITES, Richard. *The women's liberation movement in Russia: Feminism, nihilism and bolchevismo*. New Jersey: Princeton University Press, 1978.

Em setembro foi formado um Grupo de Mulheres trabalhadoras com integrantes do *Rabotnitsa* e operárias de diversos partidos para trabalhar na campanha eleitoral da Assembleia Constituinte e preparar uma conferência de mulheres de Petrogrado. Tal conferência seria realizada em 21 de outubro, mas foi adiada para o dia 05 de novembro em razão da tomada de poder pelos bolcheviques. Na ocasião, estiveram presentes 500 delegadas representando 8 mil mulheres que decidiram pela: i) continuidade do Grupo para realização do trabalho de mobilização e propaganda; ii) formação de um secretariado a partir do *Rabotnitsa*; iii) convocação de um congresso de mulheres trabalhadoras de toda a Rússia¹⁵⁶.

3.3

O compromisso da Revolução com as mulheres

Como vimos até aqui, há uma trajetória histórica, teórica e de organização política que une a luta revolucionária socialista e a luta pela emancipação das mulheres desenvolvida desde o século XIX. Apesar das dificuldades e resistências enfrentadas pelas mulheres socialistas para promoção dessa união, a história do desenvolvimento da “questão das mulheres” no âmbito do movimento socialista revolucionário deve ser lembrada, uma vez que essa história integra a memória social das lutas políticas pela criação de um novo mundo e o comprometimento revolucionário com uma mudança radical nas estruturas políticas, econômicas e sociais que sustentam a ordem hierarquizada e desigual estabelecida entre homens e mulheres.

Nesse sentido, a vitória da Revolução bolchevique em Outubro de 1917 representa, historicamente, o apogeu da comunhão entre as lutas das mulheres e dos operários. Neste momento de ruptura e refundação institucional, os revolucionários e revolucionárias possuíam posicionamentos e diretrizes claras quanto às medidas a serem implantadas pelo novo governo com objetivo de transformar material e culturalmente a posição e as funções das mulheres na nova sociedade, libertando-as das opressões e da submissão masculina.

De acordo com os discursos proferidos por Lenin, nos quais o líder revolucionário aborda a “questão das mulheres”, tais medidas englobavam: i) a

¹⁵⁶ SILVA, Danielle Jardim da. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Niterói, 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, p. 48.

transformação da família de acordo com as mudanças engendradas na base econômica da sociedade; ii) a imediata transformação da legislação em matéria pública, civil, trabalhista e penal de modo a conferir a igualdade jurídica plena entre homens e mulheres; iii) o ingresso das mulheres na política e no trabalho assalariado para possibilitar a independência econômica delas em relação aos homens; iv) a socialização das tarefas domésticas entendidas como mesquinhas e improdutivas. Libertá-las dessas funções seria o coração das políticas soviéticas para promoção material da emancipação feminina; v) a necessidade permanente de mobilizar as mulheres para luta política, uma vez que sem elas a revolução não teria sucesso.

Com base nesses princípios, ainda em 1917, o governo revolucionário implantou as primeiras leis destinadas a garantir a igualdade jurídica plena entre homens e mulheres: foi decretada a igualdade entre todos os cidadãos; foi conferido o direito à terra às camponesas; em dezembro foi extinto o casamento religioso e foi implantado o casamento civil e o divórcio foi instituído como procedimento simples e gratuito, podendo ser requerido por qualquer um dos cônjuges e, por fim, foi instituído o direito ao voto.

Em outubro de 1918, foi promulgado o Código Completo do Casamento, da Família e da Tutela, um código bastante avançado para época que tinha como fundamento a igualdade da mulher no casamento, conferindo a ela uma cidadania plena. Desta forma, a lei aboliu o *status* legal inferior das mulheres, com a extinção dos inúmeros privilégios que a legislação anterior conferia aos maridos – privilégios estes que sustentavam a submissão das mulheres aos homens em razão do casamento. Assim, a nova lei extinguiu o direito marital do homem impor nome, domicílio e nacionalidade à esposa. Além disso, foi instituída a pensão alimentícia em caso de divórcio e foi extinta a diferença legal entre filhos legítimos e ilegítimos. Com a nova lei, as mulheres não precisavam mais da autorização dos maridos para estudar, trabalhar, obter passaporte e emitir notas de câmbio¹⁵⁷.

Os bolcheviques entendiam que residia na família a base da opressão feminina. Subjugadas pelas leis, pelos costumes e pelas funções sociais atribuídas às mulheres no seio da família, a sua emancipação seria possível se tais funções fossem esvaziadas. Deste modo, o novo Código tinha como pressuposto o definhamento do modelo tradicional de família e a abertura para criação de novas

¹⁵⁷ GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. Tradução: Natália Angyalossy Alfonso. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014, pp. 69-72.

relações entre os homens e as mulheres, baseadas no amor e no respeito mútuos. A legislação aprovada quebrava as primeiras barreiras.

No campo do trabalho havia um consenso sobre a importância de criar leis que incentivassem a entrada da mulher no trabalho assalariado e possibilitassem a sua permanência nele. Assim, foram abolidas as discriminações de contratações; foi instituída a licença maternidade paga; o direito de as mulheres grávidas realizarem tarefas mais leves e foi instituído o salário igual para o trabalho igual. Em 1919, Lenin declara:

Evidentemente não bastam leis e nós, de maneira alguma nos contentamos em emitir decretos. Porém, no terreno da legislação, temos feito tudo o que se exigia de nós para equiparar a situação da mulher a do homem e podemos com toda razão nos orgulharmos disso. Em nossos dias a situação da mulher na Rússia Soviética, em comparação com os Estados avançados, é ideal. Porém, afirmamos que, naturalmente, esse é só o começo. Ao ter que se dedicar aos afazeres domésticos, a mulher vive ainda coagida. Para plena emancipação da mulher e para sua igualdade efetiva com respeito ao homem, é necessária uma economia coletiva e que a mulher participe do trabalho coletivo comum. Aí sim a mulher ocupará a mesma situação que o homem.¹⁵⁸

Em 1920, o aborto foi legalizado passando a ser garantido gratuitamente pelo Estado.

Para Lenin, a plena igualdade das mulheres seria alcançada em duas frentes. Com a igualdade jurídica e com a libertação das tarefas domésticas que possibilitaria a participação delas na política e no trabalho produtivo. Para ele, tais medidas eram impossíveis de serem realizadas sob o capitalismo cuja base de sustentação é a desigualdade seja entre os sexos, seja entre exploradores e explorados.

Integrante da questão social, a questão da mulher só poderia ser resolvida com a Revolução Socialista e por isso o líder bolchevique entendia que a luta pela conquista de direitos engendrada pelo movimento feminista era limitada, pois é da natureza do capitalismo a impossibilidade de estabelecer igualdade e liberdade materiais. Em 1916, Lenin aborda os limites do exercício dos direitos sob o capitalismo:

¹⁵⁸ LENIN, Vladimir. As tarefas do movimento operário feminino na República Soviética [1919]. In: *Sobre a emancipação da mulher*. Tradução: Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 71.

Sob o capitalismo, a existência de circunstâncias não permitindo as classes oprimidas “realizarem” seus direitos democráticos não é um caso isolado, mas um fenômeno típico. Na maior parte dos casos, sob o capitalismo, o direito ao divórcio não é realizado senão porque o sexo oprimido é economicamente esmagado, porque não importa em qual democracia, sob o capitalismo, a mulher permanece a “escrava da casa”, uma escrava aprisionada ao quarto de dormir, no quarto das crianças, na cozinha. Sob o capitalismo, na maior parte dos casos, o direito do povo eleger os seus próprios juizes, funcionários, professores, jurados, etc., é igualmente irrealizável, por causa, precisamente, da opressão econômica do operários e camponeses.¹⁵⁹

Lenin compreendia que a luta por direitos era apenas um meio para expansão da luta de classes. Quanto mais direitos fossem conquistados, mais a classe oprimida perceberia que a verdadeira igualdade era impossível sob o capitalismo e o único caminho possível seria a revolução. Em diversos textos, Lenin afirma que a igualdade jurídica foi apenas o primeiro passo e o mais fácil de ser realizado rumo à emancipação feminina. O mais difícil e trabalhoso seria a eliminação da desigualdade social e econômica que, para ele, apenas seria alcançada com a socialização das tarefas domésticas entendidas como as mais embrutecedoras e improdutivas desempenhadas pelas mulheres:

A mulher continua **escrava doméstica**, malgrado todas as leis libertadoras, porque a **pequena economia doméstica** a oprime, a sufoca, a embrutece, a humilha limitando-a à cozinha e ao quarto dos filhos, obrigando-a a gastar suas forças em trabalhos terrivelmente improdutivos, mesquinhos, enervantes, deprimentes, embotadores. A verdadeira **libertação da mulher**, o verdadeiro comunismo, não começarão abres de começar a luta das massas (dirigidas pelo proletariado no poder) contra esta pequena economia doméstica, ou mais exatamente, na hora da sua **transformação maciça** em grande economia socialista.¹⁶⁰
(grifos do autor)

Desde o início, Lenin sempre pôs mais peso no problema da opressão material das mulheres no seio da família do que na falta de direitos. E, além disso, também via o papel crítico da luta ideológica na remodelação das mentes mais retrógradas herdadas da velha ordem.

¹⁵⁹ LENIN, Vladimir. Sobre uma caricatura e sobre o “economicismo imperialista” [1916]. In: *Sobre a mulher*. São Paulo: Global Editora, 1979. p. 95

¹⁶⁰ LENIN, Vladimir. A grande iniciativa [1919]. In: *Sobre a mulher*. São Paulo: Global Editora, 1979, p. 110.

A participação política das mulheres era outra preocupação. Lenin era convicto de que sem a participação das mulheres no movimento de massa a Revolução não poderia prosperar. No entanto, tanto o movimento socialista internacional quanto o próprio partido bolchevique enfrentavam obstáculos nesse sentido. Em primeiro lugar, muitos socialistas temiam que qualquer tentativa de realização de um trabalho especial entre mulheres fosse cooptada pelas demandas feministas burguesas ou pelo revisionismo. Lenin era contrário a esse posicionamento e insistia que o partido deveria apoiar e incentivar o trabalho especial entre mulheres. Ele criticou a passividade geral e o desinteresse dos camaradas masculinos sobre a questão. Ele considerou, ainda, que havia um trabalho especial a ser realizado entre os homens:

O nosso trabalho comunista entre as massas de mulheres e o nosso trabalho político em geral, envolve um trabalho educacional considerável entre os homens. Nós devemos erradicar o ponto de vista do antigo proprietário de escravos, tanto no Partido como entre as massas.¹⁶¹

Para implementar as suas políticas em relação às mulheres, o novo governo soviético enfrentou a tarefa de desenvolver métodos de trabalho em várias frentes. Tanto as alterações legais quanto a incorporação das mulheres no trabalho produtivo e a socialização das tarefas domésticas exigiam estratégias e máxima sensibilidade quanto às condições existentes, especialmente entre as mulheres camponesas.

Desta forma, concomitantemente às transformações legislativas, se iniciou a criação de uma rede de serviços destinados à socialização do trabalho doméstico com a abertura de creches, jardins de infância, hospitais, lavanderias e refeitórios públicos com objetivo de libertar as mulheres destas tarefas compreendidas como improdutivas e possibilitar o ingresso delas na esfera pública em igualdade de condições.

A socialização dos cuidados com as crianças foi a política mais controversa tanto entre os bolcheviques e quanto entre a população. Entre os bolcheviques havia um acordo vago de que todas as crianças deveriam ser cuidadas pelo Estado com creches, escolas públicas e orfanatos, mas como essas medidas deveriam ser implantadas era um problema. Qual seria o papel do Estado? Ele substituiria os pais

¹⁶¹ LENIN, apud VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução: Camila Carduz Rocha [e outras]. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

ou atuaria como prestador de serviços suplementares? Eram as principais dúvidas e divergências¹⁶².

Entre a população havia uma crescente desconfiança e resistência em entregar os filhos para o Estado criar, especialmente no campo rural onde as crianças constituíam força de trabalho para muitas mulheres camponesas que se encontravam viúvas após a guerra.

Dificuldades econômicas decorrentes da guerra civil, o extenso território e a diversidade cultural foram os maiores obstáculos para implantação desta medida e se apresentavam como desafios reais que impunham a necessidade de um trabalho de mobilização constante entre mulheres. Diante deste cenário, foi criado o *Zhenotdel*, o departamento feminino do Comitê Central do Partido Comunista.

Como vimos nas sessões anteriores, desde antes da Revolução, havia discussões e divergências dentro do Partido sobre a necessidade ou não da criação de órgãos específicos destinados ao trabalho de formação política junto às mulheres. Aqueles que se opunham, afirmavam que tais propostas e iniciativas eram feministas burguesas e dividiam a classe trabalhadora, desvirtuando o trabalho revolucionário do seu “real” objetivo, tal seja, a destruição da sociedade de classes. No entanto, em razão da participação ativa das mulheres trabalhadoras no desenrolar dos acontecimentos em 1917, que culminaram com a vitória da Revolução, ficou patente a necessidade de intervir junto a elas, organizá-las e incluí-las nos programas e estratégias a serem implantadas pelo governo revolucionário.

Assim, em novembro de 1918 foi realizado o I Congresso Nacional de Mulheres trabalhadoras e camponesas de toda a Rússia que sugeriu ao Comitê Central do Partido a organização de comissões especiais destinadas à formação política contínua das mulheres. Em dezembro, o Partido aprovou a criação destas comissões que deveriam atuar em todos os níveis tendo como função organizar a massa de mulheres integrando-as ao partido e mobilizá-las na construção do governo revolucionário¹⁶³.

Com isso, uma série de iniciativas foram implantadas até a criação de fato do *Zhenotdel*, concebido como um órgão transitório, necessário apenas até as

¹⁶² GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução. Mulher, Estado e Revolução*. Tradução: Natália Angyalossy Alfonso. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014, p. 27.

¹⁶³ SILVA, Danielle Jardim da. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Niterói, 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, p. 55.

mulheres atingirem a consciência da classe trabalhadora, uma vez que as mulheres ainda eram vistas como segmento mais atrasado e conservador dos trabalhadores. Outras iniciativas autônomas como sindicatos especiais de mulheres e direções não partidárias foram dissolvidas, reconstruídas e submetidas ao *Zhenotdel*.

O trabalho desenvolvido pelo departamento foi de suma importância considerando que na década de 1920, 85% da população era camponesa e se fazia necessário a atuação direta do partido para a integração e adesão desta numerosa população ao movimento e ao governo revolucionário. Para alcançar tal objetivo, o *Zhenotdel* promovia cursos de alfabetização e formação política, organizava e mobilizava mulheres para trabalhos nas creches, orfanatos e escolas; realizava distribuição de alimentos e campanhas de saúde. Além disso, ele preparava politicamente mulheres para atuarem como delegadas em diversos setores do governo. Essas delegadas eram eleitas por um mandato de 3 a 6 meses e após um curso de formação política eram encaminhadas para trabalhar em órgãos de direção do governo e nas fábricas onde ouviam as operárias e organizavam suas demandas. Elas também eram enviadas para aprender, fiscalizar e organizar os serviços relacionados à socialização das tarefas domésticas atuando em hospitais, lavanderias, restaurantes, creches, escolas etc.¹⁶⁴

O *Zhenotdel* também atuava junto às mulheres incentivando a ocupação de todos os espaços na economia e na política. Assim, promovia cursos de qualificação profissional visando a possibilitar a entrada das mulheres no trabalho assalariado.

A atuação do departamento passou por dificuldades organizativas com falta de pessoal e ausência de fundos, bem como outros órgãos do Partido. A extensão do território, a multiplicidade de línguas e o analfabetismo generalizado também se apresentavam como empecilhos às políticas e ações. Em algumas regiões, ocorreram casos de homicídios perpetrados por homens contra mulheres que participavam do *Zhenotdel*. Dentro dos sindicatos as delegadas eleitas também sofriam discriminações. Muitas vezes eram negadas a elas as funções que estavam designadas ou lhes eram destinadas tarefas de limpeza e secretariado¹⁶⁵.

¹⁶⁴ SILVA, Danielle Jardim da. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Niterói, 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, pp. 57 e 58.

¹⁶⁵ *Ibid.*, pp. 60 e 61.

Em 1930 o órgão foi extinto sob a alegação de que as mulheres já haviam atingido a igualdade e a existência de um órgão específico destinado a elas não seria mais necessário.

O período stalinista foi marcado por retrocessos em quase todas as políticas e leis que visavam à promoção da emancipação feminina. Foi restituído o ideal de maternidade e o culto à domesticidade, cabendo às mulheres o papel de dar à luz os novos comunistas. Os investimentos destinados a socialização das tarefas domésticas foram sendo gradativamente redirecionados para a indústria, o que se intensificou a partir de 1928 com o início dos Planos Quinquenais.

Com a extinção do *Zhenotdel* em 1930, Stalin abriu espaço para outros retrocessos legais que reforçavam a centralidade da família patriarcal e o papel da mulher como mãe. Em 1934, a homossexualidade e a prostituição foram criminalizadas; em 1936, o aborto foi proibido, exceto em caso de risco de vida da mulher e um novo Código da Família foi promulgado, restabelecendo a autoridade paterna na família. A nova lei era flagrantemente pró-família e pró-natalista. Ela previa um seguro para o nascimento de filhos, dobrou o benefício mensal da mãe empregada, previu o pagamento de prêmios em dinheiro para estimular as mulheres a terem filhos, instituiu penalidades para empregadores que se recusassem a contratar mulheres grávidas ou diminuíssem seu salário, dificultou o divórcio tornando-o mais caro e exigindo a presença de ambos os cônjuges em audiência, expandiu o número de maternidades e creches, previu penalidades pelo não pagamento de pensão alimentícia.

Em 1941, foi instituído um imposto sobre os solteiros e o aumento da taxa cobrada pelo divórcio. Em 1944, o casamento de fato foi abolido, o divórcio foi ainda mais dificultado, o aborto foi totalmente proibido. Foram implementados benefícios para mães solteiras e foram criadas premiações como “Glória maternal” para mulheres com 7 a 9 filhos e “Mãe heroica” para mulheres com mais de 10 filhos¹⁶⁶.

Vemos, portanto, que as políticas revolucionárias destinadas à emancipação, libertação e igualdade das mulheres tiveram uma existência atribulada e curta. No entanto, a experiência soviética não deixa de ser um exemplo histórico da relação intrínseca entre a *questão das mulheres* e a *questão social* e a

¹⁶⁶ ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Tradução: Isabel Lacerda. Lisboa: Edições Combate, 2010.

necessidade de composição entre essas lutas para instituição de uma nova ordem social e política.

4

Da relação entre gênero e classe e o conceito de classe

A realização de uma análise dos processos que resultaram na interdição das mulheres à política, bem como a análise do desenvolvimento das lutas posteriores nos lança em um velho debate no campo marxista relativo à noção de classe¹⁶⁷: de um lado o pensamento filiado ao marxismo tradicional compreende que a principal força política eficaz de oposição ao capitalismo e busca pela efetivação da democracia é a luta de classes, entendida como a luta travada entre a classe burguesa e a classe operária. Por outro lado, o desenvolvimento dos processos históricos que aprofundaram a cisão entre as lutas de gênero, raça e classe, invocam novos protagonistas contra o capitalismo e pela democracia.

Ellen Wood critica enfaticamente a fragmentação ou particularização das lutas em torno da afirmação das “diferenças” e coloca o problema nos seguintes termos:

Numa época em que a crítica do capitalismo é mais urgente do que nunca, as tendências teóricas dominantes da esquerda se ocupam em abandonar a conceptualização da própria ideia de capitalismo. Dizem que o mundo “pós-moderno” é um pastiche de fragmentos e de “diferenças”. A unidade sistêmica do capitalismo, suas “estruturas objetivas” e seus imperativos totalizantes deram lugar (se é que chegaram a existir) a um bricolage de múltiplas realidades sociais, uma estrutura pluralista tão variada e flexível que pode ser reorganizada pela construção discursiva. A economia capitalista tradicional foi substituída pela fragmentação “pós-fordista”, em que todo fragmento abre espaço para lutas emancipatórias. As relações de classe constitutivas do capitalismo representam apenas uma “identidade” pessoal entre muitas outras, identidade esta já não “privilegiada” pela centralidade histórica.¹⁶⁸

Teorias marxistas ortodoxas reconhecem a existência de opressões de outras naturezas – gênero, raça, etnia, sexualidade etc. – porém, as concebem como legados, pois anteriores ao aparecimento do modo de produção capitalista. Entendem que a superação dessas opressões não é incompatível com o capitalismo e apenas a supressão da exploração de classe seria politicamente eficaz para formação de uma *nova* sociedade. Estes teóricos *creem* que a extinção da

¹⁶⁷ Os debates sobre as noções de *classe* e *protagonistas da luta de classes* atravessa o pensamento de Marx e o pensamento marxista, desde o século XIX.

¹⁶⁸ WOOD, Ellen. Democracia contra o capitalismo – a renovação do materialismo histórico. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 205

exploração de classe auxiliaria na extinção das outras opressões que são subordinadas e secundárias à exploração econômica.

Quando essa discussão sobre a ação política é lançada no terreno das teorias e práticas da democracia, essas proposições e certezas se complexificam. Qual, afinal, é a relação entre exploração e opressão? A teoria marxista tradicional critica a vertente de pensamento que aponta para a impossibilidade e, até mesmo equívoco, de continuarmos centralizando a luta democrática – teórica e prática – em torno da categoria de classe e indicam a necessidade de tornar essa base de luta mais heterogênea e não hierarquizada.

Ellen Wood, filiada ao pensamento marxista tradicional, argumenta que esta concepção de luta democrática expressa mais “uma afirmação de princípios gerais e boas intenções” do que efetividade política e argumenta: considerando que a principal bandeira democrática dos movimentos minoritários é a luta pela igualdade, alcançada a igualdade, a opressão se extingue. No caso da classe, alcançar a igualdade implica, necessariamente, no fim do capitalismo. Com isso, marxistas tradicionais continuam afirmando a prioridade da classe na luta política e criticam eventual positividade e efetividade da heterogeneização do campo das lutas, pois este método representaria um recuo na luta anticapitalista e não um avanço.

Por outro lado, pensadoras e militantes feministas marxistas como Silvia Federici¹⁶⁹ e Angela Davis¹⁷⁰ compreendem que a relação entre exploração e opressão é uma relação necessária, reciprocamente implicada e constitutiva da formação social capitalista. O modo como Ellen Wood *vê e compreende* a questão considera as lutas feministas e antirracistas como desvios da luta principal. No entanto, se existe uma *cisão quase inconciliável na composição dessas lutas*, as causas para o problema não estão nas lutas, mas na forma como a formação social capitalista compõe as categorias de gênero, raça e classe e como esta composição possibilita a sua manutenção.

Pensadoras da vertente feminista marxista, desde a década de 1970, colocaram as discussões sobre a relação entre exploração e opressão em termos

¹⁶⁹ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

¹⁷⁰ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

distintos do que os posicionamentos engendrados por movimentos identitários que não privilegiam a questão de classe, aos quais Ellen Wood se refere.

Propor a relação intrínseca dessas lutas – gênero, raça e classe – implica um duplo deslocamento. De um lado, para as teorias feministas que desconsideram a categoria classe e, sob alegação de priorizar as especificidades, repõem as hierarquias. De outro lado, as teorias marxistas tradicionais que concentram a luta apenas no combate à exploração de classe, mantêm-se impermeáveis às dimensões das lutas feministas e antirracistas.

O trabalho desenvolvido por Silvia Federici demonstra que o modo de exploração econômico e a criação de classe trabalhadora operária não foram as únicas inovações produzidas pelo capitalismo. Para ela, o patriarcado, entendido como a forma de dominação das mulheres pelos homens, foi transformado e sem a singularização moderna, as mudanças na divisão social do trabalho não poderiam nem ocorrer, nem serem mantidas.

Para demonstrar a transformação do patriarcado e as suas implicações na nova ordem política, social e econômica, Federici introduz na análise do capitalismo o acontecimento da Inquisição e da caça às bruxas e argumenta que o objetivo desse massacre direcionado às mulheres foi retirar delas o controle da reprodução e desmobilizar a coesão das revoltas populares, promovendo a quebra da solidariedade de classe, minando seu poder coletivo, pois:

A caça às bruxas [...] dispersou e fragmentou todas as energias de protesto latentes. Fez com que todos se sentissem impotentes e dependentes dos grupos sociais dominantes e, além disso, deu uma válvula de escape local às frustrações. Por esta razão, impediu que os pobres, mais que qualquer outro grupo social, enfrentassem as autoridades eclesiásticas e a ordem secular ou reivindicassem a redistribuição da riqueza e a igualdade social.¹⁷¹

Federici demonstra que assim como foi fundamental para o modo de produção capitalista transformar o trabalho servo em trabalho livre, também foi fundamental promover o controle da reprodução e transformar a relação dos produtores diretos – homens e mulheres – entre si, uma vez que o processo de acumulação primitiva não diz respeito apenas à acumulação do capital, mas também à acumulação da força de trabalho:

¹⁷¹ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017, p. 340.

A criminalização do controle das mulheres sobre a procriação é um fenômeno cuja importância não pode deixar de ser enfatizada, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre as mulheres, quanto por suas consequências na organização capitalista do trabalho. Está bem documentado que, durante a Idade Média, as mulheres haviam contado com muitos métodos contraceptivos que, consistiam basicamente em ervas transformadas em poções e “pessários” (supositórios vaginais) usados para estimular a menstruação, para provocar um aborto ou para criar uma condição de esterilidade. [...] A criminalização da contracepção expropriou as mulheres desse saber, que havia sido transmitido de geração a geração, proporcionando-lhes certa autonomia em relação ao nascimento dos filhos. [...] Ao negar as mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as mulheres à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores.¹⁷²

Em relação às opressões de raça, o modo de produção capitalista também promoveu transformações na natureza da prática da escravização. O rapto de homens e mulheres negros oriundos do continente Africano e a escravização foram procedimentos fundamentais, sem os quais a colonização não poderia ocorrer, configurando a colonização um dos motores centrais para o processo da acumulação primitiva de capital e para o estabelecimento do capitalismo como *sistema mundo*.¹⁷³

Ao operar nestes termos, Silvia Federici coloca para as teorias feministas a necessidade da análise da *questão das mulheres* sob o prisma da sua condição na formação social capitalista e para as teorias marxistas tradicionais demonstra como o capitalismo transformou as opressões que lhes eram anteriores, não apenas aprofundando-as e se beneficiando delas de forma acidental, mas evidencia que tais transformações foram fundamentais para a consolidação do capitalismo e permanecem sendo para manutenção deste modo de produção econômico.

No âmbito do pensamento feminista marxista a relação entre exploração e opressão é necessária e a relação entre gênero, raça e classe é tratada sob duas perspectivas: as teorias dos sistemas duplos ou triplos e a teoria unitária. Trataremos destas perspectivas nas sessões a seguir.

¹⁷² FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017, pp. 181 e 182.

¹⁷³ Conceito proposto por Immanuel Wallerstein.

Fora do campo marxista, ganharam relevo a teoria da interseccionalidade e da consubstancialidade e coextensividade. De modo sumário, a interseccionalidade compreende que gênero, raça e classe se interseccionam gerando diferentes formas de opressões sociais de acordo com a posição dos indivíduos interceptados por esses diferentes vetores e a consubstancialidade e coextensividade compreende que gênero, raça e classe são consubstanciais, ou seja, suas práticas não são dissociáveis e que se desenvolvem, reproduzem e coproduzem mutuamente.

Compreendemos, no entanto, que estas categorias analíticas funcionais não explicam suficientemente como e por que as categorias de gênero, raça e classe estão implicadas. A bem da verdade, pensamos que, embora as categorias gênero, classe e raça tenham especificidades, elas constituem um único processo singular de dissociação impossível, tal como pensado pela Teoria Unitária que será analisada adiante.

Se, conforme a definição ordinária, classe é definida pelos critérios da detenção da propriedade e monopólio da organização do trabalho, entendemos que esses critérios não são suficientes para explicar a cisão existente entre aqueles e aquelas que compartilham desigualdades, nem para explicar as distintas dimensões que essas desigualdades compartilhadas assumem.

Silvia Federici segue um pouco por este caminho, mas sua preocupação está na demonstração da implicação recíproca da classe e do gênero e seus efeitos para as dificuldades de composição da classe trabalhadora, mas não explica as dificuldades de composição entre as mulheres, tomando como dado que em relação às mulheres, a classe opera de maneira definitiva. Acreditamos que a questão é mais complexa.

Conforme proposto por Silvia Federici, a nova divisão sexual do trabalho, ao confinar as mulheres à tarefa exclusiva de reprodução da força de trabalho, faz das mulheres, no modo de produção capitalista, trabalhadoras não remuneradas. Para Silvia Federici as funções de reprodução humana e todas as ações necessárias para reprodução da força de trabalho são funções-trabalho realizadas exclusivamente pelas mulheres sem a contrapartida do salário:

[...] nossa análise da “questão das mulheres” se transformou em uma análise do trabalho doméstico como fator crucial na definição da exploração das mulheres no capitalismo [...] Como explicam bem os trabalhos de Samir Amin, Andre Gunder Frank e Frantz Fanon, o movimento anticolonialista nos ensinou a ampliar a análise marxiana do trabalho não remunerado para

além dos limites da fábrica e, assim, compreender que a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas sim a sua base. A partir daí, também aprendemos a buscar os protagonistas da luta de classes não apenas entre o proletariado industrial masculino, mas sobretudo entre os escravizados, os colonizados e a massa de trabalhadores não remunerados marginalizada pelos anais da tradição comunista, à qual agora podemos acrescentar a figura da dona de casa proletária, reconceitualizada como sujeito da (re)produção da força de trabalho.¹⁷⁴

Compreendemos que a proposta de Silvia Federici implica tanto a possibilidade de inclusão das mulheres que estão fora das relações de produção na categoria de classe trabalhadora, mas também abre espaço para pensarmos a composição das mulheres *inseridas*¹⁷⁵ na classe burguesa nas lutas contra esta classe.

Nas duas classes historicamente antagonistas, as mulheres compartilham a *posição* e as *funções* que foram destinadas a elas na formação social capitalista. Esta condição poderia operar como um forte catalizador para composição. No entanto, não é este efeito implicado. August Bebel observou:

[...] “os preconceitos contra a mulher entre os proletários daquela época eram os mesmos que entre a burguesia.” Esses mesmos preconceitos – permita-me o acréscimo – seguem dominantes. Somente o movimento feminista libertará a mulher. “A tirania do homem sobre a mulher”, disse Bebel, “é semelhante à tirania da burguesia sobre o proletariado.” Bebel

¹⁷⁴ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

¹⁷⁵ Virginia Woolf propõe em *Três Guinéus* o conceito *classe das filhas dos homens instruídos* para ser referir às mulheres que, para ela, estão *inseridas* na classe burguesa, mas não são burguesas pois lhes falta capital e ambiente (referido ao monopólio do poder político). Sobre esta maneira de *ver e compreender* a questão, a biógrafa Nádia Fusini comenta: “Em abril de 1940 [Woolf] realiza a palestra intitulada *A torre inclinada* na Associação Educacional dos Trabalhadores em Brighton, posteriormente publicada em *Folios f New Writing*, no mesmo ano. [...] Foi um discurso audaz, [...] ocasionando muitas críticas e um isolamento ainda maior. Ao relê-lo hoje, impressiona a grande distância que Virginia marca em relação aos escritores vivos. É verdade, Auden e Spender são mais jovens, mas certamente mais próximos dela do que as mulheres operárias que a ouvem. E, no entanto, ela partilha o “nós” com as mulheres, e não com os escritores. Não que não reconhecesse a distância que a separava das mulheres operárias. Para dizer a verdade, Virginia nunca pretendeu anulá-la. Em geral, não mistifica, não trapaceia. Basta ler a carta a Margaret Llewelyn Davies, que introduz o volume *Life as We Have Known it* [A vida como a conhecemos], uma coletânea de textos de mulheres proletárias, operárias e donas de casa, publicada em 1930. [...] Sempre soubera de que lado ficar e pessoalmente nunca se sentira em uma torre de marfim; quando muito, era um banco com poucos centímetros de altura que a separava do restante das mulheres, enquanto aquilo que a dividia dos privilégios dos homens era um muro intransponível. [...] Sabia, por exemplo o amigo Desmond quanto havia custado sua educação? Cento e cinquenta libras esterlinas. E sabia por que se sentia mais próxima das mulheres operárias do que dele? Por causa das 4.159 libras esterlinas economizadas com ela em relação ao investimento familiar e social que custava um homem.” (FUSINI, Nadia. *Sou dona da minha alma: o segredo de Virginia Woolf*. Tradução: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, pp. 358 e 359)

enumera duas classes interessadas em mudanças na ordem vigente: as mulheres e o proletário. “Uma mulher proletária”, afirma ele, “está mais próxima de uma burguesa ou de uma aristocrata do que um proletário está dos representantes das mesmas classes. Eu acrescentaria: até mesmo do que uma mulher proletária de um homem proletário. Pois ambos sobre o mesmo jugo, a mesma privação, chame-o de despotismo instruído ou de violência explícita. Homens de todas as camadas e classes sociais estão vitalmente interessados na escravidão da mulher, pois – e isso é o mais importante – eles a rebaixaram demais para aceitar de imediato que ela seja igualada a eles em direitos.”¹⁷⁶

Como vimos no Capítulo anterior, a relação entre “a questão da mulher” que traz para o centro do debate da organização social a desigual condição das mulheres e o pensamento marxista e socialista não é recente.

Ao longo do século XIX, momento histórico no qual surge o referencial teórico incontornável para a análise crítica do capitalismo – o pensamento marxista –, concomitantemente a organização dos(as) trabalhadores(as) e dos movimentos socialistas, o debate sobre a necessidade de comungar à análise do modo de produção econômico implementado pelo capitalismo que tem como um dos efeitos dividir a sociedade em classes e as condições desiguais nas quais as mulheres são mantidas nesta nova organização social – submetidas a uma estrutura social-jurídica-política-econômica hierárquica autoritária, expressa pelo pátrio poder; confinadas ao ambiente doméstico e ao trabalho dito improdutivo, porque realizado fora do espaço de produção de mercadorias; juridicamente sem direitos e impedidas de participação política e organizacional – sempre esteve presente.

Tais elementos constitutivos da condição das mulheres sob o capitalismo foram objeto de atenção de pensadores como Flora Tristã, August Bebel, Engels, Lenin e Alexandra Kollontai que buscaram teorizar as causas da opressão das mulheres, localizando-as na instituição da família monogâmica para transmissão da propriedade privada e foram alvo do desenvolvimento de políticas estratégicas transformadoras implementadas pelo primeiro governo socialista da história, após a vitória dos bolcheviques na Rússia em 1917.

No entanto, no século XIX e início do século XX não ocorreram maiores esforços teóricos para além daqueles sedimentados por Engels em *A Origem da*

¹⁷⁶ KALMÁNOVITCH, Anna. O movimento feminista e a relação dos partidos com ele. In: SCHNEIDER, Graziela. *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. Tradução: Tatiana Lárkina. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 30.

família, da propriedade privada e do Estado, sendo este estudo considerado, equivocadamente, como o entendimento final e acabado sobre a questão das mulheres sob o capitalismo, desconsiderando seus limites, incongruências e lacunas.¹⁷⁷

Diante da ordem social hegemônica engendrada pela modernidade capitalista indagações necessárias se apresentam: por que na era que instituiu um regime social não teológico baseada em direitos com fundamento e legitimidade em uma ordem materialista e não transcendental, há alguns indivíduos dotados de direitos e outros não? Se a modernidade funda um tipo de relação social cuja expressão democrática é a participação política do povo na constituição do Estado e das instituições, por que esta participação é interdita a metade dos indivíduos que compõem a sociedade em razão do sexo? Por que as mulheres estão confinadas ao ambiente doméstico e à reprodução? Por que as mulheres estão submetidas a uma forma de relação social autoritária e violenta como norma? Estes e outros paradoxos ou contradições da modernidade capitalista vêm de longe e as dificuldades de enfrentá-las e respondê-las são diversas.

No que diz respeito ao campo da crítica do capitalismo, uma das razões para as dificuldades em enfrentar tais questões foi e continua sendo tomar a análise realizada por Marx em *O Capital*, ou seja, uma análise crítica à economia política inaugurada pelo capitalismo em especificamente três sociedades europeias – Inglaterra, França e Alemanha – e entendê-la como análise total deste novo modo singular de constituição social que é o capitalismo.

Ora, para compreender as causas das desigualdades determinadas pelo sexo e pela raça, apenas a análise e crítica realizada em *O Capital* acerca do modo de produção econômico criado pelo capitalismo não é suficiente. Para entender estas desigualdades é preciso analisar a organização do Estado, suas instituições, o tipo de ideias e práticas democráticas em jogo e as transformações engendradas nas relações sociais da modernidade, é preciso desnaturalizar a família para compreender o seu papel na nova ordem social e, principalmente, é preciso investigar como os fatores sexo e raça constituem a ordem econômica.

Em suma, levar a sério a complexidade dos processos constitutivos do capitalismo e investigar essas complexidades e não as deixar de lado como se

¹⁷⁷ VOGEL, Lise. *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução: Camila Carduz Rocha e outras. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

fossem contradições secundárias, ou mero legado da era pré-capitalista. A análise desse emaranhado de processos, ou sobre como a exploração se comunga com as opressões em favor da maior acumulação de capital, não foi realizada por Marx e Engels e embora nunca tenham dito que a produção (base ou infraestrutura) era o único fator determinante da organização social capitalista¹⁷⁸, a maioria dos marxistas e socialistas reteve apenas a análise econômica realizada em *O Capital* para fundar e consolidar o entendimento de que as outras contradições seriam questões secundárias, não fundamentais e nada teriam a ver com a análise econômica do capitalismo e sua exploração e, com efeito, nada teriam a ver com a organização do campo de luta política anticapitalista.

É preciso buscar compreender por que o modo de produção inaugurado pelo capitalismo, destinado a acumulação de capital, promove também uma nova divisão do trabalho que é uma divisão sexual, apartando a produção da reprodução e confinando majoritariamente um contingente populacional ao trabalho dito improdutivo utilizando-se dos marcadores de gênero e raça. Como tal distinção é necessária para maior exploração? Essa é uma das perguntas que o feminismo marxista desenvolvido a partir da década de 1970 vai tentar responder.

A análise reducionista e economicista do capitalismo produz efeitos desastrosos para a organização da luta política até hoje, especialmente, em lugares como o Brasil onde as contradições de gênero, raça e classe se amalgamam de tal modo que não é possível compreendê-las separadamente.

É preciso entender que a análise realizada por Marx em *O Capital* tem um caráter inacabado, e embora não tenha tratado de temas específicos como Estado, democracia e questão da emancipação das mulheres, é um caminho potencial aberto para investigação. A partir da década de 1970, momento considerado como crise do

¹⁷⁸ Engels em carta de 21/22 de setembro de 1890 a Joseph Bloch escreve: “Segundo a concepção materialista da história, o fator que em **última instância**, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o **único** fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma**, como fator preponderante.” (grifos do autor. ENGELS, Friedrich. Engels a Bloch. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Volume 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 284).

marxismo é também o momento de aparecimento de novas análises com o revigoramento das potencialidades presentes no pensamento do Mouro, no sentido de, a partir dele, estender, criar, ir em lugares e questões que não foram profundamente abordadas por ele. Esse momento chamado de crise do marxismo, se olhado a partir de outras lentes, pode ser entendido como início de um processo de revitalização teórica com a criação de novos modos de colocar o problema da formação social capitalista. É este campo que renova e amplia as análises feitas por Marx e Engels na tentativa de elaborar no campo teórico compreensões e explicações acerca do complexo emaranhado de desigualdades e opressões que constituem, mantêm e são desenvolvidas na formação social capitalista que nos interessa investigar nesta pesquisa.

O ambiente político que se configura no final da década de 1960 propicia a eclosão da renovação teórica do marxismo em razão da emergência no campo das lutas de “novos” agentes políticos mais abrangentes do que a figura do proletariado tradicional – constituído por homens e mulheres explorados nas fábricas – configurando um tipo de luta de classes também mais abrangente do que a luta de classes tradicionalmente pensada no século XIX. Se está em disputa uma luta contra a exploração econômica, necessariamente também está em disputa a condição racializada e sexualizada do tipo de organização social que se pretende combater. Em suma, as lutas que afloram no final dos anos 1960 colocam as desigualdades de gênero e raça como prioridade para definição das estratégias políticas, nas análises e nos ideais que orientam os combates por justiça social: os processos de libertação dos países africanos e a disputa pela reconfiguração destas sociedades; maio de 1968 em Paris, operáismo italiano, luta do movimento negro pelos direitos civis nos Estados Unidos e uma multiplicidade de vertentes feministas.

No campo do feminismo surge o chamado *Movimento pela libertação das mulheres* (Women’s Liberation Movement), integrado por múltiplas vertentes designadas como feminismo radical, feminismo liberal e feminismo socialista ou feminismo marxista. Composto por uma geração nascida no pós-Segunda Guerra Mundial, tais mulheres são filhas de um processo histórico social de reorganização do capitalismo no qual os tradicionais papéis e funções atribuídas às mulheres, tais sejam, as de esposas e mães, confinadas ao ambiente doméstico e aos cuidados com a família são reafirmados para reconstrução das sociedades. É também um momento histórico no qual a conquista de direitos políticos foi alcançada, mas tal

conquista abriu espaço para a percepção de que a igualdade formal, relativa ao direito ao voto, não sanou o problema da desigualdade e das hierarquias sociais nas quais as mulheres estão inseridas.

Deste modo, essas múltiplas vertentes trouxeram para o centro do debate feminista a análise da família como *locus* de expressão da desigualdade social e das opressões vividas pelas mulheres e os esforços para compreensão de como esse lugar se relaciona ou integra de modo estruturante a organização social capitalista.

Por volta de 1967, surgem na Inglaterra e nos Estados Unidos os primeiros grupos no movimento que em poucos anos irá se alastrar para quase todas as democracias liberais do Norte Global com exceção da Islândia, Austrália e Suíça.¹⁷⁹

O movimento foi constituído por mulheres que muitas vezes integravam outros movimentos de libertação como o movimento negro, o movimento anticolonial, antiguerra, os movimentos estudantis e o movimento marxista tradicional que, no entanto, não encontravam espaço para tratar das questões relativas às mulheres.

Em meio ao impulso libertário da época, o movimento de libertação das mulheres afirmava que a criação de uma nova ordem deveria passar necessariamente por uma transformação da condição social das mulheres, trazendo para a discussão política questões como a divisão sexual do trabalho, a violência física, sexual e moral à qual as mulheres estão submetidas, os direitos reprodutivos e a luta pela descriminalização do aborto, os debates sobre trabalho doméstico e oportunidades no mercado de trabalho, dentre outras. Até então, tais questões eram entendidas como questões privadas e desconectadas da política, relativas às relações individuais entre homem e mulher e muitas vezes não encontravam eco nos outros movimentos. Foi, portanto, a falta de espaço no interior dos movimentos mais amplos que forçou a criação das organizações independentes e autônomas das mulheres. Organizações não centralizadas e não hierarquizadas, mas uma rede de cooperação e mobilização, baseada nas experiências vividas pelas mulheres.

A partir da criação dessas redes, as mulheres perceberam e compreenderam que suas experiências privadas eram compartilhadas, ultrapassando o âmbito

¹⁷⁹ FRANCISCO, Carla da Cunha. *O que pode o encontro entre o feminismo e o marxismo? A exploração das mulheres na reprodução do capital e suas resistências*. Rio de Janeiro, 2016. 184f. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

peçoal. Eram experiências disseminadas por todo tecido social. Elas se deram conta de que o pessoal e singular era, na verdade, político e social.

Para Nancy Fraser, esse momento do feminismo foi responsável por alargar o âmbito daquilo que se entendia como injustiça apenas econômica, desvendando injustiças localizadas em outros lugares como na família, na vida cotidiana e, também, nas práticas sociais e políticas amplamente difundidas:

As feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados, como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres, elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também hierarquias de status e assimetrias do poder político.¹⁸⁰

Com isso, surge o slogan “O pessoal é político” que coloca em xeque a tradicional separação entre o público e o privado, evidenciando a condição das mulheres dentro da família, demonstrando que o *ethos* de dominação masculina que prevalece no público é o regente das relações privadas entendidas como local de violência e desigualdades que são deixadas de fora do debate político, da intervenção jurídica e das discussões sobre justiça, igualdade, democracia.

“O pessoal é político” foi um ponto de partida comum no movimento de libertação das mulheres, no entanto, duas vertentes divergentes se consolidaram dentro do movimento que se distinguiram em relação ao papel das questões das mulheres no processo de mudança social e as orientações estratégicas para luta política.

Uma delas foi o chamado feminismo radical que identificou o patriarcado como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres como causa de todas as opressões, devendo ser combatido em si mesmo, considerava os homens de todas as épocas como opressores, compreendendo, assim, o patriarcado como um sistema universal e a-histórico. Com isso, as condições materiais e os processos históricos que possibilitaram o surgimento do capitalismo são abstraídos para afirmar uma persistente e inalterada dominação masculina inclusive em sociedades originárias nas Américas pré-colonização e em comunidades africanas pré-invasão. Tomando o homem como o inimigo a ser combatido, o feminismo radical desconsidera a possibilidade de composição de classe entre homens e mulheres explorados pelo

¹⁸⁰ FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Tradução: Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 31 e 32.

capital, bem como desconsidera a histórica luta de mulheres e homens negros unidos pela liberdade e contra o racismo e a exploração.

A outra vertente que se consolida neste momento é a do feminismo marxista que, filiado ao método materialista histórico, não admite o patriarcado como um sistema de dominação universal e a-histórico, mas, pelo contrário, considera o patriarcado como um sistema de dominação que é profundamente transformado com o advento do capitalismo, produzindo uma configuração social original, na qual as mulheres nunca estiveram em pior situação. Esta vertente vai se dedicar a estudar as relações entre o patriarcado e o capitalismo, sustentando que existe entre eles uma relação necessária, ampliando o campo da luta política na qual a luta contra a opressão das mulheres é integrante fundamental da luta anticapitalista. O feminismo marxista inaugurado no período se pergunta se o marxismo seria uma teoria válida para explicar a opressão às mulheres e conseqüentemente oferecer elementos norteadores para uma luta política renovada.

4.1

O feminismo marxista de Silvia Federici

Inicialmente vinculada à Campanha Internacional de Salários para o trabalho doméstico, ao lado de Mariarosa Dalla Costa e Selma James, Silvia Federici prosseguiu o seu trabalho de investigação culminando na publicação do livro *Calibã e a Bruxa* em 2004. Neste livro, Federici põe o problema da condição social das mulheres sem perder de vista a realização de uma análise do capitalismo, vinculando necessariamente ambas as questões. Diferentemente da vertente do feminismo radical que se concentra na questão da subordinação das mulheres como uma opressão em si a ser denunciada e combatida, Federici demonstra como esta forma de opressão não pode existir em si mesma, sem uma base material, nem pode ser compreendida sem uma análise da formação do capitalismo e como a condição desigual e subordinada das mulheres se modifica no conjunto das transformações sociais, políticas e econômicas que resultam na sociedade capitalista, historicizando, portanto, o patriarcado.

A partir de suas análises, é possível compreender como e por que a desigualdade entre os sexos opera na sociedade de classes: i. constituindo as classes econômicas; ii. fornecendo os contornos que o Estado e as instituições modernas assumiram. Seu pensamento nos auxilia na elaboração de um conceito de classe

mais amplo, demonstrando o equívoco tanto da desconsideração da questão das mulheres do problema da política, quanto a desvinculação da questão do problema do capitalismo. Ao demonstrar como a desigualdade entre os sexos está entrelaçada e é constituinte da desigualdade econômica, expõe a complexidade das contradições que constituem e sustentam o capitalismo e, com efeito, aponta como a luta de combate ao capitalismo deve, necessariamente, comportar igualmente uma luta que atente às desigualdades de gênero e raça, ou seja, como lutas necessariamente vinculadas e fadadas ao fracasso se empreendidas de maneira fragmentada.

Além disso, compreender a formação do capitalismo integrando as funções que as desigualdades de gênero e raça desempenham, nos possibilita analisar a forma que o Estado moderno assume, assegurando a permanência dessas desigualdades no campo social. Esta forma estatal que mantém as hierarquias sociais e suas múltiplas contradições servem tanto ao capitalismo quanto são índices do grau democrático, o que nos leva a indagar e investigar se a luta no campo institucional, notadamente, pela conquista e manutenção dos direitos embora tenha seus limites, não implica uma transformação social até o ponto em que o estabelecimento das hierarquizações não seja mais possível.

Duas experiências políticas terão influência fundamental para o pensamento de Silvia Federici. A primeira foi o operaísmo e a obra de Mario Tronti *Operai e Capitale* (1966). Com eles, Federici e outras companheiras de luta como Mariarosa Dalla Costa, Leopoldina Fortunati e Selma James – com as quais fundará o Coletivo Feminista Internacional e a Campanha Internacional Salário para o trabalho doméstico em 1972 – aprenderão a analisar a relação entre capital-trabalho a partir da perspectiva da classe trabalhadora considerando, tal como proposto por Tronti, a formação da classe trabalhadora como pressuposto do capital, bem como as lutas engendradas pela classe trabalhadora como pontos sobre os quais o capital atua, captura e se regenera: “Nós vimos primeiro o desenvolvimento capitalista, depois as lutas operárias. É um erro. Cumprir inverter o problema, mudar o sinal, recomeçar do princípio e o princípio é a luta de classe operária.”¹⁸¹

O movimento operaísta colocou o problema em novos termos e propôs a reformulação das noções de trabalho e proletário ao voltar-se para organização da classe operária, buscando compreender os pontos de fraqueza organizacional que

¹⁸¹ TRONTI, Mario. Lênin na Inglaterra. Tradução: Homero Santiago. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. V.2, n. 29, pp. 158-163, 2016, p. 158.

permitiriam ao capital aprofundar a divisão e a derrotar. A análise realizada pelos operaístas implicou na identificação de uma fissura na classe trabalhadora: a realização do trabalho material e imaterial. Nela o capital atua dividindo a classe e hierarquizando-a por meio do salário. Esta perspectiva foi promissora para Federici, Dalla Costa e Fortunati e a partir dela, essas pensadoras vão afirmar que existe outra fissura ainda mais longínqua que divide a classe trabalhadora desde a origem: a divisão entre o trabalho produtivo e o trabalho doméstico, no qual o salário e a ausência dele funciona igualmente como instrumento político, mas neste caso, a divisão é baseada no fator sexual, sendo esta, portanto, a causa da opressão das mulheres no capitalismo.

Outra noção retida dos operaístas é a de *fábrica social* – que afirma que na medida em que o capitalismo se torna hegemônico ocorre o rompimento da segregação entre fábrica e sociedade e todas as relações sociais se transformam em relações de produção. As feministas operaístas estendem essa noção para postular que as relações de produção começam dentro da casa, por meio do trabalho doméstico realizado pelas mulheres. Nas palavras de Federici:

Igualmente importante para o desenvolvimento da nossa perspectiva foi o conceito operaísta de “fábrica social”. Isso se traduziu na teoria de Mario Tronti em *Operai e Capitale* [Trabalhadores e capital] (1966), segundo a qual, a partir de uma certa fase de desenvolvimento capitalista, as relações capitalistas tornam-se tão hegemônicas que toda relação social é subsumida pelo capital e a distinção entre sociedade e fábrica entra em colapso, e então a sociedade converte-se em fábrica e as relações sociais *tornam-se diretamente relações de produção*. Tronti se referia à crescente reorganização do “território” como um espaço social estruturado em função das necessidades da produção fabril e da acumulação de capital. Entretanto, para nós, logo ficou claro que o circuito da produção capitalista e a “fábrica social” produzida por ele começavam e estavam centrados, acima de tudo, na cozinha, no quarto, na casa (na medida em que esses eram os centros de produção da força de trabalho), e a partir daí mudaram-se para a fábrica, passando pela escola, pelo escritório, pelo laboratório.¹⁸² (grifos da autora)

A segunda experiência política determinante para formação de Federici foi a sua mudança para os Estados Unidos em 1967. Ela estudou na Universidade de Buffalo, um campus muito ativo, próximo à fronteira com o Canadá, local de passagem de muitos ativistas contra a guerra do Vietnã. Federici aprendeu sobre

¹⁸² FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019, p. 25.

imperialismo, legado do racismo e da escravidão e presenciou a formação do movimento negro que coloca com clareza que, nas sociedades com passado colonial e escravista, as classes não são apenas constituídas pelos marcadores econômicos e sexuais, mas também, e de maneira decisiva, pelo *fator racial*.

Precedendo a criação da Campanha Internacional Salário para o trabalho doméstico, Federici verá o movimento pelos direitos civis questionar a forma Estado e as suas instituições que, determinadas pelo capital, propagam e perpetuam hierarquias sociais constituídas pela raça ao negar direitos à população negra, direcionando a ela a violência socialmente legitimada pela atuação da polícia e a política de encarceramento. Presencia a mobilização de mães, lideradas por mulheres afro-americanas, reivindicarem do Estado um salário pelo cuidado e educação das crianças.¹⁸³

Em ambos os movimentos, cada um com as suas singularidades, as desigualdades de gênero, raça e classe estão comungadas e o problema da articulação política dessas lutas se configura como problema teórico: qual a relação entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo? Embora por todos os lados ecoasse a crise do marxismo, o referencial teórico deixado por Marx ainda era, no momento da organização dessas lutas, o paradigma incontornável.

Silvia Federici se volta, então, para o arcabouço teórico deixado por Marx para inserir a perspectiva das mulheres na análise e compreender como e por que a opressão às mulheres é um dos elementos constitutivos da organização social capitalista. Trata-se de uma revitalização das análises do capitalismo histórico e um esforço para compreender por que nesta formação social as mulheres são mantidas em desigualdades. Federici busca apreender os mecanismos de formação e sustentação do capitalismo sem concentrar-se na “questão da mulher” e sem perder de vista a exploração de classe, tendo como problema explicar como a configuração da contradição fundamental capital-trabalho se estabeleceu por meio das hierarquizações de gênero e raça. Ao fazer isso, trata-se também de pensar a formação e o papel do Estado e dos direitos nessa organização social constituída por múltiplas contradições.

¹⁸³ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

4.2

Debate sobre o trabalho doméstico

A tradição socialista entendia que a opressão das mulheres estava centralizada no fato de elas estarem alijadas do modo de produção. Assim, como visto no Capítulo 3, a solução encaminhada pelo governo revolucionário russo centrou-se em promover a libertação das mulheres das tarefas domésticas, consideradas as mais improdutivas e embrutecedoras, para que elas pudessem ingressar no sistema produtivo assalariado. Entendia-se que a proletarização das mulheres fazia parte do processo revolucionário e que apenas tornando-se proletárias as mulheres tornar-se-iam revolucionárias. O debate desenvolvido na década de 1970 por Federici, Dalla Costa e James coloca o problema em termos absolutamente distintos. Trata-se de uma reformulação das noções de trabalho e de proletariado.

No seio do movimento operaísta se desenrolava a tarefa de descobrir a fraqueza operacional e os mecanismos pelos quais o capital divide a classe trabalhadora, permitindo separar as frações de classe com mais poder daquelas com menos poder, levando em conta que a partir dessas estratificações o capital incide aprofundando as divisões por meio do salário que não possui, portanto, uma função apenas econômica, mas também política.

A perspectiva operaísta estava interessada em descobrir os mecanismos de divisão da classe trabalhadora. A partir desse pressuposto, as feministas operaístas autônomas postularão que a divisão sexual do trabalho que relega as mulheres ao trabalho no lar é um dos instrumentos fundamentais da divisão de classe e, além disso, que as mulheres são responsáveis pela realização de um trabalho imprescindível ao capital que é a produção da força de trabalho. Para elas, é esta divisão fundamental da classe a origem da opressão das mulheres na organização social capitalista e é esta condição desigual que mantém o funcionamento do sistema. Com isso, as operaístas estendem a noção de trabalho para aquele que é realizado fora das relações de produção e a noção de proletariado para além daquele inserido nas relações de assalariamento para considerar as tarefas domésticas como funções de trabalho e a dona de casa como integrante da classe trabalhadora.

Para Mariarosa Dalla Costa, na medida em que o capital recrutou o homem, transformando-o em trabalhador assalariado, criou-se uma fratura entre ele e todos os outros proletários sem salário que, ao não participarem diretamente da produção

social foram considerados incapazes de serem sujeitos de revolta social. Dividindo a classe em razão do fator sexual, o capital oculta a exploração dos não assalariados como se estes também não estivessem inseridos na totalidade fazendo parecer que o homem é o beneficiário do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. A relação de exploração entre o capital e as mulheres fica então obscurecida, abstraída, como se tratasse apenas de uma relação de opressão individualizada homem-mulher.

Ao postular as tarefas domésticas como trabalho não remunerado explorado pelo capital Federici, Dalla Costa e Fortunati pretenderam: 1. Desmascarar o processo de naturalização que o trabalho reservado às mulheres na organização social capitalista sofreu, em razão da sua condição não remunerada; 2. Argumentar que o trabalho doméstico é o pressuposto do modo de produção capitalista; 3. Demonstrar como o gênero estrutura um mecanismo de divisão da classe trabalhadora, enfraquecendo-a, servindo, portanto, ao capital; 4. Analisar como a organização social capitalista é estruturada necessariamente pela desigualdade de gênero; 5. Levar o capital a um ponto de estrangulamento, uma vez que pela própria lógica do modo de produção, o trabalho realizado para manutenção da reprodução precisa ser trabalho não pago, visto que seu valor é incomensurável, ele é pressuposto da produção.

Uma das implicações estratégicas da teoria formulada por Federici, Dalla Costa, Fortunati e James no período foi a demanda por salários para o trabalho doméstico, o que conferiu a elas inúmeras críticas. Duvidou-se do caráter revolucionário da teoria, como se ela pudesse ser reduzida a uma demanda meramente econômica e como se, ao contrário do pretendido, ela servisse para confinar as mulheres a essas funções. Nada mais equivocado. Antes de qualquer coisa, as autoras pretendiam demonstrar que as tarefas desempenhadas dentro do lar, compreendidas historicamente como tarefas decorrentes da natureza feminina, nada mais eram do que funções de trabalho produzidas socialmente, atribuídas às mulheres em decorrência da divisão sexual do trabalho, constitutiva da organização social capitalista. Responsáveis pela produção e reprodução da força de trabalho, as mulheres seriam exploradas pelo capitalismo justamente porque tais tarefas não são socialmente reconhecidas como trabalho. A ausência de salário é requisito fundamental para a abstração dessa contradição, se tornando também um obstáculo para composição da classe trabalhadora.

Para Federici, compreender a perspectiva política do salário era um pressuposto para desmistificar e subverter o papel ao qual as mulheres têm sido confinadas na sociedade capitalista. Para ela:

O trabalho doméstico tem sido imposto às mulheres e foi transformado em atributo natural da psique e da personalidade femininas. [...] o trabalho doméstico foi transformado em atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado.¹⁸⁴

Desmascarar as tarefas domésticas como trabalho seria o primeiro passo para que as mulheres pudessem se rebelar contra ele e assim buscar uma transformação nas relações familiares e sociais. Ao direcionar a demanda por salários ao Estado, o movimento pretendia uma transformação da forma Estado em desfavor do capital.

Para Federici, demandar salários para o trabalho doméstico implicaria em uma recusa deste trabalho como uma expressão da natureza feminina e uma recusa do papel que o capital designou para as mulheres. Diferentemente de uma conformação a este trabalho, demandar salários para o trabalho doméstico seria uma afirmação de que as mulheres nunca estiveram fora do domínio do capital. Assim, a demanda se converteria em luta para reestabelecimento dos laços de solidariedade dentro da classe trabalhadora. Por fim, essa seria uma luta que força o capital a reestruturar as relações sociais em termos mais favoráveis à unidade da classe trabalhadora.¹⁸⁵

Apesar das suas contribuições, o debate sobre o trabalho doméstico arrefeceu no final da década de 1970. A teoria apresentou limites e contradições ao postular que o trabalho doméstico constituía um modo de produção criador de mais-valia indireta, o que foi rechaçado pelo campo marxista como incompatível com a análise teórica produzida por Marx, levando o campo de investigação feminista a se distanciar do corpo teórico marxiano, sob alegação de que feminismo e marxismo seriam incompatíveis, devendo este último ser abandonado.

Além disso, o debate sobre o trabalho doméstico perdeu capilaridade no campo das lutas daquele momento histórico, vindo a ser novamente discutido

¹⁸⁴ FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019, p. 42.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 47

contemporaneamente pela Teoria da Reprodução Social (TRS) que trataremos adiante.

Será, no entanto, no livro *Calibã e a Bruxa*, resultado de três décadas de pesquisa, que Federici dará um acabamento a sua investigação para demonstrar como e por que a opressão às mulheres foi um dos processos constitutivos do capitalismo, sistema erguido sobre as bases de diferenças sexuais existentes e transformadas para cumprir novas funções sociais.

4.3

A opressão às mulheres na origem do capitalismo

No contexto das discussões da década de 1970, o estudo visava a contribuir para o entendimento sobre a relação entre capitalismo e patriarcado. Ao demonstrar que se trata de processos indissociáveis e que as raízes da opressão às mulheres encontram fundamento e desenvolvimento no bojo do modo de funcionamento do capitalismo, a discussão travada por Federici pretendeu ter como consequência lógica a ideia de que a luta contra a opressão de gênero não poderia ser travada fora da luta de classes.

A autora tinha como objetivo construir um arcabouço teórico explicativo sobre a relação entre o modo reprodutivo e o modo produtivo como integrante da totalidade do sistema, de maneira que as mulheres confinadas à esfera da reprodução não poderiam ser entendidas fora das relações capitalistas e consequentemente, deveriam ser igualmente compreendidas como trabalhadoras.

No âmbito das discussões sobre a natureza do trabalho doméstico estava presente uma recusa em aceitar que a emancipação das mulheres se daria pelo ingresso no trabalho produtivo, medida tradicionalmente engendrada pelo campo socialista com base no entendimento perpetrado por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e promovida pelo governo revolucionário russo.

Federici argumentou que o confinamento das mulheres no espaço reprodutivo ou privado, longe de ser um resquício de uma forma de relação entre os sexos historicamente anterior ao capitalismo era um dos seus pilares, pois é o trabalho reprodutivo não remunerado que garante a produção da força de trabalho. Nas palavras da autora: “a tarefa que *Calibã e a Bruxa* se propôs a realizar foi a de

escrever a história esquecida das “mulheres” e da reprodução na “transição” para o capitalismo”¹⁸⁶.

Neste livro, Federici analisa e demonstra como a caça às bruxas ocorrida entre os séculos XV e XVII foi um dos processos fundamentais para as transformações sociais que prepararam o advento do capitalismo e como ela foi responsável pela ascensão da família nuclear e pelo desenho institucional que os Estados modernos adotaram de modo a assegurar o confinamento das mulheres no lugar e nas funções reprodutivas, garantindo o fornecimento da mão de obra indispensável para o funcionamento do sistema.

Com base no trabalho de Mariarosa Dalla Costa e Selma James, *O poder das mulheres e a subversão da comunidade* (1972) que sustentava que a divisão sexual do trabalho e o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres era o fundamento da exploração feminina no capitalismo, Federici busca ultrapassar a dicotomia entre classe e patriarcado, conferindo a este um conteúdo histórico específico e imbricado com a formação das classes sob o capitalismo, pois:

Se na sociedade capitalista a “feminilidade” foi construída como função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico a história das mulheres é a história das classes.¹⁸⁷

Federici retoma os processos da acumulação primitiva do capital para, diferentemente da análise promovida por Marx, olhar esses processos sob a perspectiva das mulheres e verificar as transformações promovidas no âmbito da reprodução. Assim, Federici argumenta que durante esses processos foi possível inaugurar: 1. Uma nova divisão sexual do trabalho; 2. Uma nova ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e sua subordinação aos homens; 3. A transformação dos corpos das mulheres em uma máquina de reprodução da mão de obra. Com isso, Federici pretendeu demonstrar que a acumulação primitiva não foi apenas uma acumulação de capital e trabalho, mas também uma acumulação de diferenças e hierarquizações dentro da classe trabalhadora determinadas pelo gênero e pela raça.

Ao analisar a caça às bruxas e inseri-la como um dos processos da acumulação primitiva de capital, Federici demonstra como o lugar e as funções das

¹⁸⁶ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 12.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 31.

mulheres foram construídas socialmente por meio da violência e da intervenção estatal.

4.4

A presença das mulheres nos levantes populares

Para Federici, só podemos compreender o advento da caça às bruxas se antes analisarmos o papel das mulheres na sociedade feudal. Para ela, os processos da acumulação primitiva se iniciaram como contraofensiva aos levantes populares cada vez mais crescentes no momento de crise do feudalismo. Nesses levantes, a presença e o papel das mulheres eram fundamentais. Diz ela:

É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência de raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal.¹⁸⁸

Na ordem social feudal, Federici sublinha que as mulheres tinham acesso à terra e aos meios de subsistência e a divisão sexual do trabalho era menos pronunciada, uma vez que todos os membros do núcleo familiar estavam envolvidos no trabalho produtivo e reprodutivo, ambos destinados à subsistência. Havia solidariedade de classe entre homens e mulheres, ambos defensores do modo de vida comunal. Nesse modo de produção, o trabalho das mulheres não era desvalorizado e não se sustentava sob as bases de uma relação social hierarquizada entre os sexos.

Nesse contexto, a caça às bruxas aparece como poderoso instrumento de segregação da classe trabalhadora feudal, ao disseminar no seio social uma política de perseguição e morte que propagava o medo e o ódio contra as mulheres.

Para a autora, a caça às bruxas foi um ataque à resistência que as mulheres apresentavam diante das transformações engendradas pela expropriação das terras, ou seja, contra a difusão das relações capitalistas. Sem a violenta subjugação das mulheres e a construção de uma nova ordem patriarcal a acumulação da mão de obra não seria possível, visto que o alvo das perseguições eram as condutas sexuais e o controle reprodutivo exercido pelas mulheres, por meio de práticas antes aceitáveis como utilização de métodos contraceptivos, abortivos e mesmo o infanticídio. Com a caça às bruxas “os corpos das mulheres, seu trabalho e seus

¹⁸⁸ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 45.

poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob controle do Estado e transformados em recursos econômicos.”¹⁸⁹

A caça às bruxas destruiu os métodos que as mulheres utilizavam para controle da procriação e institucionalizou o controle pelo Estado, pré-requisito necessário para colocar a reprodução a serviço do nascente modo capitalista. Federici ressalta que o período de perseguição às mulheres é concomitante a uma grave crise demográfica que atinge a Europa e as Américas no final do século XVI e início do século XVII, o que levou os Estados a adotarem as primeiras medidas de controle populacional, transformando a reprodução em assunto de Estado e o Estado como agente ativo no processo de acumulação de capital. Além da intensificação da caça às bruxas, foram criadas leis que incentivavam os casamentos e penalizavam o celibato e todos os estados europeus adotaram penas mais severas contra os chamados crimes reprodutivos, marcando uma intervenção ativa na sexualidade e na procriação.

Como defende Maria Mies, esses processos que criminalizavam as mulheres pelas práticas autônomas do controle da natalidade foram responsáveis pela “naturalização” da função reprodutiva, como se as mulheres não tivessem agência sobre essa função e como se não fosse uma atividade historicamente determinada e atravessada por relações de poder. Nas palavras de Federici:

As mudanças na procriação e na população estão tão longe de ser automáticas ou “naturais” que em todas as fases do desenvolvimento capitalista, o Estado teve que recorrer à regulação e à coerção para expandir ou reduzir a força de trabalho. Isso era especialmente verdade no momento em que o capitalismo estava decolando, quando os músculos e os ossos dos trabalhadores eram os principais meios de produção. Mas mesmo depois – e até o presente, - o Estado não poupou esforços na tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer.¹⁹⁰

A criminalização do controle reprodutivo exercido pelas mulheres produziu impactos tanto sobre as mulheres que foram socialmente degradadas quanto sobre a organização capitalista do trabalho. Este processo de subordinação está associado ao processo de separação das esferas produtiva e reprodutiva, sustentado por relações sociais sexualmente diferenciadas. Com a extinção da produção destinada

¹⁸⁹ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 305.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 180.

à subsistência e a implantação da produção de mercadorias definida como atividade criadora de valor, a reprodução passou a ser considerada sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada trabalho. Com isso, a função que a reprodução passou a ser controlada social e politicamente pelos Estados, ao mesmo tempo que se tornou invisível e foi naturalizada com base biológica como função das mulheres. Segundo Federici:

Essas mudanças históricas – que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres.¹⁹¹

Além disso, com a separação entre produção e reprodução o capitalismo fundou uma divisão dentro da classe trabalhadora baseada no sexo, criando “uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que diferente deles, quase não tinham acesso aos salários.”¹⁹²

Joan Scott em *A mulher trabalhadora* demonstra como, no século XIX a questão da mulher e do trabalho foi debatida em termos de oposição entre o lar e o trabalho, maternidade e salário, feminilidade e produtividade. Entendia-se que se a mulher se tornasse trabalhadora, deixaria de ser mulher; que o salário dos homens era destinado à manutenção da família; que as funções ocupadas pelas mulheres na esfera produtiva deveriam ser compatíveis com suas funções “naturais” desempenhadas dentro do lar e, assim, colocava-se o trabalho das mulheres na base hierárquica do trabalho e seu salário, entendido como um suplemento da renda familiar, era fixado abaixo do nível básico de subsistência. Desta forma, “a identificação do trabalho feminino com certo tipo de trabalho e como mão de obra barata foi formalizada e institucionalizada de várias maneiras no século XIX.”¹⁹³

Tal divisão sexual do trabalho era fundamentada pelo discurso médico, científico, filosófico, legal e estatístico que tomava como fato “natural” o lugar das mulheres na reprodução e pelas práticas empregatícias que segregavam por sexo o

¹⁹¹ FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, pp. 145 e 146.

¹⁹² *Ibidem*, p. 146.

¹⁹³ SCOTT, Joan. *A mulher trabalhadora*. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 4: O Século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, p. 454.

trabalho das mulheres sob o pressuposto de que as mulheres eram mais baratas e menos produtivas do que os homens.

Ao analisar o advento da caça às bruxas e inseri-lo nos processos de acumulação primitiva do capital, Federici demonstra, portanto, como foi necessário para que o capitalismo se instaurasse como novo modo de organização social, a transformação da condição das mulheres e a sua subjugação ao modo reprodutivo, cujo papel principal será o fornecimento da força de trabalho de modo regulado e disciplinado pelo Estado a serviço da acumulação de capital.

Assim, a luta das mulheres contra a sua condição subordinada não se trata de uma luta isolada ou contingente em relação ao modo de organização capitalista, mas uma luta que atravessa aquilo que o constitui e o sustenta estruturalmente.

4.5

Rumo a uma Teoria Unitária – Teoria da Reprodução Social

Em 1979, Heidi Hartmann publicou o muito citado artigo *Unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union* [Casamento infeliz do marxismo e feminismo: em direção a uma união mais progressista] no qual argumenta que o casamento entre o marxismo e o feminismo não fora bem-sucedido, tendo resultado em uma sobreposição do marxismo e sendo este cego ao sexo, a análise feminista do patriarcado merecia autonomia para elucidar as relações histórico materiais desenvolvidas entre os sexos.

Para a autora, o feminismo marxista, até então, não havia dado respostas satisfatórias para explicar as relações de dominação, hierarquia e exploração estabelecidas entre os homens e as mulheres, mas sim as relações entre as mulheres e o capital. Considerando que a teoria do patriarcado – teoria propriamente dita da relação entre homens e mulheres – careceria de bases materiais, um campo teórico deveria ser desenvolvido com uma combinação mais progressista entre o marxismo e o feminismo para dar conta da situação das mulheres na sociedade capitalista patriarcal.

A autora pleiteava, portanto, uma autonomia e um entrelaçamento entre o capitalismo e o patriarcado, afirmando que apenas uma teoria do patriarcado seria capaz de explicar por que as mulheres são alocadas no espaço e nas funções privadas, por que recebem menos e por que os homens, e não apenas o capital, são beneficiários diretos dos trabalhos não remunerados realizados pelas mulheres.

Seria necessário, portanto, a partir da combinação dos dois sistemas, desenvolver novas categorias analíticas. Hartmann defende, por fim, uma aliança política entre as feministas e os marxistas para uma luta em duas frentes: contra o patriarcado e contra o capitalismo. Com este artigo, Hartmann inaugura a *Teoria dos sistemas duplos*.

Uma das críticas que se coloca a esta Teoria é como seria possível a solidariedade de classe contra o capitalismo se homens e mulheres estão também divididos em classes antagônicas? Há, nessa teoria, a pressuposição de que todas as mulheres, independentemente da classe e raça, teriam interesses compartilhados, bem como todos os homens estariam em acordo para dominar e explorar as mulheres, o que historicamente não se confirma se pensarmos, por exemplo, nas lutas travadas pela população negra desde a luta pela abolição da escravidão até as lutas atuais ou na própria luta histórica do feminismo que foi muitas vezes cego à classe e à raça.

Em suma, se admitirmos homens e mulheres como classes em conflito, onde os homens aparecem como exploradores e as mulheres como exploradas, estaríamos diante de um antagonismo irreconciliável. Cizia Arruzza defende que, embora os homens possam tirar vantagens do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres dentro do lar isso, no entanto, não os torna expropriadores de algum excedente, sendo certo que eles não teriam nada a perder se as tarefas realizadas de modo privado e não remunerado pelas mulheres fossem socializadas.¹⁹⁴

bell hooks também critica uma teoria autônoma do patriarcado argumentando que, embora a solidariedade entre as mulheres seja fundamental, ela não deve basear-se na suposição de uma opressão comum e na condição supostamente compartilhada de vítima. Para hooks, esta condição de vítima é oriunda da ideologia supremacista masculina que concebe todas as mulheres como naturalmente inferiores e, na prática, a condição de vítima não é a realidade da maioria das mulheres negras.

Ainda para a autora, a condição de vítima e a causa única da opressão – o patriarcado – possibilitariam a abdicação “de qualquer responsabilidade pela manutenção e perpetuação do sexismo, do racismo e do classismo” uma vez que “não colocavam o desafio de examinar suas próprias atitudes sexistas perante outras

¹⁹⁴ ARRUZZA, Cízia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Tradução: Camila Mascaro de Góes. *Revista Outubro*, nº 23, 1º semestre de 2015

mulheres, nem de explorar o modo como a raça e os privilégios de classe interferem em suas relações com mulheres de raça e classe social distintas”.¹⁹⁵

Outro problema presente na *Teoria dos sistemas duplos* seria a a-historicidade do patriarcado. Concebido como categoria autônoma de análise, a teoria deixaria de explicar como o patriarcado se perpetua sem base material e, por conseguinte, como poderia ser ultrapassado de modo concreto e não idealista.

Por fim, resta sem explicação como os sistemas se relacionam e se implicam reciprocamente. Para Cinzia Arruzza, a definição dessa relação em termos consubstanciais, como defendido por Danièle Kergoat, é uma imagem descritiva e não explicativa, permanecendo a “santa aliança” entre patriarcado e capitalismo como um mistério.¹⁹⁶

Assim, diante das insuficiências da *Teoria dos sistemas duplos ou triplos*, caso se inclua a raça na análise, para Rhaysa Ruas, os resultados práticos são desastrosos para a luta anticapitalista, pois por meio desta Teoria e a do *capitalismo indiferente* defendida por Ellen Woods sustentou-se:

a contínua naturalização da competição, da produção de diferenças e da fragmentação da classe trabalhadora; a interdição do debate e da solidariedade entre trabalhadores de gênero e raças diferentes; a invisibilização de especificidades que levavam ao reforço da condição de subalternização (exploração e dominação) de mulheres e pessoas não brancas; a não identificação de pautas comuns de lutas por diferentes setores da classe trabalhadora, minimizando horizontes emancipatórios universais.¹⁹⁷

Tendo em vista os prejuízos acarretados por uma base teórica que não consegue explicar a imbricação entre capitalismo, gênero e raça, em 1981, Iris Young, no artigo *Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory* [Para além do casamento infeliz: uma crítica a teoria dos sistemas duais] argumenta que a *Teoria dos sistemas duplos* não é uma boa alternativa para o infeliz casamento do marxismo com o feminismo e que o projeto do feminismo socialista deveria ser desenvolver uma *Teoria Unitária* a partir dos melhores entendimentos

¹⁹⁵ HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 83.

¹⁹⁶ ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Tradução: Camila Mascaro de Góes. *Revista Outubro*, nº 23, 1º semestre de 2015

¹⁹⁷ FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. Rio de Janeiro, 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 33.

do marxismo e do feminismo para compreender o capitalismo patriarcal como um sistema único no qual a opressão às mulheres é atributo central.

Young defende que o feminismo deve transformar o marxismo para “desenvolver um quadro analítico que contemple as relações sociais materiais de determinada formação social histórica como um sistema em que a diferenciação de gênero é um atributo essencial”¹⁹⁸, uma vez que, se no marxismo tradicional não existe lugar para a análise das relações de gênero, ele é então teoricamente inadequado para pensar as relações de produção, tendo em vista que o trabalho das mulheres ocupa um lugar central em qualquer sistema de produção e que a hierarquia sexual é um elemento crucial em qualquer sistema de dominação.

Desta forma, Young defende que a categoria da divisão do trabalho por gênero é adequada para o desenvolvimento de um materialismo histórico feminista que já está presente na tradição feminista socialista. Por meio desta categoria seria possível compreender as transformações materiais da condição das mulheres sob o capitalismo, sendo este o local da materialidade de sua opressão.

Para a autora, uma análise da divisão do trabalho no capitalismo, que pergunta como o próprio sistema está estruturado de acordo com o gênero, pode dar uma explicação da situação das mulheres sob o capitalismo em função da dinâmica do próprio sistema, no qual a marginalização das mulheres, ou seja, sua atuação

como força de trabalho secundária, é uma característica fundamental do capitalismo, sendo este o primeiro sistema econômico no qual a natureza dita que nem todas as pessoas potencialmente produtivas sejam empregadas. Este sistema

exige que se estabeleçam critérios para distinguir o núcleo de trabalhadores primários e trabalhadores marginais ou secundários. Para tanto, são utilizados os

critérios de gênero, raça e etnia. Young argumenta que a existência de uma ideologia patriarcal aliada à necessidade de que as mulheres cuidem das crianças pequenas determinam que o sexo seja um critério natural para dividir a mão de obra.

Desta forma, para Young, o patriarcado não se configura como um sistema autônomo, mas sim constitutivo do capitalismo, uma vez que em nenhuma outra formação social as mulheres foram tão drasticamente colocadas às margens da

¹⁹⁸ YOUNG, Iris. *Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory*. In: SARGENT, Lydia. *Women and Revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxismo and feminism*. Boston: South End Press, 1981, p. 50.

atividade econômica. Alocadas como força de trabalho secundário, as mulheres têm sido mantidas nesta posição para baratear os salários e dividir a classe trabalhadora.

Com este artigo, é aberto para o feminismo marxista o desafio de desenvolver uma *Teoria Unitária* do capitalismo, com base no aprimoramento das categorias engendradas por Marx e no materialismo histórico, visando estabelecer um solo comum de lutas e reunificar a classe trabalhadora. Para esta vertente, nem o patriarcado é um sistema de opressão e exploração autônomo e distinto, nem o capitalismo é um conjunto de leis puramente econômico, mas sim uma totalidade complexa e articulada da ordem social, constituída por relações de exploração, dominação e alienação.

Em 1983, é publicado o livro *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, de Lise Vogel. Nesse estudo, a autora faz uma revisão do estado da discussão desde os socialistas clássicos até as feministas marxistas do século XX e propõe um retorno ao *Capital* para desenvolver aspectos da teoria marxiana nos quais a opressão às mulheres sob o capitalismo poderia ser explicada. Vogel situa a opressão às mulheres em termos de reprodução social e reprodução da força de trabalho e se indaga como o elemento motriz do capitalismo – a força de trabalho – é produzida e reproduzida? Em *O Capital*, Marx afirma:

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem que ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução.¹⁹⁹

Assim, para responder a pergunta sobre como a força de trabalho é continuamente produzida e reproduzida, Vogel analisa as relações existentes entre a produção do capital e os processos cotidianos de reprodução da vida, realizados, em sua maioria, por meio do trabalho não remunerado das mulheres no âmbito privado, com o objetivo de explicar a posição diferenciada das mulheres no trabalho reprodutivo que engloba a renovação geracional e a manutenção da força de trabalho, incluindo os trabalhadores do passado, presente e futuro.

Diferentemente das autoras vinculadas ao Debate sobre o trabalho doméstico, Vogel não considera a esfera da reprodução como um modo de produção

¹⁹⁹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. Tradução: Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 641

distinto e produtor de valor, mas sim o considera como uma *condição* indispensável para o modo de produção capitalista: sem a reprodução da força de trabalho não há produção de capital, sendo ambas as esferas – produtiva e reprodutiva – integrantes da totalidade social do sistema capitalista. Desta forma, para Vogel, a raiz da opressão das mulheres não se encontra na família, na divisão do trabalho ou em um sistema autônomo de dominação – o patriarcado – mas na *relação* estrutural e necessária estabelecida entre a produção e a reprodução.

Para a autora, a reprodução social total engloba processos necessários contínuos para que a produção possa ocorrer. Dentre outras coisas, a reprodução da força de trabalho, incluindo a reposição geracional e os processos que atendam às necessidades pessoais contínuas dos portadores da força de trabalho se fazem presentes, considerando que os portadores da força de trabalho são mortais e sofrem desgastes e alguns são jovens ou velhos demais para participar da produção. A reprodução da força de trabalho é, portanto, uma condição para a produção, uma vez que recoloca ou repõe a força de trabalho necessária à produção.

Para a autora, no nível da análise abstrata, os processos sociais de substituição e manutenção da força de trabalho não são necessariamente determinados pelo gênero, uma vez que o trabalho de manutenção pode ser socializado ou mercantilizado e os trabalhadores podem ser repostos por processos de migração ou escravização. Porém, no que diz respeito à reposição geracional, o gênero se impõe e a reprodução biológica passa a intervir.

Desta forma, tendo em vista que são os corpos das mulheres os sexualmente aptos a gerar e amamentar os novos portadores da força de trabalho e considerando que durante os períodos de reposição geracional fica potencialmente diminuída a capacidade de trabalhar da mãe, para Vogel é neste ponto que se localiza a opressão às mulheres. Nas palavras da autora:

Gerar filhos ameaça diminuir a contribuição que a mulher da classe subordinada pode dar como produtora direta e como participante do trabalho necessário. [...] mesmo quando uma mulher continua a participar na produção de excedentes, gerar filhos interfere, em alguma medida na apropriação imediata de mais trabalho.²⁰⁰

²⁰⁰ VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo à uma teoria unitária*. Tradução: Equipe de tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha [et.al.]. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 336.

Assim, nas sociedades de classes, as mulheres assumem desproporcionalmente os encargos da reprodução e os homens assumem desproporcionalmente a função de assegurar que os meios de subsistência sejam fornecidos à mulher que gera filhos. Neste ponto encontra-se a fonte da divisão histórica do trabalho de acordo com o sexo que atribui às mulheres e aos homens diferentes papéis no que diz respeito ao trabalho necessário e ao trabalho excedente. Ocorre que, na sociedade capitalista há uma cisão entre a esfera doméstica e o modo de produção público. Tal característica é acompanhada por relações sociais e instituições que legitimam a dominação dos homens sobre as mulheres transformando em opressiva a relação entre a reprodução e a produção. Argumenta a autora:

A forma exata pela qual os homens obtêm mais meios de subsistência do que o necessário para o seu próprio consumo individual varia de sociedade para sociedade, mas o arranjo é normalmente legitimado por sua dominação sobre as mulheres e reforçado por estruturas institucionalizadas da opressão feminina. A classe dominante, a fim de estabilizar a reprodução da força de trabalho, assim como manter a quantidade necessária de trabalho em patamares aceitáveis, incentiva a supremacia masculina dentro da classe explorada.²⁰¹

São as necessidades do capital – a reposição contínua da força de trabalho – que determinam o processo social de como a reposição geracional irá acontecer. Desta forma, ainda que os homens tirem vantagens desse arranjo social, é em nome da classe dominante que tal organização social trabalha. Susan Ferguson e David McNally, em *Capital, força de trabalho e relações de gênero* explicam que:

Não é a biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista.²⁰²

Para elucidar a questão em termos marxianos, Vogel faz a distinção entre o trabalho necessário e o trabalho excedente nas sociedades capitalistas,

²⁰¹ VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo à uma teoria unitária*. Tradução: Equipe de tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha [et.al.]. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 340.

²⁰² FERGUSON, Susan e MCNALLY, David. *Capital, força de trabalho e relações de gênero*. Tradução: Maira Silva. *Revista Outubro*, nº 29, nov. de 2017, p. 40.

argumentando que o trabalho necessário – ou seja, aquele que é realizado para subsistência do trabalhador – é realizado em duas esferas: a doméstica e a social. Se é certo que a distinção entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, no modo de produção capitalista, é obscurecida pelo pagamento do salário, também é certo que o componente doméstico do trabalho necessário é dissociado do trabalho assalariado, arena na qual o trabalho excedente é realizado.

Desta forma, no sistema capitalista, há uma grande parte do trabalho necessário para manter a mão de obra que é realizado na esfera doméstica, não remunerada e na maioria das vezes, por mulheres. À medida em que a acumulação do capital avança, maior é a separação e a oposição entre o trabalho doméstico e o assalariado e com isso, maior é a oposição entre o trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica e o trabalho assalariado realizado pelos homens na esfera pública.

No entanto, para que ocorra a reprodução da força de trabalho, tanto o componente doméstico quanto o componente social do trabalho necessário precisam funcionar. Assim, a autora demonstra como a esfera doméstica é parte integrante e necessária da totalidade do sistema capitalista e localiza a opressão às mulheres exatamente na relação estabelecida entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução do capital.

Para Vogel, o posicionamento diferencial entre mulheres e homens em relação ao trabalho excedente e os dois componentes do trabalho necessário, no modo de produção capitalista, é acompanhado por um sistema de supremacia masculina que tem origem em um legado histórico de divisões opressivas do trabalho nas primeiras sociedades de classes. Mas é a serviço da acumulação capitalista que tal arranjo funciona, uma vez que é no capitalismo que a separação e o isolamento das unidades domésticas são mantidas com a finalidade de reposição contínua da força de trabalho.

A partir da separação entre a esfera doméstica e a pública outros dualismos se estabelecem e se acirram: a esfera privada e a pública; a doméstica e o social; família e trabalho; mulheres e homens. Sobre esses dualismos se ergue uma estrutura ideológica poderosa de difícil transcendência, conforme Vogel avalia.

É importante salientar que, para a autora, apenas as mulheres da classe trabalhadora são oprimidas por sua posição diferencial da reprodução da força de trabalho enquanto para as mulheres da classe dominante a sua opressão reside na

reprodução para manutenção e herança da propriedade, tal como pensado por Marx e Engels. No entanto, ela salienta, a ausência de igualdade política é uma condição que abarca todas as mulheres. Desta forma, a luta por direitos mostra-se potencialmente revolucionária, uma vez que a conquista de direitos revela as desigualdades reais que constituem a sociedade capitalista. Nas palavras da autora:

Dado o caráter contraditório da igualdade na sociedade capitalista, as lutas por direitos democráticos têm potencialmente uma implicação revolucionária importante. Lutar pela igualdade significa, em primeiro lugar, reivindicar e defender melhores condições possíveis para as pessoas dentro da sociedade capitalista. Por sua própria natureza, porém, essas condições são severamente limitadas. Como coloca Lenin, “o capitalismo alia a igualdade puramente formal a desigualdade econômica e, portanto, social.” A tendência de ampliação da igualdade tem, portanto, um resultado altamente contraditório. Quanto mais os direitos democráticos são estendidos a todas as pessoas, mais se revela o caráter econômico e social opressivo do capitalismo. A luta pela igualdade ameaça o domínio das relações sociais capitalistas em duas frentes. Promete reduzir as divisões dentro e entre as classes oprimidas, bem como entre essas classes e outros setores, ao colocar todas as pessoas em pé de maior igualdade. Simultaneamente, revela que o funcionamento da sociedade burguesa está na exploração de classe, não na igualdade individual. Longe de um exercício inútil de reformismo burguês, a luta pelos direitos democráticos pode apontar para além do capitalismo.²⁰³

Assim, Vogel pensa que é o fortalecimento da luta feminista, a socialização e a redução contínua da carga desproporcional imposta às mulheres pela reprodução da força de trabalho e a extensão da democracia os mecanismos de combate ao capitalismo que, ao mesmo tempo, poderão contribuir para uma transformação da sociedade e da opressão às mulheres²⁰⁴.

Sendo certo que as condições da reprodução da força de trabalho é um componente da luta de classes, Vogel estabelece nesse ponto um solo comum de lutas para classe trabalhadora.

A publicação do livro de Vogel, no início dos anos 1980, no entanto, não encontrou terreno fértil. Era um momento de desmobilização do movimento feminista socialista e de crise do marxismo aliado à ascensão do neoliberalismo. No campo teórico, abandonavam-se as “grandes narrativas” com a eclosão da teorias

²⁰³ VOGEL, Lise. *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. pp. 373 e 374.

²⁰⁴ FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. Rio de Janeiro, 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 85

pós-modernas que colocavam em xeque a utilidade dos conceitos marxistas para pensar os problemas políticos que se formavam. No campo político, ganharam espaço as pautas que giravam em torno de políticas identitárias por reconhecimento, em um feminismo cooptado pelas políticas individualistas e meritocráticas do neoliberalismo, como enuncia Nancy Fraser.

No entanto, a partir de 2008, com a crise global do neoliberalismo, com o aprofundamento das desigualdades sociais e o acirramento da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, com o ataque do capitalismo contra o Estado e contra direitos duramente conquistados, o interesse por Marx e pelo marxismo é reavivado. Com isso, ocorre o ressurgimento de massivas lutas sociais e resistências feministas contra o capital ao redor do mundo todo e diante de uma necessidade de integrar as diferentes formas de opressão em uma análise anticapitalista, em 2013 a obra de Vogel é republicada e inicia-se uma tentativa de desenvolvimento da *Teoria Unitária* que restou inacabada.

Em 2017 é publicada uma coletânea de artigos reunidos no livro *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentering oppression* [Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão] que retoma o projeto de Vogel para construção de uma teoria unitária do capitalismo a partir da categoria de Reprodução Social. Buscando superar os limites do *Marxismo e a opressão às mulheres*, especialmente em relação à raça e sua excessiva abstração, os teóricos contemporâneos analisam diferentes problemas atuais como a condição das mulheres no trabalho migrante; a relação da infância com o capitalismo; a questão da sexualidade; o trabalho reprodutivo do cuidado com os idosos; e claro, a relação constitutiva estabelecida entre o capitalismo e a opressão às mulheres, tudo sob o prisma da Reprodução Social, visando responder questões concretas como:

Que tipos de processos permitem que a classe trabalhadora chegue diariamente as portas do seu local de trabalho de forma que possa produzir a riqueza da sociedade? Que papel desempenhou o café da manhã para que ela estivesse pronta para o trabalho? E quanto a uma boa noite de sono? Entramos em águas ainda mais obscuras se estendermos as perguntas para incluir processos que ocorrem fora da casa dessa trabalhadora. A educação que ela recebeu na escola também não a “produz”, na medida em que a torna empregável? E o sistema de transporte público que ajudou a trazê-la para o trabalho, ou os parques e

bibliotecas públicos que fornecem recreação para que ela possa ser regenerada, novamente, para que possa ir trabalhar?²⁰⁵

Para responder a tais questões é preciso definir quem compõe a classe trabalhadora hoje e analisar as relações estabelecidas entre exploração e opressão²⁰⁶, abandonando a ideia de que o capital não se preocupa com as formas de reprodução da classe trabalhadora.

A teoria da Reprodução Social, ao compreender a força de trabalho como imprescindível ao capitalista, considera as investidas do capital na sua produção. Investidas tanto materiais quanto ideológicas que envolvem relações complexas e contraditórias entre capital, trabalho e Estado, atravessadas historicamente pela luta de classes.

Lise Vogel, no prefácio da coletânea, argumenta que hoje em dia dois são os principais desafios para reprodução social. Primeiro, definir o que significa tal teoria e segundo, estabelecer uma abordagem unitária entre o amálgama das opressões de gênero, classe e raça e as relações de produção capitalista. Retomando a noção de totalidade social de Marx, os autores contemporâneos da TRS concebem o sistema capitalista como uma totalidade orgânica, constituído por partes relativamente autônomas, mas integradas em um único corpo e não uma mera somatória entre as partes. Tal compreensão integrada do capitalismo e das relações de opressão é elemento central para a composição das lutas contra o capital.

No ensaio *How not to skip class: Social Reproduction of labor and the global working class* [Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e classe trabalhadora global], Tithi Bhattacharya se volta para uma reformulação do conceito de classe à luz da reprodução social.

A autora argumenta que classe não é apenas aquela definida pelo local de trabalho na esfera da produção, sendo esta uma definição reducionista e economicista, é “necessário reconhecer que os trabalhadores têm uma existência para além do local de trabalho”²⁰⁷. Com isso, se faz necessário analisar a relação

²⁰⁵ BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (org). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017, p. 2.

²⁰⁶ FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. Rio de Janeiro, 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 183

²⁰⁷ BHATTACHARYA, Tithi. How not to skip class: Social Reproduction of labor and the global working class. In: BHATTACHARYA, Tithi (org). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017, p. 69 (tradução nossa)

entre as esferas da produção e da reprodução e suas implicações para as estratégias da luta de classes.

Tal como enunciado por Vogel, para que o sistema capitalista de produção seja mantido e reproduzido é necessário a existência de uma série de relações que se estendem entre o local de trabalho e a casa incluindo escolas, hospitais, transporte etc., conjugando um todo social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano, de modo que apenas espacialmente as esferas da produção e da reprodução se encontram separadas, mas na realidade estão unidas em um sentido teórico e operacional.

Importante lembrar que o sentido de reprodução social, para Marx, é que o processo de produção capitalista não reproduz apenas mercadorias, mas também a própria relação capital-trabalho e sendo assim, o modo como a força de trabalho é repostada e mantida deve ser teórica e estrategicamente compreendido como integrante de um sistema unificado de relações.

Com a expansão do neoliberalismo, se vemos por um lado o enfraquecimento dos trabalhadores e sindicatos, tal como configurados nos séculos XIX e XX, por outro lado vemos uma propagação de lutas pela vida que engloba as lutas pela terra, por água, por moradia e por direitos que devem ser reconhecidas como terreno de luta da classe trabalhadora. Nessas lutas estão inseridas as mulheres, a população negra, a população indígena, os movimentos LGBTQIA+. São lutas que extravasam o local de trabalho, mas dizem respeito a expansão da democracia e visam o benefício de toda classe trabalhadora. Nas palavras de Bhattacharya:

Todos os movimentos sociais e políticos que tendem na direção de ganhos para a classe trabalhadora como um todo, ou desafiem o poder do capital como um todo, devem ser considerados como um aspecto da luta de classes. Significativamente, uma das maiores tragédias da destruição do poder da classe trabalhadora e a dissolução das comunidades vivas do proletariado nos últimos quarenta anos tem sido a perda na prática desse *insight* sobre a totalidade social da produção de valor e reprodução da força de trabalho.²⁰⁸

²⁰⁸ BHATTACHARYA, Tithi. How not to skip class: Social Reproduction of labor and the global working class. In: BHATTACHARYA, Tithi (org). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017, pp. 85 e 86 (tradução nossa).

Assim, Bhattacharya defende uma redefinição de classe trabalhadora como todos os membros da classe produtora que participem da totalidade da reprodução da sociedade, independentemente do trabalho ter sido pago ou não pelo capital.

Considerando que sob o capitalismo a relação entre capital-trabalho ocorre pela separação dos trabalhadores dos meios de subsistência e o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência, o salário é definido como o valor suficiente para reprodução do trabalhador. Assim, as necessidades de subsistência, ou o trabalho reprodutivo, têm uma relação direta com a exploração capitalista, tendo em vista que de um lado, historicamente, a classe capitalista como um todo pressiona as condições da reprodução, de modo a reduzir os salários e aumentar os lucros e de outro lado, a classe trabalhadora se esforça para ver atendidas as suas necessidades vitais configurando, assim, um terreno de lutas de classe que vai além do aumento do salário e de melhorias nas condições da relação de trabalho. Desta forma, Bhattacharya evidencia como a reprodução social é um aspecto central do conflito de classe.

5

Conclusão: o problema da desigualdade de gênero e a democracia

Ao longo desta pesquisa, pretendemos analisar a relação entre a histórica desigualdade de gênero e seu impacto sobre a formação social democrática. Entendendo o conceito e a prática da democracia além do seu caráter formal/procedimental para pensar em seus requisitos substanciais/materiais, concluímos que a desigualdade de gênero, ao hierarquizar e inferiorizar as mulheres em relação aos homens provoca efeitos sociais que prejudicam a democracia, como, por exemplo, a violência socialmente legitimada contra as mulheres, a interdição aos direitos humanos reprodutivos, a disseminação e perpetuação de desigualdades no campo do trabalho e da política etc.

Além disso, compreendemos que a tradicional separação entre as esferas pública e privada e seu caráter sexualizado é acompanhada por uma correlata divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo que implica em um desfavorecimento e, em muitos casos, no impedimento da participação das mulheres na política. Vimos que essa característica da formação democrática da modernidade é concomitante ao surgimento do capitalismo, o que demonstra como a opressão às mulheres é parte constitutiva e necessária deste modo de produção.

Constatamos, em síntese, que o problema da desigualdade de gênero não é um problema individual/privado, mas se entrelaça e produz efeitos na política, na economia e nos direitos, ou seja, por todo campo social.

O Capítulo 2 deste trabalho pretendeu pensar a formação desses problemas na modernidade, marcada pelo nascimento do capitalismo, e pensamos que ao serem negados direitos políticos das mulheres não se estava apenas interditando-as ao exercício formal da política, mas também se instituiu uma ordem social injusta e desigual na qual os problemas mencionados pudessem se desenvolver e se estabelecer como norma.

Porém, considerando que uma análise da constituição moderna do patriarcado é útil para fazermos um diagnóstico, ela possui limites para pensarmos as possibilidades de mudança, tendo em vista que, em última instância, as teorias do patriarcado nos levam como consequência lógica a postular uma luta política das mulheres contra os homens, o que além de utópico é nocivo ao desconsiderar

as demais opressões constitutivas do capitalismo, tais como a classe e a raça. Ou seja, pensar a constituição social apenas do ponto de vista do patriarcado se mostrou insuficiente para pensar o nosso problema inicial: como a desigualdade de gênero implica na teoria e prática da democracia e como podemos pensar outras teorias e práticas mais democráticas.

Assim, no Capítulo 3, analisamos como a tradição histórica do socialismo lidou, pensou e tentou solucionar a “questão das mulheres”. Apesar dos seus limites práticos e da curta duração das políticas pensadas como necessárias para libertar as mulheres, transformando profundamente o seu lugar e as suas funções, a experiência soviética é um exemplo histórico de que qualquer tentativa de superar o capitalismo e alcançar a “verdadeira democracia” deve levar em conta a condição das mulheres e sua desigualdade e não apenas a questão de classe.

Desta forma, encontramos no marxismo uma teoria que nos ajuda a pensar não apenas a questão de classe, mas também a questão das mulheres, ambas coconstitutivas do capitalismo e conseqüentemente, devendo ser conjuntamente consideradas. Sendo assim, no Capítulo 4, analisamos as discussões travadas no campo feminista marxista que desde a década de 1970 tem buscado construir um arcabouço teórico e prático que explique como e por que a desigualdade de gênero é constitutiva do capitalismo e por isso deve ser considerada em qualquer projeto de mudança, bem como pode e deve ser integrante da organização das lutas da classe trabalhadora.

Entendemos que o feminismo marxista é a teoria que possibilita ultrapassar as dicotomias e os impasses encontrados nas teorias do patriarcado que consideram apenas a face da questão das mulheres e apontam para saídas apenas parciais. A bem da verdade, com o feminismo marxista alcançamos a compreensão de que uma “solução” para o problema da desigualdade de gênero é impossível de ser atingida sob o capitalismo, pois sem uma transformação radical desse sistema, sem a eliminação da desigualdade de classe, uma eventual mudança nas relações entre os homens e mulheres beneficiarão apenas um número reduzido de mulheres, ou seja, apenas aquelas inseridas na classe burguesa.

Por outro lado, compreendemos também que o movimento feminista em sua multiplicidade de vertentes e a histórica luta das mulheres apresentam-se como a vanguarda da luta de classes. Ao longo da história, foram as mulheres aquelas que lutaram pela terra, pela moradia, pela água, por trabalho, por direitos, pela vida.

São elas que se insurgiram insistentemente contra as violências de todos os tipos e suas variadas formas de manifestação. São as mulheres que lutam e cotidianamente buscam um novo modo de vida possível. O feminismo marxista nos ajuda a compreender como essas lutas, sempre protagonizadas por mulheres, não apenas integram a luta de classe como elas se constituem no passado e no presente como um projeto contrário ao capitalismo, reprodutor ininterrupto de desigualdades de toda ordem.

Com a precarização do trabalho e a desmobilização dos trabalhadores enquanto classe, promovidas pelo neoliberalismo, as lutas das mulheres aparecem hoje como uma importante estratégia para se restabelecer a solidariedade de classe. Não é à toa e nem é uma coincidência o fato de que todas as manifestações autoritárias da atualidade, no seu ataque à democracia, têm como um dos seus núcleos um ataque contra as mulheres, aos seus direitos, à reprodução social da vida, o que comprova a hipótese inicial desta pesquisa, ou seja, a condição social das mulheres e suas lutas são índices diretos do maior ou menor grau das democracias.

6

Referências bibliográficas

AGUILAR, Claudia. **Mujeres: resignificación, resistências y alianzas: una propuesta desde la teoria de la individualidade spinoziana.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: RAGIF Ediciones, 2019.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O marxismo e a questão feminina: As articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário.** São Paulo, 2011. 210 f. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

ARNAUD-DUC, Nicole. As contradições do Direito. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). **História das mulheres no Ocidente.** Vol. 4: O Século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Tradução: Camila Mascaro de Góes. **Revista Outubro**, nº 23, 1º semestre de 2015.

_____. **Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios.** Tradução: Isabel Lacerda. Lisboa: Edições Combate, 2010.

BADIA, Gilbert. **Clara Zetkin: vida e obra.** Tradução: Ana Corbisier e Mário Corbisier. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno.** Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKER, Keith Michael. Constituição. In: **Dicionário crítico da Revolução Francesa.** Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989

BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas.** Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2021.

BARSTOW, Anne. Llewellyn. **Chacina de feiticeiras: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa.** Tradução: Ismênia Tupy. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** [1949]. Tradução: Sérgio Milliet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

- BEBEL, August. **La mujer y el socialismo**. La Habana: Ediciones Políticas, 1979.
- BHATTACHARYA, Tithi. How not to skip class: Social Reproduction of labor and the global working class. In: BHATTACHARYA, Tithi (org). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression**. London: Pluto Press, 2017.
- _____. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (org). **Social Reproduction Theory: remapping class, recentering oppression**. London: Pluto Press, 2017.
- BILLECOQ, Alain. La condition des femmes. In:_____. **Les combats de Spinoza**. Paris: Ellipses, 1997.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In:_____.
- MACHADO, Maria das Dores Campos e VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BLACK, Naomi. Posfácio. In: WOOLF, Virginia. **Três Guinéus**. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.
- BLOCH, R. Howard. **Misoginia medieval e a invenção do Amor Romântico Ocidental**. Tradução: Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- BONALD, Louis de. **Théorie du pouvoir politique et religieux**. Tome I. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k418456/f4.item.texteImage>. Acesso em: 01 de nov. 2021.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária [2000]. In: **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- _____. CHAUÍ, Marilena. O mito da não violência brasileira. In: CHAUI-BERLINK, Luciana e ITOKAZU, Éricka Marie (orgs). **Sobre a Violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- _____. Participando do debate sobre a mulher e a violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher 4**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- CLEMENTS, Barbara. **Bolshevik Women**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas e SANTIAGO, Rosilene Almeida. A violência contra a mulher: antecedentes históricos. **Revistas Unifacs**. Vol. 11, nº 1, 2007.

- CONDORCET, Nicolas de. Sobre a admissão das mulheres ao direito à cidadania. In: ROVERE, Maxime (Org). **Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas**. Tradução: Viviana Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2019, pp. 235-241.
- DALLA COSTA, Mariarosa e JAMES, Selma. **The power of women and the subversion of the Community**. Bishopston: Falling Wall Press, 1975.
- D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismos de classe no capitalismo**. Tradução: Barbara Molnar, Flavia Toledo, Lara Zaramella. 2ª ed. São Paulo: Edições Iskra, 2017.
- DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: _____. **Crítica e Clínica**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. Maio de 68 não aconteceu [1984]. In: **Dois regimes de loucos: textos e entrevistas (1975-1995)**. Tradução: Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2016.
- _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 5. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DESAN, Suzanne. War between Brothers and Sisters: Inheritance law and Gender Politics in Revolutionary France. **French Historical Studies**, vol. 20 (Autumn, 1997), pp. 597-634, Duke University Press.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2019.
- ENGELS, Friedrich. Engels a Bloch. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- _____. **El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo**. Traducción: María Aránzazu Catalán Altuna. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.
- _____. **Le Capitalisme patriarcal**. Traduit: Étienne Dobenesque. Paris: La fabrique Éditions, 2019.
- _____. **O patriarcado do salário**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

_____. **Re-enchanting the World: Feminism and the Politics the Commons.** Oakland: PM Press, 2019.

FEREZ, Cecilia Abdo. **Contra las mujeres (in)justicia en Spinoza.** Madrid: Ediciones Antígona, S.L., 2019.

FERGUSON, Susan e MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução: Maíra Silva. **Revista Outubro**, nº 29, nov. de 2017.

FERRERIA, Maria Luísa Ribeiro. Corpo potência e política – Espinosa e os direitos das mulheres. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades.** Vol. 20, nº 39, 2018, pp. 251-270.

FINLEY, Moses. As silenciosas mulheres de Roma. In: **Aspectos da Antiguidade.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 149-164.

_____. **Democracia Antiga e Moderna** [1973]. Tradução: Waldéa Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Economia e sociedade na Grécia Antiga** [1981]. Tradução: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **L'invention de la politique** [1973]. Traduit par: Jeannie Carlier. Paris: Champs Histoire, 1985.

_____. **L'héritage de la Grèce** [1981]. Traduit par: Geneviève Ladjaj-Kpening. Paris: Tallandier, 2009.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes.** Rio de Janeiro, 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FORTUNATI, Leopoldina. **The arcane of reproductction: housework, prostitution, labor and capital** [1981]. Translated by Hilary Creek. Brooklyn: Automedia, [s.d.].

FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). **História das mulheres no Ocidente.** Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, pp. 59-95

_____. e PERROT, Michelle (direção). **História das mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O Século XIX. Tradução: Claudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991

_____. **Les deux gouvernements: la famille et la Cité**. Paris: Gallimard, 2000.
FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Tradução: Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FRANCISCO, Carla da Cunha. **O que pode o encontro entre o feminismo e o marxismo? A exploração das mulheres na reprodução do capital e suas resistências**. Rio de Janeiro, 2016. 184f. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FUSINI, Nadia. **Sou dona da minha alma. O segredo de Virginia Woolf**. Tradução Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GIBBON, Edward. **The decline and fall of the Roman Empire**. Londres: Everyman's Library, 2010

GODINEAU, Dominique. **Citoyennes tricoteuses: les femmes du peuple à Paris pendant la Révolution Française**. Paris: Editions Alinea, Perrin, 2004.

_____. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). **História das mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O Século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, pp. 21-39

_____. Histoire sociale, histoire culturelle, histoire politique: la question du droit de cité des femmes. In: LAPIED, Martine e PEYRARD, Christine (direction). **La Révolution Française au Carrefour des Recherches**. Aix-em Provence: Publications de l'Université de Provence, 2003.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**. Tradução: Natália Angyalossy Alfonso. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do Dia internacional das mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia e LIMA, Marcia (orgs). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORDON, Charlotte. **Mary Wollstonecraft e Mary Shelley. Mulheres extraordinárias: as criadoras e a criatura.** Tradução: Giovanna Louise Libralon. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2020.

GULLAN-WHUR, Margareth. Spinoza e a Igualdade da Mulher. Tradução: Antonia Dilamar Araújo e Marsana Kessy. **Revista Conatus – Filosofia de Spinoza.** Volume 3, nº 6, dezembro de 2009, pp. 95-108.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy marriage of marxismo and feminism: Towards a more progressive union [1979]. In: SARGENT, Lygia (org). **Women and Revolution: A discussion of the unhappy marriage of marxismo and feminism.** Montreal: Black Rose Books, 1981, p. 1-42.

HOBBSAWN, Eric. J. **A era do capital.** Tradução: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HUFTON, Olwen H. **Women and the limits of citizenship in the French Revolution.** Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 1992.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história.** Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. L'histoire des femmes: accomplissements et ouvertures. In: LAPIED, Martine e PEYRARD, Christine (Direction). **La Révolution Française au Carrefour des Recherches,** Aix-em Provance, Publications de l'Université de Provaence, 2003. Disponível em: <https://books.openedition.org/pup/5779>. Acesso em: 05 nov 2021.

ISRAEL, Jonathan I. **Illuminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade.** Tradução: Claudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada.** Tradução: Lígia Gomes. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

_____. **A nova mulher e a moral sexual.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KRAEMER, Heinrich e SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras - Malleus Maleficarum.** Tradução: Paulo Fróes. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

KRÚPSKAIA, Nadiéjda. A religião e a mulher [1927]. In: SCHNEIDER, Graziela (org). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética**. Tradução: Priscila Marques. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 105-108.

_____. A trabalhadora e a religião [1922]. In: _____. **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética**. Tradução: Priscila Marques. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 99-101.

_____. Caminhos para emancipação da mulher Oriental [1928]. _____. **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética**. Tradução: Priscila Marques. São Paulo: Boitempo, 2017, 114-123.

LAMOUREUX, Diane. Público/Privado. In: HIRATA, Helena e outras (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Tradução: Naira Pinheiro. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 208-213.

LANDES, Joan B. **Women and the Public Sphere: in the age of the French Revolution**. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

LENIN, Vladimir. A grande iniciativa [1919]. In: **Sobre a mulher**. São Paulo: Global Editora, 1979.

_____. As tarefas do movimento operário feminino na República soviética [1919]. In: **Sobre a emancipação da mulher**. Tradução: Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, pp. 68-74.

_____. Discurso pronunciado no I Congresso de operárias de toda Rússia [1918]. In: **Sobre a emancipação da mulher**. Tradução: Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, pp. 61-63.

_____. O poder soviético e a situação da mulher [1919]. In: **Sobre a emancipação da mulher**. Tradução: Maria Celeste Marcondes. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, pp. 75-78.

_____. Sobre uma caricatura e sobre o “economicismo imperialista” [1916]. In: **Sobre a mulher**. São Paulo: Global Editora, 1979.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Tradução: Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARDER, Herbet. **Virginia Woolf – a medida da vida**. Tradução de Leonardo Froes. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

- MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. **Revista História Social**. Campinas. N° 4/5, p. 135-156, 1997/1998.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélío Scheneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MATHERON, Alexandre. Femmes et serviteurs dans la démocratie spinoziste. In: **Antropologie et politique au XVIII siècle**. Paris: Vrin, 1986, pp. 189-208.
- MCDERMID, Jane e HILLYAR, Anna. **Midwives of Revolution: Female Bolsheviks and Women Workes in 1917**. London: UCL Press, 1999.
- MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena e outras (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. Traducción: Martín Ponz e Carlos Fernández Guervós. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a fundação da teoria política feminista. In: BALLESTRIN, Luciana e MIGUEL, Luis Felipe (org). **Teoria e política feminista: contribuições ao debate de gênero no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020, pp. 13-38.
- MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: BIROLI, Flavia e MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 17-29.
- MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Fazendo a genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. In: In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Tradução: Juliana Araújo Lopes. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 96-119.
- MORIN, Tânia Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo: Alameda, 2013.
- PERROT, Michelle. **A minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Côrrea. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena e outras (org). **Dicionário crítico do feminismo**. Tradução: Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Sair. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). **História das mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O Século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1991, pp. 503-539.

OYĚWÙMI, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero** [1997]. Tradução: wanderson flor do nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

_____. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Tradução: Juliana Araújo Lopes. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 84-95.

ROBESPIERRE, Maximilien de. Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República. In: **Discursos e relatórios da Convenção**. Tradução: Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

ROCHA, Carolina. **O sabá do Sertão: feitiçeras, demônios e jesuítas no Piauí Colonial (1750-1758)**. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Théroigne de Méricourt: uma mulher melancólica durante a Revolução**. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SCHMITT, Jean-Claude. Feitiçaria. In: **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Tradução: Mário Jorge da Motta Bastos. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 423-435.

SCHNEIDER, Graziela (org). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética**. Tradução: Cecília Rosas e outras. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Tradução: Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

_____. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). **História das mulheres no Ocidente**. Vol.4: O século XIX. Tradução:

Cláudia Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, pp. 443-475.

_____. Gênero: uma categoria útil para análise histórica [1986]. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 49-80.

_____. **Only paradoxes to offer: French Feminists and the rights of man**. Massachusetts: Havard University Press, 1997.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda** [2013]. Tradução: Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, Danielle Jardim da. **Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: Apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai**. Niterói, 2018. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

SLEDZIEWSKI, Elisabeth. Revolução francesa. A viragem. In: FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle (direção). **História das mulheres no Ocidente**. Vol.4: O século XIX. Tradução: Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991, pp. 41-57.

STITES, Richard. **The women's liberation movement in Russia: Feminism, nihilism and bolchevismo**. New Jersey: Princeton University Press, 1978.

SUETÔNIO. **A vida dos doze Césares**. Tradução: Sady-Garibaldi. 2ª edição. São Paulo: Ediouro, [121 d. C.] 2002.

TACITE. **Annales**. Traduit: Émille Jacob. Paris: Hachette, 1979.

TADEU, Tomaz. Notas. In: WOOLF, Virginia. **Três guinéus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **L'Ancien régime et la Révolution**. Paris: Gallimard, 1967.

TRISTÃ, Flora. **União dos Operários** [1843]. Tradução: Rosa Alice Mosimann. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia Antiga**. Tradução: Anna Lia A de Almeida Prado e outros. São Paulo: Perspectiva, 2008.

VOGEL, Lise. **Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. Tradução: Camila Carduz Rocha e outras. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

VUILLARD, Eric. **A ordem do dia**. Tradução de Sandra M. Stroparo. Planeta, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicações dos direitos da mulher**. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo – a renovação do materialismo histórico**. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo, Boitempo, 2011.

WOOLF, Virginia. **Os diários de Virginia Woolf**. Edição Anne Olivier Bell. Introdução Quentin Bell. Seleção e tradução: José Antonio Arantes. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Pensamentos sobre a paz durante um ataque aéreo**. In: As mulheres devem chorar ou se unir contra a guerra – patriarcado e militarismo. Tradução, organização e notas Tomaz Tadeu, posfácio Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. **The Diary of Virginia Woolf**. Volume 4 1931-35. Londres: Penguin Books, 1983.

_____. **Three guineas**. Reino Unido: Hogarth Press, 1938.

_____. **Três guinéus**. Organização, tradução e notas Tomaz Tadeu: posfácio Naomi Black. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019a.

_____. **Um quarto só seu [1928]**. Tradução: Julia Romeu. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____. Uma sociedade. In: TADEU, Tomaz (org.). **As mulheres devem chorar ou se unir contra a guerra**. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

YOUNG, Iris. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, Lydia. **Women and Revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxismo and feminism**. Boston: South End Press, 1981.

ZERNER, Monique. Heresia. In: **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Tradução: Flávio de Campos. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 503-521.